



N.º 4 do Séc. XXI – Dezembro 2024

FUNDADA EM 1861 | 04 | SOCIEDADE HISTÓRICA DA
INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL

independência

Director: José Ribeiro e Castro

Revista Semestral e Gratuita



Índice

- 02 - Índice
- 03 - Editorial
- 05 - Estatuto Editorial & Ficha Técnica
- 07 - «Aqui virmos e aqui estarmos, traz também consigo um sentido de compromisso. Um sentido de compromisso passado de avós para pais e de pais para filhos.» Marcelo Rebelo de Sousa
- 10 - «A restauração foi, no significado, a expressão do grito de uma Nação antiga, que repudia a submissão.» Nuno Melo
- 14 - «O 1.º de Dezembro é uma lição sobre liderança». Carlos Moedas
- 18 - «A sociedade portuguesa parece que deslaçou. Falta um sonho, um desafio, uma ambição, um propósito, um desígnio. A resposta está nos 900 anos de Portugal.» José Ribeiro e Castro
- 24 - A Importância Histórica, Educativa e Cultural das Bandas Filarmónicas em Portugal. Rui Penha Pereira
- 30 - "Aqui nasceu Portugal". A história do letreiro mais famoso da Lusofonia. Barroso da Fonte
- 32 - As Armas na Fundação - Ourique, a primeira manhã de Portugal. Luís Sá Cunha
- 38 - Meu nome é Afonso Henriques. Maria Helena Ventura
- 44 - As máscaras que a História tece. João Miranda
- 52 - A Passarola. João José Brandão Ferreira
- 54 - O mar, portos e transportes. Filipa Pinto Machado
- 63 - Elogio do Conselheiro Fernando António de Oliveira Carvalho Rodrigues. João Vieira Borges
- 66 - Há 900 anos, em Sernancelhe. Paulo Almeida Fernandes
- 75 - Portugal 900 Anos. José Ribeiro e Castro
- 78 - O povo sai à rua por Portugal há 600 anos. João Paulo Oliveira e Costa
- 81 - São Teotónio, o primeiro Santo Português - Santidade e política no projeto de fundação de um Portugal independente. José Eduardo Franco
- 86 - Dom João Peculiar: estratégia e augustinismo político na independência de Portugal (1143-1179). José Maria Silva Rosa
- 89 - Portugal: compreender onde estamos. Guilherme d'Oliveira Martins
- 93 - Os fatores geopolíticos na formação de Portugal. Virgílio Miguel Machado
- 95 - Presentes diplomáticos e identidade portuguesa. Isabel Drumond Braga

Editorial

Forais da Fundação, Municípios de Portugal

O artigo com mais relevância e actualidade que publicamos neste número da revista INDEPENDÊNCIA é o artigo do Prof. Paulo Almeida Fernandes “*Há 900 anos, em Sernancelhe*”. Não nos fala só do foral de Sernancelhe, que festejou 900 anos em 26 de Outubro passado, em cerimónia municipal onde participei, representando a Sociedade Histórica. Mas expõe também o encadeado coerente de vários forais outorgados nesses anos imediatamente anteriores à fundação do Reino de Portugal, que, concentrados sobretudo na região de Coimbra e na linha do Mondego, vão marcando e balizando o território de Portugal e tecendo a sua coesão. Esta região constituía, nesse tempo, a fronteira Sul do Condado Portucalense, estando sujeita à pressão dos almorávidas.

Escreve Paulo Almeida Fernandes: “*A constituição de um concelho significava a emergência de um marco estável no território e a criação de uma milícia municipal, composta por cavaleiros e peões recrutados entre os habitantes. No entanto, estas forças militarizadas, lideradas pelas cavalaria vilãs locais, por mais numerosas e bem organizadas, estavam longe de ser suficientes para combater eficazmente os almorávidas.*”

Os forais, definindo e constituindo os concelhos, são instrumentos fundamentais da organização do território português, desde o início do Reino e mesmo anteriormente, no Condado Portucalense, sob governo do Conde D. Henrique, da Condessa-Rainha D. Teresa e de D. Afonso Henriques ainda no período condal. E são instrumentos definidores da relação comunitária dentro dos vários concelhos e, bem assim, dos laços estreitos e directos entre estes e o governante supremo. Dizendo de outro modo, foram instrumentos relevantes para a formação do sentimento de comunidade e a organização da sua presença no território do Reino, à medida que se foi alargando.

É também Paulo Almeida Fernandes que remata: “*900 anos depois, o princípio de autonomia municipal mantém-se como principal força motriz deste território e das suas comunidades. A história mudou muito em nove séculos, mas há dimensões da aventura portuguesa que parecem ser fios condutores ininterruptos da narrativa histórica do país. O municipalismo é uma dessas dimensões transtemporais, que faz com que poderes autárquicos vigentes na atual 3.ª República se reconheçam como herdeiros de diplomas produzidos no longínquo período de formação de Portugal. Conhecer a história do foral de Sernancelhe e evocar os documentos fundadores dos municípios portugueses favorece a compreensão sobre as origens do país que somos.*”

É por isto que, dentro da programação PORTUGAL 900 ANOS, concebemos o subprojecto FORAIS DA FUNDAÇÃO, MUNICÍPIOS DE PORTUGAL, dirigido a assinalar, destacar e festejar os específicos 900 anos dos forais dos respectivos municípios e a evidenciar o contributo de cada um nos 900 anos de Portugal.

Assim como se diz que “*a família é a célula-base da sociedade*”, gosto de dizer que o concelho ou município é a célula-base do território. Historicamente é o que ressalta dos forais outorgados por sucessivos reis (ou condes, no período ainda do Condado), de que os forais afonsinos foram apenas os primeiros de centenas de outros. Não seríamos como somos hoje, não fora esse precioso instrumento de governo régio e de autonomia local. Por isso, neste tempo dos 900 anos de Portugal, não é de mais comemorar os mais antigos de todos eles, os primeiros forais portugueses de entre todos.

Pelos estudos que fizemos, identificámos 60 forais outorgados entre 1096 e 1185, ou seja, desde a recriação do Condado Portucalense liderado por D. Henrique e D. Teresa até à morte do nosso primeiro rei, D. Afonso Henriques. Estes forais pertencem, hoje, a 53 municípios.

O propósito do nosso projecto é que a comemoração dos 900 anos de cada foral não se esfume, depois de comemorado, como se fosse assunto de menor importância. Ou que cada comemoração não passe totalmente despercebida no plano nacional, por virtude do péssimo hábito da centralização crescente dos conteúdos noticiosos. Isso só se conseguirá se se construir forte e visível espírito de corpo entre todos os municípios abrangidos no que, por exemplo, podíamos alcunhar de “A Liga dos 900”. E só será possível se, pelo menos, todos os municípios abrangidos (ou uma significativa maioria) assumirem a condução deste nosso projecto e desenvolverem todas as suas virtualidades.

Os anos já passados mostram bem essa necessidade. Só começámos com esta ideia em 2023, mas os forais começaram a festejar 900 anos em 1996. Guimarães festejou 900 anos do seu foral em 1996? É possível que sim. Mas, honestamente, não dei por isso; e, 28 anos depois, é facto enterrado no passado, ninguém se lembrando deste facto da maior importância. Em 2011, Coimbra festejou os 900 anos do seu foral? Sei que organizou um ano de comemorações; mas, 13 anos passados, é assunto enterrado, ninguém o valorizando. Em 2023, assinalaram-se 900 anos dos forais de Viseu e do Porto. Enquanto Viseu desenvolveu um programa variado e magnífico que se prolongou por seis meses, a cidade do Porto fez uma celebração portas adentro sem visibilidade pública. E, passado apenas um ano, do Porto nada constou e a memória de Viseu vai-se esfumando. Neste ano, o caso de Sernancelhe mostra a tragédia do interior: por mais que faça, ninguém sabe. O programa municipal foi digno, interessante e variado, tendo mesmo incluído uma emissão filatélica comemorativa, que foi lançada na sessão, mas não ultrapassou as fronteiras do concelho. O mesmo podemos dizer dos outros forais que já viveram os seus 900 anos, entre 1996 e 2023: Constantim de Panóias (Vila Real), Azurara da Beira (Mangualde), Sátão, Soure, Tavares (Mangualde), Arganil e São Martinho de Mouros (Resende) – ou nada foi feito, ou pouco ou nada se soube e o seu título nonicentenário logo caiu no esquecimento.

Não pode ser! Não podemos consentir que factos tão importantes nas raízes mais fortes de Portugal não sejam devidamente valorizados, exaltados, cultivados. Essa é a função cultural e a utilidade cívica, social e política do projecto que concebemos para aprofundar e elevar o significado do programa PORTUGAL 900 ANOS. Mas só os próprios municípios poderão fazê-lo. Esperemos que, a 4 de Março de 2025, quando irão celebrar-se os 900 anos do foral da garbosa Ponte de Lima, a acção dos FORAIS DA FUNDAÇÃO, MUNICÍPIOS DE PORTUGAL já esteja em pleno desenvolvimento e falando em voz alta. Portugal precisa muito dessa força que vem da base. Os 900 anos também.



José Ribeiro e Castro





Estatuto Editorial & Ficha Técnica

Estatuto Editorial

- Publicação que visa fundamentalmente ser uma unidade de intervenção e veículo de comunicação da SHIP com os seus associados e com a sociedade civil;
- A exigência de rigor e credibilidade são imperativos e responsabilidades da direcção;
- Propõe-se publicar quaisquer trabalhos conducentes aos objectivos da SHIP, expressos estatutariamente;
- À redacção compete qualquer eventual informação, deixando à responsabilidade dos respectivos autores todos os trabalhos de análise, estudo, ensaio, comentário, artigo de opinião, etc., devidamente assinados com o nome próprio. Não são aceites pseudónimos ou iniciais;
- A reprodução total ou parcial do material publicado carece de autorização prévia do autor respectivo e da direcção da revista;
- A direcção reserva-se o direito de sugerir quaisquer alterações aos trabalhos, por razões de paginação ou outras, bem como de proceder à revisão literária e ortográfica dos mesmos;
- A auto-sustentabilidade não só na elaboração como no financiamento é um objectivo, pelo que a revista poderá inserir publicidade ou informação dirigida, desde que se enquadre nos objectivos da SHIP.

Isenção de Responsabilidade

Os conteúdos publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. As opiniões, posições e interpretações expressas em cada artigo, estudo ou ensaio vinculam apenas os respectivos autores e não traduzem necessariamente a opinião dos demais autores da revista INDEPENDÊNCIA, nem da sua proprietária e da Direcção.

Ficha técnica

Nome: Independência
Director: José Ribeiro e Castro
Subdirector: Ana Maria Proserpio
Editor e Proprietário: Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Conselho Editorial: Annabela Rita, Isabel Drumond Braga, José Pinho Neno, Michel Roncon Santos, Paulo Drumond Braga, Renato Epifânio.
Membros da Direcção: José Ribeiro e Castro. Gustavo Mesquita Guimarães. Margarida Silva-Gonçalves Neto. Jorge Paiva e Pona. António Mexia de Almeida.
Sede da Redacção: Palácio da Independência. Largo de São Domingos, n.º 11 1150-320 LISBOA
Design e Estrutura: PDF e Layout da Página Web,

baseados respetivamente nos Plugins Nopea Media e no Tema Hive.
N.º de registo na ERC: 127961
N.º de Registo de Pessoa Colectiva: 500875294
Correio electrónico: geral@revistaindependencia.pt
Site: <https://revistaindependencia.pt>
Legenda da capa: Pormenor do Monumento Evocativo de Nuno Álvares Pereira no Campo de São Jorge (Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota (CIBA)
Créditos fotográficos: Armando Romão, Bruno Januário, Fernando Matos, Isabel Santiago Henriques, João Porfírio, José Ribeiro e Castro, Luís Ilhéu, Manuel dos Santos, Mestre António Homem Cardoso, Miguel Figueiredo Lopes, Rui Ochoa, Rui Pires, Sofia Rocha, Pedro Neto Mariano, Sónia Manuel.



«Aqui virmos e aqui estarmos, traz também consigo um sentido de compromisso. Um sentido de compromisso passado de avós para pais e de pais para filhos.» *

O que nos une aqui hoje, é Portugal. O Portugal intemporal. Que viu um monarca vai para 130 anos, prestar neste Monumento homenagem à Restauração. E ao falarmos em monarquia, não podemos deixar de cumprimentar, o Senhor D. Duarte e a Senhora Dona Isabel, além do mais, herdeiros dos vitoriosos de 1640. Que testemunhou depois o gesto fundador do Governo provisório da República ao criar o feriado do 1.º de Dezembro, feriado que nunca deveria ter sido suspenso. Que assistiu a que dos anos 20 aos anos 70, se sublinhasse sempre com relevo a data simbólica da Independência Nacional. Que tem atestado as comemorações, ano após ano nas últimas 4 décadas, com um papel essencial do Município de Lisboa e também da Sociedade Histórica da Independência de Portugal, de que me orgulho de ser membro, na sequência, aliás, de uma tradição familiar. Que agradece ao Movimento Nacional do 1.º de Dezembro, a que o Presidente da República se associa com plena solidariedade, aceitando o convite formulado pelo seu Presidente, o ter ajudado a fazer crescer um símbolo do nosso sentir colectivo.



Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, no uso da palavra



O que celebramos e celebraremos sempre é a nossa Pátria e a nossa Independência. Independência política que tanto deve às nossas forças armadas desde os primórdios da nacionalidade. Forças armadas, que são o penhor dessa nacionalidade e garante do estado de direito e que merecem o inequívoco respeito de todos os poderes e cidadãos. Independência financeira e económica que exige rigor, crescimento, emprego e justiça social e recusa sujeições espúrias, subserviências intoleráveis, minimizações inaceitáveis, quando todos sabemos que as nossas e os nossos compatriotas são cá dentro e lá fora os melhores dos melhores. Independência ética que impõe o respeito da dignidade da pessoa humana, dos direitos e deveres fundamentais, da isenção, da honestidade, da transparência na vida comunitária e em particular no serviço público ou na gestão do dinheiro público.

Aqui virmos e aqui estarmos, traz também consigo um sentido de compromisso. Um sentido de compromisso passado de avós para pais e de pais para filhos. Um compromisso nascido em Guimarães e pelas terras onde arrancou Portugal. E que bom foi ver solenemente assinalado há 3 dias, junto da estátua de D. Afonso Henriques pela homenagem respeitosa dos Chefes de Estado de Espanha e de Portugal. O compromisso de fazermos um Portugal melhor. Melhor na sua vocação ecuménica de dar mundos ao mundo. De saber aceitar os outros e com eles conviver

em todos os continentes. Um Portugal melhor, combatendo as injustiças que ainda flagelam a nossa sociedade. Um Portugal melhor não esquecendo aqueles, menos novos, que lhes devotaram vidas inteiras. Mas olhando para os mais novos, sabendo criar-lhes condições de futuro. Futuro, porque hoje celebramos o futuro mais ainda do que o Passado e o Presente. Chame-se esse futuro, universalismo humanitário, quinto Império feito de língua e de cultura e de gentes, Aliança entre a Europa, nosso berço e o mundo, nosso destino.



Deposição de coroa de flores, junto ao Monumento aos Restauradores



Futuro. Foi esse mesmo futuro que aqui nos reuniu hoje. Para que se possa cumprir o que é para nós indiscutível como foi para os bravos 1640. Um Portugal verdadeiramente independente. Um Portugal que não é uma abstração, um Portugal que é feito do somatório de milhões e de milhões de portuguesas e portugueses ao longo dos séculos. Aqueles que foram, os que são e os que hão de ser. Todos eles fazendo do nosso Portugal, um Portugal Eterno.

Vivam os heróis de 1640!

Viva Portugal! O Portugal de ontem, de hoje e de amanhã!

Viva o Portugal eterno!

Discurso do Presidente da República, Prof. Marcelo Rebelo de Sousa, nas Cerimónias de Homenagem aos

Heróis da Restauração e da Guerra da Restauração, a 1 de Dezembro de 2016

«A restauração foi, no significado, a expressão do grito de uma Nação antiga, que repudia a submissão.» *

Nuno Melo

Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Comandante Supremo das Forças Armadas Senhor Vice Presidente da Assembleia da República
Senhor Presidente António Ramalho Eanes
Senhor D. Duarte Pio de Bragança, Senhora Dona Isabel
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa
Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Lisboa
Senhor Procurador-Geral da República
Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional
Senhor General Chefe do Estado-Maior do Exército
Senhores Deputados
Senhor Vice-Almirante Chefe da Casa Militar de Sua Excelência o Presidente da República
Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana
Senhor Superintendente Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública
Senhor Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal
Senhor Tenente-General, Presidente da Liga dos Combatentes
Senhor Major-General, Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar
Senhores Oficiais Gerais, em representação do Estado-Maior General das Forças Armadas, Armada e Força Aérea
Demais Entidades Monárquicas, Autárquicas, Cíveis e Militares aqui presentes
Minhas Senhoras e meus Senhores



Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, no uso da palavra



São poucos os momentos na história, em que uma geração tem a oportunidade e o privilégio da grandeza e da superação, por causa das suas circunstâncias, mesmo se à custa de enormes sacrifícios, para a afirmação de um bem maior: foi assim com o Primeiro de Dezembro, as guerras da Restauração, a essência e a reconfirmação da Pátria portuguesa.

Hoje, 384 anos depois, celebramos tudo isso, assente simbolicamente no gesto primordial e na dádiva de 40 Conjurados, que deram um passo em frente, arriscando a vida, para encarnarem em si o destino coletivo de um povo insubmisso.

Depois da revolta de Évora em 1637 chegara o Primeiro de Dezembro de 1640. Nesse dia memorável, os conspiradores invadiram o palácio no Terreiro do Paço, gritando “Liberdade, Liberdade, Viva El-Rei D. João IV”.

Confirmavam as palavras atribuídas à Duquesa de Bragança, futura rainha D. Luísa de Gusmão, que terá afirmado: “Antes morrer reinando que acabar servindo”.

Aclamado pelos portugueses em Lisboa, a primeira das preocupações do rei D. João IV foi organizar a defesa militar do país.

O monarca construiu fortes, mobilizou as tropas e procurou alianças para resistir ao inimigo. Portugal restaurava finalmente a sua independência política, 60 anos depois.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O Primeiro de Dezembro foi o lançamento decisivo onde se cruzaram o idealismo, o patriotismo, a coragem e o espírito livre e, por via disso, se dobrou o arco da história, para que Portugal se pudesse reencontrar com o seu destino de uma viagem com 9 séculos.

A restauração foi, no significado, a expressão do grito de uma Nação antiga, que repudia a submissão. Só aceitamos o nosso destino em independência e em liberdade. Não podemos é esquecer o preço muito alto, contado em vidas.

O Primeiro de Dezembro resgatou a Pátria, entregou a soberania a um Povo, e aclamou D. João IV, Rei de Portugal.

Mas a vitória da Restauração tem de ser medida pelo sangue dos heróis que tombaram por causa de um destino superior a si próprios, ajudando a derrotar as forças espanholas em batalhas sucessivas, com destaque para as batalhas do Ameixial, Castelo Rodrigo e Montes Claros, ao longo de 27 anos, de 1640 até à assinatura do tratado de paz, a 13 de fevereiro de 1668.

O impacto do Primeiro de Dezembro foi superlativo e transcendental. Mas talvez por isso faça sentido projetar o seu simbolismo em cada um dos momentos épicos atestados por uma

longa e rica história, atravessada por diferentes Reis, governantes e regimes, sempre e de cada vez que em causa esteve a recusa da vassalagem, a rejeição de domínios externos e a afirmação da identidade nacional. Foram muitos.

Quando celebramos o Primeiro de Dezembro, quando evocamos cada um desses momentos, estamos moralmente obrigados a saber honrar o sacrifício supremo de cada português que

combateu, foi ferido ou caiu em combate ao longo de 9 séculos, em nome do povo e da Pátria portuguesa.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Por alguma razão, já no século XIX, em carta dirigida ao Príncipe Real D. Luís Filipe, o Tenente-Coronel Mouzinho de Albuquerque, patrono da Arma de Cavalaria, escreveu: “este Reino é obra de Soldados.”

E numa feliz coincidência, celebramos hoje o Primeiro de Dezembro, no mesmo ano em que comemoramos 500 anos do nascimento de Luís de Camões.

Esta associação, permitam-me dizê-lo, ajuda reforçar a evidência da continuidade que define a essência da construção da Nação.

Mesmo os Lusíadas, escritos no século XVI, para lá do génio do autor, só encontram sentido nos feitos dos militares, registados nas suas páginas.

Luís de Camões, foi um Poeta que encontrou o impulso criador, na condição de soldado.

Exaltou o que testemunhou, mas também viveu, combatendo, na gesta gloriosa dos portugueses que deram ao mundo a primeira globalização, transformando oceanos em mares de Portugal, alcançando continentes, ligando povos, e moldando a vocação e a identidade universal de Portugal.

Soldados foram também os antigos combatentes, das gerações dos nossos pais e dos nossos avós que lutaram na I Guerra Mundial, na Índia e em África, sem que lhes fosse pedida opinião,

mas para defesa da ideia da Pátria em que foram criados, levando muitos dos sobreviventes ainda hoje, no corpo e na mente, toda a violência e consequência, dos sacrifícios inerentes à condição militar.

Não os esquecemos.

A este propósito, quero dizer, não guardo dúvidas.

A história é um contínuo e deve ser sempre lida e avaliada no seu tempo, não com os filtros e os padrões dos nossos dias.

Os antigos combatentes são heróis de Portugal que devemos honrar e homenagear e nunca esconder ou esquecer.

O mesmo, devemos estender aos corajosos militares a quem devemos a nossa democracia, nascida em 25 de Abril de 1974, e aos corajosos militares que confirmaram essa mesma democracia a 25 de Novembro de 1975.

Minhas Senhoras e meus Senhores:

As Forças Armadas são legatárias do espírito do Primeiro de Dezembro, porque são a manifestação viva de todas as conquistas, a essência da Nação portuguesa, a primeira expressão de soberania e a última fronteira da nossa independência.

Em tempos de guerra e em tempos de paz, estarão sempre ao serviço da Pátria e do povo português.

Mas o esforço de memória, compete-nos a todos.

Agradeço nessa medida, o empenho muito particular da Sociedade História da Independência de Portugal, na pessoa do seu Presidente, Doutor José Ribeiro e Castro, bem como às Bandas

Filarmónicas, às demais entidades envolvidas nesta cerimónia comemorativa e, em particular, à Instituição Militar.

Asseguram a evidência de que a gratidão pelos feitos dos nossos maiores não prescreveu algures na passagem dos tempos.

A esse propósito quero dirigir uma mensagem especial aos nossos jovens: sintam orgulho no nosso passado e que esta História vos inspire a construir o futuro de Portugal.

Saibamos então seguir em frente, honrando o passado e escolhendo os caminhos certos do presente, sempre colocados do lado certo da História, do direito internacional e dos nossos

aliados, defendendo a democracia, a liberdade e o nosso modo de vida, sempre em busca da paz.

Viva o 1º de Dezembro,

Viva a Liberdade,

Viva Portugal.

* Discurso do Ministro da Defesa Nacional, Dr. Nuno Melo, nas Cerimónias de Homenagem aos Heróis da Restauração e da Guerra da Restauração, a 1 de Dezembro de 2024.



«O 1.º de Dezembro é uma lição sobre liderança» *

Carlos Moedas

Senhor Presidente da República,

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação do Presidente da Assembleia da República

Senhor Presidente Ramalho Eanes,

Senhor Ministro da Defesa Nacional,

Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior
Senhor Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal,
Senhor Procurador-Geral da República,
Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional,
Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército,
Demais Chefias Militares,
Senhores representantes dos Grupos Parlamentares
Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana,
Senhor Diretor-Nacional da Polícia de Segurança Pública,
Senhoras e Senhores Embaixadores e representantes do Corpo Diplomático,
Senhoras e Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa,
Demais entidades,
Senhor D. Duarte de Bragança e Senhora D. Isabel de Herédia, Duques de Bragança, muito obrigado por se juntarem mais uma vez neste dia especial,
Neste dia que também é vosso,
Minhas Senhoras e meus Senhores
Caros portugueses, Caros lisboetas,



Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Carlos Moedas, no uso da palavra



Passaram 384 anos.
Quase 4 séculos desde aquele 1 de Dezembro de 1640.
Nesse dia tudo mudava no país:
Os conjurados acabavam com 60 anos de domínio castelhano.
O Duque de Bragança era aclamado Rei.
Gritavam-se vivas à liberdade do país.
Era um daqueles momentos marcantes.
Daquelas horas em que tudo acontece: horas que parecem viver-se como dias, meses, anos.
Tal como se escreveria num famoso conto posterior, *aquelas foram horas que valeram por muitos anos de vida.*
Esse momento faz hoje parte de nós.
Do modo como pensamos e como imaginamos.
E, dentro dessa nossa imaginação coletiva – que foi também literária – poucos foram os que celebraram melhor esse

1.º de Dezembro do que Almeida Garrett.

Numa peça improvisada que toca no coração dos portugueses.

É a história de D. Leonor, quem, sendo dona da sua casa, não é dona da sua liberdade.

Pois quem governa a sua casa é o seu tio.

Um partidário do rei castelhano que lhe quer impor um casamento que ela rejeita.

E como é que D. Leonor é salva desse casamento imposto?

Precisamente porque, naquela madrugada, os nossos conjurados tinham feito o 1.º de Dezembro.

Ouvindo os sinos que tocavam e o povo que gritava, o seu tio perguntava sobre o que se estava a passar.

E a sobrinha, feliz, diz-lhe: *Meu tio, caia em si!... Quer dizer que Portugal é Portugal outra vez.*

Nesta história, D. Leonor representa o país, um país governado de fora.

Um país cuja vida era determinada a partir de fora, tal como o seu casamento lhe fora imposto pelo tio.

E, tal como D. Leonor acabaria com quem realmente amava, o conjurado D. Jerónimo, também Portugal acabaria independente naquele dia.

Senhoras e Senhores,

Mais ou menos romantismo, mais ou menos daquela exaltação patriótica que por vezes vê o mundo a preto e branco, a história de D. Leonor não deixa de nos tocar.

Não deixa de nos tocar precisamente porque o 1.º de Dezembro ainda hoje faz sentido.

Pelo que significou. Pelo que nos deu.

Mas hoje, principalmente, pelas lições que nos deixa. E quais são essas lições?

[liderança]

Primeiro: o 1.º de Dezembro é uma lição sobre liderança.

Os anos que levaram a 1580 refletiram uma crise de liderança.

Não foi só a tragédia de Alcácer-Quibir e a morte de um Rei que a causaram.

As nossas elites tinham falhado no que podiam controlar:

Foi a incapacidade de antecipar os riscos de uma política de alianças matrimoniais que comprometia o futuro.

Foi a preferência pelos ganhos de curto-prazo em vez do longo-prazo.

Foi a própria desunião e divisão de quem devia liderar. Principalmente quando mais precisaríamos de união.

A causa nacional continuava a bater nos corações dos portugueses, é certo.

Mas sem uma liderança que a agregasse, que a organizasse e tornasse movimento político, pouco se poderia fazer para além de chamar pelo rei Encoberto.

E chamar pelo rei Encoberto era chamar pelo impossível.

Tal como hoje, por vezes, vemos os extremismos a fazer o mesmo: a prometerem o impossível às pessoas.

E, assim, a apresentarem falsas soluções para os problemas. A liderança política não vende ilusões às pessoas.

A liderança política entrega concretizações, deixa resultados.

E uma liderança política não divide o país na lógica do nós contra eles. Não cria fantasmas nem inimigos imaginários.

Uma liderança política une as pessoas, apesar de todas as diferenças que possam existir.

[autonomia]

Senhoras e Senhores,

Segunda lição: sobre autonomia.

Daquela autonomia que nos dá capacidade para fazer mais, para transformar a sociedade, para não dependermos de ninguém para o conseguir fazer.

Naqueles séculos XVI e XVII, apesar das primeiras ilusões daqueles que pensavam que uma monarquia ibérica faria de Lisboa o centro do mundo.

O centro de um império onde o sol nunca se punha, Apesar dessas ilusões, o que aconteceu foi o oposto.

A união das coroas foi um desastre militar, económico e estratégico para o país.

O que é que isto nos diz?

Que muitas vezes as ilusões na política são fatais. Acreditar que podemos não depender de nós é fatal. O resultado é perder a autonomia.

É tornarmo-nos instrumentos de interesses alheios.

Hoje também se vê o mesmo:

Serve como lição para Portugal na Europa, que não pode ser um país que está sempre de mão estendida.

E serve de lição para a Europa no mundo, que não pode continuar dependente da boa vontade de outros.

Da defesa norte-americana. Da economia chinesa. Da energia russa.

Tanto Portugal como a Europa têm de saber depender mais de si mesmos.
Têm de o fazer para que possam ter um papel no mundo. Em que é que isto se traduz?
Em ter o foco num objetivo simples: fazer, concretizar.
Na política deste tempo habituámo-nos a focar-nos demasiado nos anúncios. Nos títulos dos jornais.
O foco deve ser o oposto: em falar menos e fazer mais.
Foi esse foco que fez de Lisboa Capital Europeia da Inovação.
Foi esse foco que trouxe mais 14 000 empregos qualificados para a cidade.
Foi isso que nos faz hoje ser a única grande capital europeia com transportes públicos gratuitos para os mais idosos e os mais jovens.

[identidade]

Senhoras e Senhores,

Terceiro: o 1.º de Dezembro é uma lição sobre identidade.

Durante aqueles 60 anos de domínio dos Filipes, Portugal nunca deixou de ser Portugal.
A causa nacional não deixou de ser vivida no mais íntimo dos corações portugueses.
O Senhor Presidente da Sociedade Histórica da Independência de Portugal costuma lembrar, e bem, que sem o 1º de Dezembro não haveria língua portuguesa.
E por consequência literatura em português. Música em português. Poesia em português. Não haveria Fernando Pessoa.
Talvez não houvesse fado.
O porco preto alentejano seria apenas porco ibérico.
E tantos outros exemplos que poderíamos arranjar...
O Dr. José Ribeiro e Castro tem razão. Mas tudo isto diz-nos mais do que parece.
Diz-nos que a independência se restaurou porque havia uma cultura. Porque havia uma língua. Porque havia uma alma.
Em suma, porque havia uma identidade portuguesa. E é essa identidade que não podemos perder.
Que não podemos perder hoje num mundo em que as identidades, de certa forma, se diluem.
Onde há uma certa uniformização.
Através do digital. Através da interdependência. Através da globalização.
Neste mundo de hoje precisamos de continuar a manter a nossa marca.
A nossa identidade, que nos distingue positivamente.
E que nos permite dar um contributo próprio no mundo.

Senhoras e Senhores,

Passados 384 anos, ainda temos muito a aprender com aquele 1.º de Dezembro.
Com esse dia em que tudo mudou.
Em que se aclamava um Rei português. Em que os sinos tocavam nesta cidade. Em que os lisboetas saíram à rua.
Foram horas que valeram por muitos anos de vida. Horas em que se ouviam os Vivas:
Vivas ao novo Rei. Vivas à nova liberdade.
Mas, acima de tudo, vivas a Portugal. Ao antigo, tão nosso, Portugal.
O nosso Portugal, pelo qual todos os riscos valem a pena.
Como bem sabiam os nossos conjurados, que tiveram a audácia de correr todos os riscos pelo país.
Por um país com liderança. Com autonomia.
Com identidade.
Tal como eles, hoje também é dia de gritar bem alto:
Viva o 1.º de Dezembro!
Viva Portugal!

* Discurso do Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Carlos Moedas, nas Cerimónias de Homenagem aos Heróis da Restauração e da Guerra da Restauração, a 1 de Dezembro de 2024



«A sociedade portuguesa parece que deslaçou. Falta um sonho, um desafio, uma ambição, um propósito, um desígnio. A resposta está nos 900 anos de Portugal.» *

Senhor Presidente da República,
Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República, em representação do Presidente,
Senhor Ministro da Defesa Nacional, em representação do primeiro-ministro,
Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa,
Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,
Senhor Presidente do Supremo Tribunal de Justiça,
Senhor Presidente, General António Ramalho Eanes,
Senhores Vice-presidentes, em representação dos Presidentes, e Senhor Presidente dos grupos parlamentares do Partido Socialista, do Chega e do CDS,
Senhor Procurador-Geral da República,
Senhor representante do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas,
Senhora Secretária de Estado da Defesa Nacional,
Senhores Chefes do Estado-Maior da Armada, do Exército e da Força Aérea,
Senhor Dom Duarte Pio e Senhora Dona Isabel, Duques de Bragança, em cujas pessoas saudamos as três dinastias portuguesas e toda a História de Portugal,
Senhor General, Presidente da Liga dos Combatentes,
Senhoras e Senhores Embaixadores,
Senhoras e Senhores Vice-presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa,
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior,
Senhoras e Senhores dirigentes associativos,
Demais autoridades civis e militares,
Portugueses,



Presidente da Sociedade Histórica, Dr. José Ribeiro e Castro, no uso da palavra



Sejam muito bem-vindos a mais esta cerimónia comemorativa do 1.º de Dezembro de 1640. Eis-nos de novo, sem chuva, com um amigo dia de Outono.

Hoje, vou procurar responder a quatro quesitos. Primeira pergunta: o que é que estamos aqui a fazer? Estamos a festejar Portugal, a celebrar a independência nacional e a liberdade colectiva dos portugueses, a liberdade da Nação. Comemoramo-la na data em que a recuperámos naquela única vez em que a perdêramos. Por isso, como gosto de dizer, o 1.º de Dezembro é Dia de Portugal por natureza das coisas. Não que tenhamos o que quer que seja contra o 10 de Junho, o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Antes pelo contrário, temos tudo a favor do 10 de Junho. O dia de Camões é apontado sobretudo à alma e ao sentido da portugalidade, o tronco de valores que nos une e define. Mas, olhando Portugal não no sentido espiritual, mas no sentido físico, geográfico, político, do território e da gente a quem pertence, esse valor brilha na data que celebramos hoje: Portugal é nosso.

Foi por isso, creio, que, em 1861, os ancestrais da Sociedade Histórica, na chamada Comissão Central 1.º de Dezembro de 1640, focaram-se nesta data e, por um Manifesto e iniciativas várias em anos consecutivos, propuseram à sociedade portuguesa a comemoração deste dia como pilar e alavanca da vontade nacional.

O espírito que irradiou da intervenção cívica e cultural dos nossos antepassados afirmou-se na primeira oportunidade. A 12 de Outubro de 1910, quando o Governo Provisório aprova a primeira lista de feriados nacionais ao modo moderno, o 1.º de Dezembro lá surge como um dos apenas cinco feriados, denominado “dia consagrado à autonomia da pátria portuguesa.” Passadas duas semanas, por Decreto publicado a 24 de Outubro, o mesmo Governo determina acrescentar ao 1.º de Dezembro o significado de “festa da Bandeira Nacional”, definindo a bandeira como “a representação objectiva da Pátria e o precioso symbolo que resume as suas aspirações, sentimentos nobres e energia.”

Este decreto fixou várias linhas para a celebração do 1.º de Dezembro e da Bandeira, desde as escolas às municipalidades. Percebemos, aqui, de onde vem a parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Sociedade Histórica que, para comemoração deste dia, se enraizou e consolidou nos anos seguintes, até hoje. E muitos mais anos por vir. Muito obrigado, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Comove ler na imprensa da época, nesse primeiro 1.º de Dezembro em 1910, o relato emocionado do desfile popular, com milhares de pessoas, desde autoridades diversas ao povo anónimo, que arrancou da Praça do Município, transportando a Bandeira Nacional até aqui ao Monumento dos Restauradores, ao som de várias bandas de música e filarmónicas e a vibração dos “Viva! Viva!” Conta a imprensa que este desfile multitudinário decorreu “a despeito da copiosa chuva”. Ficamos, assim, a saber que, nesse primeiro 1.º de Dezembro, choveu muito – escusado é dizer que não me tinham como consultor meteorológico. O que não teve importância, pois o patriotismo do povo dispensa consultores, faça sol ou faça chuva.

Deve-se provavelmente a este arranque brilhante, o facto de, ainda hoje, por praxes antigas ou novas, a bandeira nacional, com tudo o que simboliza e representa, continuar a ser o centro, o eixo e o foco destas cerimónias. Vamos vê-lo mais à frente, quando Sua Excelência o Presidente da República se perfilar para prestar homenagem aos heróis da Restauração e à bandeira nacional, sozinho diante dela em representação de nós todos, isto é, em representação de todo e qualquer português em qualquer parte do mundo. E, ao encerrar das cerimónias, poderemos admirar o cuidado, o zelo, o carinho, com que a guarda de honra arreia e recolhe a bandeira, a dobra e, sempre mostrando o nosso escudo nacional, a transporta, em marcha solene, para ser guardada. A Bandeira é a nossa união, o elo de todos nós.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A segunda pergunta: o que é que somos? Somos, creio, a mais curiosa e extraordinária instituição portuguesa. Somos antigos: já 163 anos. E temos um feriado. Somos a única associação portuguesa que tem um feriado. O 1.º de Dezembro é muito mais nosso do que o 1.º de Maio é da CGTP-Intersindical.

O feriado é nosso, bem entendido, não porque possamos metê-lo na pasta e fugir com ele. É nosso, porque o servimos, porque nascemos para o servir. Tanto o servimos que, quase 50 anos depois de termos começado a tocar a sua chamada, o Estado o consagrou como feriado; e nós, agora com oficialidade, continuamos a tocar a sua música e a celebrar a sua alma, sempre ao lado da Câmara Municipal de Lisboa. Até hoje.

A nossa história associativa, por outro lado, está intimamente ligada ao Palácio da Independência, ainda como Palácio dos Almadas, onde nos fundámos em 1861 e onde continuámos desde então. Primeiro, mercê de regimes diversos proporcionados pela família Almada. Depois, em 1940, o Estado afectou o Palácio a três entidades, entre as quais a Sociedade Histórica, após o comprar com o dinheiro angariado para este fim pela comunidade portuguesa do Brasil e também por nós. E, nos anos 80, o Palácio foi-nos confiado em exclusivo.

Mercê dos serviços que foi prestando à comunidade, a Sociedade Histórica foi distinguida como Pessoa Colectiva de Utilidade Pública, Grande Oficial da Ordem Militar de Cristo, Membro Honorário da Ordem Militar de Sant’iago da Espada, das Ciências, Letras e Artes, Membro da Real Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, Medalha

Municipal de Mérito, Grau Ouro, do Município de Lisboa, Membro Honorário da Ordem do Infante D. Henrique, Membro Honorário da Ordem de Cristo.

Temos ainda uma missão muito rica, definida nos Estatutos, que gosto de sintetizar na seguinte ideia: a missão da Sociedade Histórica é gostar de Portugal, gostar muito de Portugal; e gostar de gostar de Portugal. Ensinar a gostar de Portugal e, mais ainda, ensinar a gostar de gostar de Portugal, a não conseguir passar sem gostar muito de Portugal. É isto que nós fazemos.

Pensarão porventura que, quando comecei por dizer que “somos a mais curiosa e extraordinária instituição portuguesa”, queria referir-me a estes factos: termos 163 anos, um feriado, a disponibilidade de um Palácio e as distinções e condecorações que referi. Não, isto não tem importância nenhuma. O que é verdadeiramente extraordinário e curioso é a subvenção orçamental que recebemos do Estado: 5.000 euros por ano. A nossa mesada é meio salário mínimo.

Recordo o que aqui disse, já há dois anos, em 2022: “...verbas do Estado em contínua decadência e que estão, desde há anos, reduzidas a uma subvenção orçamental anual de 5.000 euros, meio salário mínimo por mês. Na Sociedade Histórica estamos como o cavalo do escocês, que, treinado para viver sem comer, quando estava quase adestrado a não gastar palha... morreu.”

É um problema que piorou desde 2002, aterrando neste patamar de 5.000 euros/ano, desde 2015. Não é um problema de agora. Mas tem de ter uma solução agora.

O problema não é aquela mini-dotação, mas o apetrechamento da Sociedade Histórica com os apoios financeiros indispensáveis quer à manutenção e conservação do Palácio, quer ao desenvolvimento das actividades culturais e cívicas que são nosso objecto. Tal como fizemos com o governo anterior, temos vindo a falar com diferentes membros do actual governo. Queremos confiar que serão definidas e postas em prática as soluções.

Está quase a terminar a obra de reabilitação do Palácio, feita com financiamento municipal. As previsões apontam para a empreitada acabar no final de Fevereiro, um ano depois de terem começado, sem derrapagens: nem temporais, nem financeiras. Ficará em obra até Maio um extra, fora do projeto, para que decidimos avançar, apelando ao mecenato: restaurar o belíssimo tecto da entrada. Não podia ficar tudo bem, menos a entrada principal, deteriorada pela usura do tempo e porque chovia dentro do Palácio.

Posso dizer-vos que o Palácio, quando o empreiteiro sair, estará muito melhor do que alguma vez o vi. E isso é, para nós, enorme responsabilidade. Desde 2001, nós nunca mais recebemos verba para conservação do edifício monumento nacional. Esta falta contínua determinou a acentuada degradação progressiva do Palácio, provocando a necessidade imperativa da intervenção em curso. Por isso, digo desde já que não ficarei a apodrecer com o abandono eventual pelo Estado do edifício que recuperámos. Não ficarei a ver desfazer-se o que fizemos.

A questão é muito simples. É de respeito por nós próprios. Este edifício corporiza um dos dias mais brilhantes da história nacional e um valor essencial à nossa existência – a independência. Nele vamos organizar um museu/centro interpretativo. E está situado em lugar central da cidade, de grande circulação de pessoas. É uma grande oportunidade. Será ou motivo permanente de orgulho e entusiasmo (como queremos) ou, entrando em decadência, fonte de escândalo e vergonha. A escolha é a primeira, mas é preciso apoiar. Não chega dizer, é preciso fazer.

Agradeço à Câmara Municipal, pelo muito que tem feito. Desejo poder agradecer ao governo, em diferentes departamentos. Ainda não é altura; queremos confiar que será em breve, em 2025.

Confiamos muito na sociedade civil, cujo contributo consideramos indispensável. Querem ver? O grupo Jerónimo Martins atribuiu-nos já 100.000 euros para o museu/centro interpretativo. Continuamos a trabalhar para completar o resto do orçamento, mas este importante donativo permite-nos avançar. Queremos que, entre a conclusão das obras e a abertura do museu, o intervalo seja o mais curto possível. E a Fundação Millennium BCP, que já tinha coberto (20.000 euros) o restauro dos painéis de azulejos no fim do Jardim, disponibilizou mais 10.000 euros como contribuição para o referido restauro do tecto na entrada, cujo orçamento é de quase 50.000 euros.

Muito obrigado à Fundação Millennium BCP. Muito obrigado ao grupo Jerónimo Martins. Continuamos à procura doutros doadores e mecenas; e pedimos também, é claro, às entidades públicas. Vamos abrir-nos ao crowdfunding, numa operação que, para os meus botões, chamo “Operação Testar o Século”.

Antes das redes sociais, crowdfunding era o que chamávamos angariação de fundos, peditório ou subscrição popular. Se, no final da cerimónia, os senhores convidados e o público quiserem dar-se ao trabalho de ir ver o que está na base do obelisco aos Restauradores, lerão, atrás das flores, em letras de bronze sobre a pedra, a seguinte informação: “EM 1886 POR SUBSCRIÇÃO NACIONAL ERIGIU A COMISSÃO CENTRAL PRIMEIRO DE DEZEMBRO DE 1640.”

Isto é, fomos nós que, com o apoio do povo, fizemos o Monumento aos Restauradores. Daí, o “testar o século”: ver se o séc. XXI será igual ou melhor que 1886.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A terceira pergunta: o que queremos fazer?

Queremos comemorar os 900 anos de Portugal, como tenho dito, em ciclo largo. Isto é, na sua dimensão natural, deixando respirar o tempo como ele é. Se 1128 da batalha de São Mamede se comemora em 2028, 1143 da conferência de Zamora comemora-se em 2043. Não queremos uma argamassa, concentrando tudo num dia ou num ano.

Queremos o tempo a falar pelo tempo que durar. O ano de 2079 fechará o ciclo da fundação com a bula *Manifestis probatum* de 1179. E a batalha de Ourique em 1139, tão decisiva para o Rei e para nós, brilhará no seu lugar próprio, em 2039. Podemos organizar os eventos de maneiras diversas, mas não queremos falsear a realidade, nem falsear o sentimento da realidade. Se Portugal levou 50 anos a fazer-se e a adquirir estatuto pleno, temos de ler, compreender e assimilar esse tempo de 50 anos. Não temos pressa, temos vagar. Creio, de resto, que isto nos fará muito bem, como país. E creio que é o que nos faz falta, neste tempo tão carregado de desafios.

A sociedade portuguesa parece que deslaçou. Falta um sonho, um desafio, uma ambição, um propósito, um desígnio. Não sei se sou só eu a senti-lo. Sinto que nos falta uma ideia, uma inspiração que nos motive, que nos desperte, que nos alimente e que nos dê, ao mesmo tempo, a pontaria e a energia para vencer, uma por uma, as dificuldades que, a cada momento, se atravessam no nosso caminho.

Acredito que a celebração dos 900 anos de Portugal, no modelo que nós propomos, ajuda a puxar-nos para diante. Atrai interesse sobre nós. Desperta curiosidade, que é força de conhecimento. Provoca motivação, ambição, confiança – por vezes, entusiasmo. Dá-nos força, dá-nos raízes, dá-nos dimensão.

Deixo-vos com algumas das ideias propostas pelo Prof. João Paulo Oliveira e Costa para o pré-plano do período em que gostaríamos de ter a primeira Equipa de Missão. De 2025 a 2031, cada ano teria um tema de reflexão histórica: Território e Municipalismo; O Mundo, O Mar, O Estado, Diplomacia, a Mulher e Identidade. E, além dos 900 anos que recaem neste período, teríamos também outras celebrações centenárias de figuras ou factos relativos ao território e fronteiras, ao nosso povo, à cultura e identidade, às relações externas. Teríamos, por exemplo, 300 anos da embaixada à China no séc. XVIII, 350 anos do Arcebispado de Salvador da Bahia, 550 anos da batalha de Alcácer-Quibir, 600 anos do povoamento da Madeira, 600 anos da descoberta e povoamento dos Açores, 650 anos do Arquivo da Torre do Tombo, 700 anos da morte de D. Dinis, 800 anos da morte de Santo António, 900 anos da batalha de São Mamede, 900 anos da morte da Condessa-Rainha D. Teresa, 900 anos da capital fixada em Coimbra – e outros ainda, para iluminar a escolha.

Temos também os concelhos e o projecto “Forais da Fundação, Municípios de Portugal”, por que pretendemos descentralizar e enraizar as comemorações dos 900 anos de Portugal por todo o tempo que durem. É a celebração dos forais desde o Condado Portucalense até à morte de Afonso Henriques. Grande base por que se construiu também a nacionalidade, poderosa e misteriosa química dos primeiros dois séculos e meio.

A ideia é pormos de pé o que chamo a “Liga dos 900”, isto é, a agregação dos 53 municípios a que pertencem os 60 forais da fundação. É importante promover a sua notoriedade conjunta, fortalecer o seu espírito de corpo e coesão e darem-se a ver, reunidos, quer na celebração de cada foral, quer nas celebrações nacionais dos 900 anos.

Em 26 de Outubro, festejámos, em Sernancelhe, 900 anos do seu foral. É o mais recente. No próximo ano, será Ponte de Lima, a 4 de Março. Sobre o Foral de Sernancelhe, podem ler já, na nossa revista Independência, uma revista digital, um magnífico artigo científico do Prof. Paulo Almeida Fernandes, que nos explica tudo. E creio que, representando a Confederação Musical Portuguesa, está aqui o Presidente da Câmara Municipal de Sernancelhe, Dr. Carlos Santos, que organizou estas comemorações, para quem peço o vosso aplauso. 900 anos não é coisa pouca. Sernancelhe é uma das 12 terras que já podem disser: “As terras que fizemos Portugal já estamos a festejar 900 anos.”

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Enfim, quarta pergunta: O que vamos fazer?

Vamos a Zamora, cumprir uma promessa: a de que lá estaríamos para comemorar os 900 anos do dia em que o infante Afonso Henriques, ali se armou a si mesmo Cavaleiro, seguindo o modo dos reis medievais.

Antes, deixem-me contar que recebi, anteontem, um postal daquela rapariga da minha idade (não sei se ainda se lembram), Luísa Soares, bem simpática, que se cruzou comigo na Avenida nos últimos dois 1.ºs de Dezembro. Diz o postal:

«Senhor Doutor (aqui não posso tratá-lo como “o Ribeiro e Castro das bandas”),

Escrevo-lhe, porque não vou estar aí no dia 1. Desde que me falou em Zamora que queria aqui vir. Bonita cidade, antiga. Já estive na Catedral e estou a ver o Douro como nunca o vi. Lembra-se de me perguntar se devia convidar o Presidente e eu ter concordado? Confirmo: tem de convidar o Presidente. Ele vai gostar. E, vindo muitos portugueses, vai ser uma alegria. Eu cá estarei de certeza! Um abraço,

Luísa».

Estamos a ultimar o programa com os nossos parceiros, a Fundación Rey Afonso Henriques, em Zamora, e a Grã Ordem Afonsina, de Guimarães. Temos já muito adiantado o programa do Congresso Histórico Portugal Século XII, previsto para 6 a 8 de Junho. Temos confirmados professores universitários como: Orlando Gama, de Bragança; Mário

Barroca e Luís Carlos Amaral, do Porto; Hermenegildo Fernandes e Jorge Martins, de Lisboa; José Eduardo Franco, da Aberta; Amélia Andrade, Maria João Branco e João Paulo Oliveira e Costa, da NOVA. E já definidos os seguintes temas: «A fronteira e D. Afonso Henriques»; «O conde Afonso Henriques»; «Afonso Henriques em Zamora»; «A herança lusitana»; «Zamora, os judeus e a formação e consolidação de Portugal»; «O papel das lideranças eclesiais na fundação de Portugal»; «O mar na afirmação do Portugal independente». Transmitimos aos parceiros de Castela e Leão sugestões de temas que gostaríamos de ver abordados por historiadores da Universidade de Salamanca e do instituto em Zamora. A proposta da Grã Ordem Afonsina é conseguirmos termos em Zamora 900 portugueses para festejar 900 anos do gesto do jovem Afonso Henriques. Está já em produção a emissão filatélica alusiva ao significado nacional da data, com disponibilidade dos CTT para a apresentar in loco. Está apalavrada a presença de bandas filarmónicas portuguesas a dar o tom e elevar a alegria. Já tive reuniões com o Ayuntamiento. E são muito boas as notícias que recebemos da Diputación de Zamora e da Junta da Comunidade de Castilla-Léon. Tenciono ir lá em Janeiro para avançar os planos e, se possível, concluí-los.

São muito boas as perspectivas desta jornada, para que trabalhamos há dois anos. Queremos que corra muito bem. Por isso, como aconselhou a animosa Luísa, é com a maior honra que manifesto a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, o enorme gosto em vê-lo a presidir a este dia que organizamos. Não tenho a mais pequena dúvida de que os zamoranos o receberão também com júbilo e brio. O convite formal transmiti-lo-emos a Vossa Excelência no exacto momento em que já estiver tudo assegurado.

Claro que temos de ter meios financeiros que permitam organização. Esticámos já as nossas possibilidades, muito para além do modelo de andar com a baliza as costas. A comemoração de Portugal tem de ser bem servida, sabendo agarrar e aproveitar os momentos, que não têm outra hora, senão a sua. O governo ainda conseguiu agarrar in extremis o 5.º Centenário do nascimento de Camões e o 5.º Centenário da morte de Vasco da Gama, que tinham sido negligenciados e, no plano nacional, se perderiam. Mas não pode repetir-se. Trabalhamos para ser possível e a tempo. Sintam-se, desde já, todos convidados. O encontro está marcado para a catedral de Zamora, no Domingo de Pentecostes, 8 de Junho de 2025, para celebrar Afonso Henriques pelo arrojo do seu gesto profético, aos 15 anos de idade. E, antes, o Congresso Histórico, com começo a 6 de Junho e encerramento no programa do dia 8, um Congresso para falar dos portugueses, que iriam formar-se um grande povo.

Nesse 8 de Junho de 2025, vamos abrir oficialmente as portas do 9.º Centenário de Portugal. Afonso Henriques não sabia que ia ser rei, mas nós sabemos que foi. Depois dessa abertura, as comemorações acabam em 2079 ou talvez (quem sabe?) 2085, quando passam 900 anos sobre a morte do nosso Rei fundador. Não temos de o decidir, é tarefa dos que cá estiverem.

O essencial é não abreviar o que nos enriquece, deixar o tempo ser como é, aprender e saborear essa grandeza que atravessa os nossos dias. Deixar o vento bom da nossa fundação e a sabedoria da nossa antiguidade soprar e inspirar este século.

Creio que vamos reencontrar-nos. Creio que vamos ser melhores. Creio que, mais confiantes, mais seguros, com mais apurado sentido do que nos serve e também mais exigentes na qualidade do que fazemos, ir-nos-emos chegando aos lugares da frente, como nos pertence.

Viva Portugal! Vivam os 900 anos de Portugal!

* Discurso do Presidente da Sociedade Histórica, Dr. José Ribeiro e Castro, nas Cerimónias de Homenagem aos Heróis da Restauração e da Guerra da Restauração, a 1 de Dezembro de 2024.



A Importância Histórica, Educativa e Cultural das Bandas Filarmónicas em Portugal

Rui Penha Pereira

Introdução

A fim de se poderem debater eventuais melhores caminhos para servirem a sociedade portuguesa, apresenta-se aqui uma breve análise sobre a importância histórica, educativa e cultural das Associações Filarmónicas de Portugal.

Pretende-se ainda chamar a atenção para o facto de o Estado central e o seu órgão máximo de gestão cultural, ter tido sempre uma total ausência no apoio à "maior, mais extensa e mais antiga, Associação Cultural de Portugal" - o conjunto das Associações Filarmónicas. Motiva-se pois o debate se é do interesse do Estado e logo dos portugueses, alterar ou não tal situação, já que eu próprio julgo não ter respostas definitivas sobre todas as interrogações suscitadas por esta problemática. Com tais finalidades, passarei a tentar caracterizar brevemente o movimento filarmónico e alguns dos seus aspectos positivos e negativos. Seguidamente, procurarei dar uma tentativa de explicação para esta ausência do Estado Central no apoio às Filarmónicas, mencionando-se aqui o papel do Instituto Nacional Para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL). Com o propósito de contrastar a intervenção intensa de outros Estados neste sector cultural, comenta-se, em terceiro lugar, o caso das Orquestras

Gerações, que tiveram origem na América Latina. Finalmente, na conclusão, procurar-se-á reexpor os objectivos desta comunicação e sublinhar o que se tiver por mais interessante, do desenvolvimento dos tópicos mencionados.



Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas 1.º de Dezembro - 2014

I - Breve caracterização das Bandas Filarmónicas

Com uma história de perto de 300 anos (Século XVIII - cerca de 1.722), cobrindo toda a extensão do território, continente e ilhas, com mais de 700 associações

agrupadas na Confederação Musical Portuguesa (CMP), as Filarmónicas, no seu conjunto, parecem merecer o título de "maior, mais extensa e mais antiga, Associação

Cultural de Portugal”. Predominantemente de raiz popular e profundamente embebidas nas comunidades, as Filarmónicas envolvem centenas de Escolas de Música, com milhares de alunos, podendo justamente ser apelidadas, como muitos o fazem, de “Conservatórios do Povo”. Estas escolas são ainda apontadas como o único recurso para aprendizagem da música em Portugal para muitos portugueses, em especial em zonas menos urbanas (Lourosa, 2012). Pelo elevado número de alunos, aqui tiveram e têm origem, ainda, muitos músicos profissionais, que depois fazem carreira em bandas militares, formações clássicas e mesmo no Jazz. Esta actividade pode estender-se na prática de instrumentos, mas ainda no ensino, no arranjo e composição, e ainda na direcção de orquestra.

As Filarmónicas podem ser vistas predominantemente como Bandas Comunitárias e centros de socialização locais. Interrelacionais, facilmente nelas se podem encontrar sentadas três gerações: avós, filhos e netos; Desde há muito que a igualdade de género é seu apanágio, não distinguindo entre homens e mulheres; São centros de acolhimento universais, recebendo facilmente músicos emigrantes, residentes estrangeiros, frequentes por exemplo, no Algarve, e etnias minoritárias como, exemplificativamente, a cigana; Finalmente, podem ainda ser vistas como escolas de democracia, já que é essa a sua linha principal de gestão interna. Reflectindo a sua longa e importante inserção nas comunidades, as Filarmónicas intervêm nas festas religiosas e seculares, comemorações de dias nacionais e dias da cidade, recepções a entidades oficiais e ainda concertos diversos. Exemplificativamente, no Algarve, sendo a zona, do país com menor densidade destas Associações, apenas treze, podem facilmente contabilizar-se mais de 150 intervenções anuais. A priori, talvez não sejam necessários longos estudos de um qualquer centro de investigação em ciências sociais, para se concordar estar-se em presença de um importante capital social. Consensual pode ser ainda a afirmação de que este capital tem uma longa influência na vivência diária da complexa construção do bem e do bem-estar na sociedade, por uma miríade, apenas parcialmente descritível, de práticas. De resto, têm vindo a surgir estudos em departamentos de universidades, como por exemplo Gomez (2007), Vasconcelos (2007) e Lourosa (2012), que parecem corroborar tais pontos de vista. Por exemplo, pode ler-se aqui que as Filarmónicas podem ainda hoje ser consideradas um “símbolo da nacionalidade”.

Por outro lado, olhando para o “slogan” que sumariza a missão da Associação Regional do Algarve (ARFA) - “Quebrar o Isolamento, Modernizar e Florescer na Tradição” - podemos ter a oportunidade de expor alguns aspectos menos positivos das Filarmónicas. A tradição parece ser isolacionista - cada um por si. Daqui uma gestão que sendo geralmente altruísta, esforçada e persistente, pode igualmente ser pouco informada, demasiado intuitiva e paroquial. Um aspecto importante é o facto de os dirigentes filarmónicos estarem sempre absorvidos com um elevado número de eventos que anualmente organizam ou participam. Dado ainda o facto de tais dirigentes serem voluntários desenvolvendo a sua acção sobretudo aos fins-de-semana, coloca-os na posição de pouca ou nenhuma disponibilidade para reflexões e planos de médio e longo prazo.

Assim, o modelo de funcionamento das filarmónicas tem vindo, talvez há décadas, a desactualizar-se e a carecer de modernização. Dito isto, há uma tradição a preservar e há que debater mudanças que a respeitem. No entanto, só por si, o actual modelo pode mesmo significar uma lenta e longa extinção. Em geral, a imagem projectada - fardamentos, decorações de instalações, etc. - parece estar longe do século XXI e ter parqueado algures pela primeira metade do século passado. A crónica exiguidade de meios materiais, tem seguramente jogado aqui também um papel fundamental. Em verdade, usualmente não há sequer meios para o essencial.



Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas 1.º de Dezembro - 2015

• • • •

II - Ausência da Administração Central do Estado Português

O financiamento das Filarmónicas é sobretudo assegurado por subsídios das autarquias locais e pelo que

se designa, o pagamento de alguns “serviços” - por exemplo a participação em procissões. Frequentemente

tal pagamento de “serviços” é ainda proveniente das mesmas autarquias. Estas são voluntárias, mas têm inúmeras solicitações e insuficiências de recursos. Na conjuntura económica actual, é fácil perceber a que estado podem chegar as filarmónicas, partindo de uma situação que já é miserabilista.

Com a modernização da estrutura dos governos na Europa, cerca dos anos 80, seguindo talvez a liderança da França, estes passaram a singularizar um ministério ou secretaria de estado, para a cultura. Mas, particularmente no caso português, esta mudança, parece ter assentado a partir da tradição do Estado Novo. Aqui, a ideologia do bom convívio entre as corporações de patrões e trabalhadores, levou a que o Estado corporativista - supra classista e garante de toda esta harmonia e alegria no trabalho - enquadrasse estas associações, tidas por mais populares, através do Ministério das Corporações. Mais tarde, após o 25 de Abril, significativamente, a tutela permaneceu no Ministério do Trabalho. A suceder à FNAT, Federação Nacional para a Alegria no Trabalho (1935), surge o INATEL - Instituto Nacional Para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores, a tutelar as Filarmónicas, na sua área da cultura. Mais recentemente o INATEL passa a fundação privada de utilidade pública, tutelada pelo Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

De imediato, uma infeliz tripla condição parece poder ser deduzida desta raiz histórica. Primeiro, um anacronismo: a Europa e o Portugal democráticos de hoje, não têm nada a ver com esta discriminação de culturas populares e de trabalhadores, versus quaisquer outras, supostamente mais eruditas ou profissionais. Segundo, uma duplicidade: têm-se dois organismos do Estado central a operar na área da cultura, justificando-se mais ou menos, ainda na esteira do Estado Novo, pela separação por áreas, ainda agora, designadas por mais profissionais ou mais amadoras. Terceiro, um encobrimento bastará analisar os montantes das verbas do INATEL para a cultura, para se perceber quão irrisório estas têm sido, tendo em conta a dimensão do país e a enormidade do que se pretende alcançar. Encobre-se pois a necessidade de o órgão, por excelência, responsável pela cultura, ministério ou secretaria de estado, de ter de se debruçar sobre vastas áreas que com toda a naturalidade lhe caberia abranger. O INATEL, pelos anos que opera na área, deterá certamente profissionais experientes e conhecedores da problemática das Filarmónicas. Qualitativamente teve boas intervenções, por exemplo, na organização - em tempos passados - de cursos de maestros. Mas, quantitativamente bastará analisar os orçamentos e conhecer o que realmente tem chegado a cada Filarmónica, para se concluir serem meramente simbólicos. Mais recentemente, como fundação privada, a Fundação INATEL poderá ser visto como um grupo

hoteleiro detentor de uma agência de viagens, compreensivelmente centrada em coisas como os índices de ocupação e, logo, na sua auto-sustentação. Talvez isto seja mesmo algo pouco compatível com a suposta tutela de enormes áreas de cultura dita, ainda com sabor a Estado Novo, mais “popular”. Com o que dispôs, parece que dificilmente poderia o INATEL fazer mais do que o que fez.

Talvez se concorde na evidência da grande transformação ocorrida nos mais variados sectores da sociedade portuguesa, ao longo das décadas recentes, a partir dos mais diversos programas e importantes verbas, no contexto da adesão à União Europeia. O espantoso aqui é constatar que, à parte algumas tímidas intervenções da iniciativa até de Direcções Regionais do Ministério da Cultura - caso do Programa Filarmónicas nos Monumentos, em curso há três anos, aqui no Algarve - as Filarmónicas ficaram - quase totalmente excluídas desse período histórico único. Situação que, de resto, se mantem nos programas em curso.

Poder-se-ia ter pensado num plano estratégico ambicioso de, por exemplo, dotar as Filarmónicas com novas instalações e equipamentos - auditórios, estúdio de som, etc. Tal poderia ser programado para ambicionar incluir objectivos operacionais como por exemplo quintuplicar o número dos alunos das Escolas de Música, modernizando-as para incluírem o ensino de outros instrumentos e outros tipos de formações musicais, que cativassem mais estas novas gerações. Mas não. O facto está aí à vista de quem quiser cá vir ver. As filarmónicas nem meios têm para acorrer a problemas elementares, como substituir as muito velhas estantes de música, ou o facto de não terem acústica e luz adequada na sala de ensaio e, há mesmo quem não tenha sala de ensaios e viva de empréstimos para o efeito. De participação nos tais programas comunitários, nem notícia.



Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas 1.º de Dezembro - 2014

• • • •

Talvez seja pois fácil constatar que o único recurso para

aprendizagem da música em Portugal para muitos portugueses em especial em zonas menos urbanas, tem ficado à margem desses programas, durante décadas. Assim, convenhamos que os muitos jovens portugueses, os tais que sem as Filarmónicas não têm hipótese de aprender música e encontrarem aí adequados níveis de socialização e até uma profissão, mereciam e continuam a merecer uma outra atenção de todos nós. Em particular, talvez seja fácil concordar, que pelo menos

merecem o debate acerca de qual deve ser o enquadramento institucional e o grau de envolvimento do Estado central, agora neste século XXI. Resumindo, provavelmente muito por influência decisiva do que talvez se possa ver como um embuste orquestrado há cerca de um século pelo Estado Novo, parece poder concluir-se pela, praticamente, total ausência das estruturas da administração central, de uma adequada e efectiva tutela das Associações Filarmónicas de Portugal.

III – América Latina e Orquestras Gerações

Olhando para o exemplo das Orquestras Gerações, iniciadas há cerca de 38 anos na Venezuela (<http://fundamusical.org.ve/>) temos, por contraste, um sistema montado de raiz por iniciativa da administração central do estado. O esforço é notável, assumindo-se a missão do uso da música orquestral, “como instrumento de organização social e desenvolvimento comunitário”. Apontam-se ainda como objectivos: “minimizar níveis de pobreza, marginalidade, analfabetismo e exclusão da população”.

Este sistema parece ser de grande inovação e sucesso pedagógico, detendo actualmente na Venezuela 285 núcleos, a partir dos quais se instruem cerca de 350.000 jovens e crianças. Internacionalizado, está já presente em cerca de 25 países. Chegou a Portugal e teve algum apoio do Ministério da Educação. A ARFA interessou-se pelo projecto, na tentativa de o inaugurar no Algarve, mas já numa altura em que os apoios escasseavam. Mas, parece-nos estar aqui um exemplo que muito poderia influenciar mudanças positivas no actual modelo de filarmónicas, ajudando-as a ganharem uma outra modernidade.

Sobre os factos acima expostos, parece ser fácil talvez apontar o seguinte: Primeiro, muitas destas sociedades sul-americanas têm níveis de pobreza, marginalidade, analfabetismo e exclusão social, inimagináveis em Portugal; Segundo: historicamente, estas sociedades não criaram um movimento parecido com o das Associações Filarmónicas em Portugal, e foi o estado que teve a iniciativa recente de usar a música e as orquestras, com fins de socialização das populações; Terceiro: estas acções têm tido um assinalável sucesso, comprovando-se a sua efectividade, mesmo a curto prazo.

Olhando agora para o caso Português, parece igualmente ser fácil concordar no seguinte: Primeiro, por razões talvez desconhecidas, a sociedade portuguesa parece ter tido a sorte de nela se terem gerado, desde há trezentos anos, cerca de 700 genuínas e comprovadas “orquestras gerações”, que influenciaram inúmeras gerações de portugueses; Segundo, este ultimo facto, com maior ou menor modéstia, dada a complexidade da interacção de inúmeros e obscuros factores sociais, terá sido, com

certeza, um dos contribuidores para fazer da sociedade portuguesa uma sociedade melhor e mais segura, que muitas das tais sociedades sul-americanas; Terceiro, perante a pujança do actual movimento das orquestras sul-americanas, pode constatar-se, em geral, um declínio do associativismo filarmónico, em Portugal; Quarto, como comprova a ambição do já internacionalizado esforço sul-americano, o capital social representado pelas filarmónicas portuguesas é vasto e valioso, sob qualquer critério, e pode ser requerido o empenho de muitos meios e, sobretudo, muito tempo, para se erguer um que lhe seja equivalente; Quinto, em Portugal o movimento filarmónico é de origem comunitária, tem uma longuíssima tradição e não carece do exclusivo apoio do estado central, o que lhe confere maior resiliência, economia e auto-sustentação.

Pela sua importância, destacamos finalmente o que parece ser uma importantíssima diferença entre o projecto “Orquestras Gerações”, aqui em Portugal, e as Associações Filarmónicas. Tal diferença aponta claramente para a feliz possibilidade de uma crucial complementaridade. O primeiro começa por ser implementado no interior das escolas, requerendo um significativo orçamento de sustentação e, para o aluno, é limitado no tempo. Isto é, tende a terminar para os alunos que acabam o seu período escolar.

Contrariamente, as Associações Filarmónicas tendem a ser perenes, servem pessoas de todas as idades, estendendo-se por diversas gerações, podem funcionar com muito baixos orçamentos e estão disseminadas por todo o território. Na sua longa tradição, as filarmónicas tendem a ser um referencial de participação cívica, sentido de pertença e realização pessoal, não para a curta duração de um qualquer projecto. Não, as filarmónicas são para uma vida inteira. E este facto deve ser bem consciencializado, como uma das suas mais importantes valias. Dado que, por exemplo, crime e marginalidade não são exclusivos do período juvenil, talvez não seja difícil concordarmos ser o potencial das Filarmónicas um inestimável bem social. Assim, a feliz complementaridade consiste no facto de as filarmónicas poderem ser naturais continuadoras, para a prática da

música da maior parte daqueles alunos.

Assim, a exploração destes argumentos parece conduzir á possibilidade de se complementarem e contaminarem, o mais possível, este tipo de projectos ou as eventuais modalidades que daqui possam derivar. De resto, a criatividade na configuração de novas modalidades de projectos musicais, evoluindo as escolas e filarmónicas, deve ser estimulada em todas as direcções possíveis. As filarmónicas, podem pois, com toda a naturalidade, ser parceiras de acompanhamento e grandes receptoras de todos aqueles que se iniciaram em "Orquestras Gerações" ou quaisquer projectos semelhantes, potenciando enormemente tais iniciativas, quer no plano individual quer social.

Assim, em conclusão, parece ser legítimo questionar se o órgão máximo da cultura no Governo de Portugal deve continuar indiferente a tudo isto. Ou se, pelo contrário, no mínimo, deve fazer um estudo aprofundado deste capital social de Portugal e analisar possíveis modelos para o revitalizar, estudando as possíveis estratégias e planos operacionais para os atingir. Trata-se pois de inteligentemente não só evitar a perda deste património, mas sobretudo de tirar o máximo partido do mesmo, modernizando-o e relançando-o para dele se extrair mais um século de bons proveitos para a sociedade

portuguesa.

Em suma, poderá o Governo Português esquecer ou menosprezar aquilo que já tem e que, afinal, tantos outros governos andam tão esforçadamente a tentar conseguir?



Desfile Nacional de Bandas Filarmónicas 1.º de Dezembro - 2012

...

IV - Conclusão

Esta comunicação teve por fim central o de brevemente expor a importância histórica, educativa e cultural do conjunto das Associações Filarmónicas portuguesas, chamando-se a atenção para a necessidade de realização de um estudo aprofundado sobre as mesmas, para que estas melhor sirvam o bem comum. Para justificar e contextualizar tal sugestão, procurou fazer-se: Um relato breve de algumas das características mais marcantes destas associações; A explanação do argumento onde se alega como facto histórico a ausência da Administração Central do Estado, de uma efectiva tutela do associativismo filarmónico; O contraste com algumas sociedades da América Latina e o seu uso de orquestras para fins sociais.

O conjunto das Associações Filarmónicas parece ser ainda hoje um importante capital social do qual, por razões históricas, a Administração Central tem estado largamente alheada. Por outro lado, podem-se tirar lições importantes do sucesso recente, por parte de países da América Latina, do uso de música orquestral no esforço de socialização e inclusão de crianças e jovens. Tal pode sugerir a criatividade em projectos que cruzem e complementem o uso da rede de escolas oficiais e a rede de Associações Filarmónicas. Num estado democrático e moderno, parece ser razoável esperar que seja o órgão de definição da política de cultura, a gerir e

harmonizar todos os possíveis subsectores da mesma. A continuar-se de outra forma, parece não ser razoável poder haver coordenação e controlo de acção nas políticas globais para essa cultura. De resto, a actual Secretaria de Estado da Cultura só pode ganhar em reforço da sua importância, ao ser mais abrangente. Assim, sugere-se que a Secretaria de Estado da Cultura pondere sobre a possibilidade de influenciar as mudanças institucionais que lhe confirmam integralmente a tutela sobre a área da cultura onde se enquadram as Associações Filarmónicas. Promova a elaboração de um estudo aprofundado sobre o movimento filarmónico para, em geral, determinar qual o seu potencial e em que modalidades pode continuar a servir os portugueses. Mais particularmente, tal estudo poderá analisar possíveis modelos de funcionamento para a rede de filarmónicas em interacção com a rede escolar e ainda quais as estratégias e planos operacionais a fim de se progredir para esses novos modelos.

Convém sublinhar, finalmente, que os estudos propostos devem ser independentes de quaisquer circunstâncias de conjuntura. Discussões sobre alocação de orçamentos, necessariamente condicionados a aspectos conjunturais, devem ser posteriores ao grande enquadramento que aqui se sugere. Haverá que ter sempre em conta que as filarmónicas são seculares e para a vida.

Nota: Comunicação apresentada no 2º Congresso de

Bandas Filarmónicas, 2014, em Braga, e no 1º Congresso “Bienal Turismo Natureza Algarve 2014”, em Aljezur.

Referências:

- Gomez, Agostinho da Costa Dinis, (2007) O contributo das Bandas Filarmónicas para o desenvolvimento pessoal e comunitário: um estudo efectuado no Alto Tâmega - sub-região do Norte de Portugal. Tese de Doutoramento apresentada na Universidade de Vigo, Departamento de Didácticas Especiais.
- Lourosa, Helena Maria Matos (2012) À sombra de um passado por contar: Banda de Música de Santiago de Riba-Ul. Discursos e percursos na história do movimento filarmónico português. Tese de doutoramento apresentada na universidade de Aveiro, departamento de Comunicação e Arte.
- Vasconcelos, Maria João (2007) A Orquestra Filarmónica 12 de Abril: Um agrupamento musical em mudança (1980-2006). Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Ciências Musicais.
- Governo da Venezuela, <http://fundamusical.org.ve/>, acedido em 23 de Abril de 2015 (actualização).



“Aqui nasceu Portugal”. A história do letreiro mais famoso da Lusofonia *

Barroso da Fonte

Muito pouca gente saberá desta história, mesmo que sejam da cidade ou do concelho de Guimarães. O letreiro mais expressivo da Língua Portuguesa foi colocado há 44 anos.



O letreiro que se tornou um símbolo transcendental: Aqui nasceu o Rei Fundador, Portugal e a Lusofonia.

• • • •

Foi em 29 de Junho de 1976, quinta-feira, véspera do arranque das Festas Gualterianas, que um grupo de vimaranenses colocou na Muralha, mais concretamente na Torre da Alfândega, o letreiro que diz “AQUI NASCEU PORTUGAL”. Desde aí, ele identifica não só Guimarães, mas também o império que fomos e a Lusofonia que somos. E que também aqui nasceu.

Nunca lemos na imprensa escrita, vista ou falada,

qualquer nota explicativa sobre essa aventura popular. Mas ela merece ser contada, antes que o tempo a apague da nossa memória colectiva.



O cartaz publicitário que ocupou a Torre da Alfândega na primeira metade do século 20. (in «Guimarães do Passado e do Presente», org. de Joaquim Fernandes, 1985).

• • • •

Antes do letreiro existir, aquele espaço da muralha albergou um grande cartaz publicitário que lá esteve

desde princípios até meados do século vinte. Quando ele foi retirado, a muralha só era adornada durante as festas da cidade, com um letreiro provisório, iluminado, que ali era colocado anualmente para dar as boas vindas aos turistas que chegavam, vindos da estação de comboios. E assim foi até 1976.

No frenesim político e social que se seguiu à revolução dos cravos, um pequeno grupo de cidadãos, inflamados de fervor bairrista, ainda para mais quando o clube de futebol local ia ganhando cada vez mais notoriedade a nível nacional e europeu, achou que a cidade onde nasceu Portugal merecia ter um símbolo desse orgulho vimaranense. Um orgulho que é bairrista e pátrio ao

mesmo tempo, até porque, como reza o ditado: quem nasce em Guimarães é português duas vezes. E assim surgiu a ideia de perpetuar esse duplo espírito bairrista e patriótico com um letreiro naquela torre da muralha. Mas os tempos pós revolução não eram muito favoráveis a esse tipo de demonstrações de fervor patriótico, mesmo que fossem completamente apartidárias. Por isso, a execução do projeto foi-se tecendo sem grande alarido por parte dos seus autores: três cidadãos que tinham estado à frente da organização das Festas Gualterianas de 1975 e que, em comum, tinham também o facto de serem sócios da Unidade Vimaranesa. Dois já faleceram. O terceiro ainda está vivo. É graças a ele que podemos contar a história.

Três arrojados Vimaraneses

A organização das Festas da Cidade de 1975 teve um saldo positivo de 48 contos, na moeda de então. Aproveitando esse excedente pecuniário, o coordenador das Festas, Manuel Miranda, ajudado por outros dois membros da organização, Armindo Maria Fernandes e Laurentino Teixeira, estes últimos já falecidos, decidiu pôr em prática a ideia de colocar um letreiro na muralha, a lembrar que “Aqui nasceu Portugal”. Uma frase simples, mas imbuída de significado e simbolismo. O plano era inaugurar esse letreiro nas Festas Gualterianas do ano seguinte.

Para evitarem problemas e não ferirem susceptibilidades ideológicas, que naquele tempo andavam quentes e acirradas, os três arrojados vimaranenses, liderados pelo Manuel Miranda, meteram mãos ao trabalho. No meio de algum secretismo, negociaram as autorizações necessárias, um processo complicado na altura, e pediram a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Guimarães, para que, no dia acertado, disponibilizassem a Escada Magirus. Na Neuolux, uma empresa portuense que se situava na Rua da Torrinha, mandaram executar o letreiro, que foi pago com o lucro das Festas.



Da esq. para a dir.: Manuel Miranda, Armindo Maria Fernandes e Laurentino Teixeira.

Na véspera da inauguração das Gualterianas de 1976, uma quinta-feira, por volta das 11 da manhã, o plano foi posto em acção. Miranda e um técnico da Neuolux subiram e desceram através da Escada Magirus. Fernando Lage Jordão, proprietário da empresa responsável pelo abastecimento elétrico da cidade, em 20 minutos, ordenou a ligação do letreiro à rede pública. E lá está, até hoje: «AQUI NASCEU PORTUGAL». A humildade dos três amigos contribuiu para que nunca reclamassem os louros por tal feito. O letreiro tornou-se uma imagem de marca da cidade, do país e, consequentemente, da Lusofonia, pois foi aqui que tudo começou. A história só não se perdeu na bruma da memória porque Manuel Miranda está vivo. E com relutância nos relatou a aventura.

* Artigo publicado na revista “9 séculos. Revista de Lusofonia”, n.º1, 2020, pags.7/8

Antes de Portugal, onde andam a sua vis e a sua alma?

Tudo começa a germinar no Condado Portucalense, herdado por Afonso VI de Leão e Castela a sua filha ilegítima D. Teresa infanta de Leão, por casamento com o nobre borgonhês D. Henrique de Borgonha, e que são os pais de D. Afonso Henriques. Mas o jovem condado sente as fragilidades da sua existência, intensamente pressionado entre as ambições integracionistas de Leão, a oeste, e da Galiza, a norte.

A morte de D. Henrique deixa o filho com três anos e D. Teresa sucessora do Condado, que logo se vê em pugna com a sua irmã leonesa, Urraca, pelo estatuto de herdeira de D. Afonso VI. D. Teresa guerreou para o interior, alcançou poder em êxitos militares, intitulou-se Rainha de Portugal, assim reconhecida por Afonso VII, seu sobrinho que, à morte de Urraca, retoma o título do seu avô como imperador de toda a História. O Condado Portucalense é, neste momento, vassalo de Afonso VII. D. Teresa rege com garra e vontade política o Condado, mas é enredada nos fortes envolvimento político-religiosos galegos; a disputa já se evidenciava entre o bispo D. Diego Gelmirez, poderoso bispo de S. Tiago de Compostela, e D. Geraldo, bispo bracarense, para alçar Braga a sede metropolitana com domínio sobre as dioceses de Porto, Coimbra, Viseu e Lamego. Eram também manifestas vontades autonomistas dos senhores e barões portucalenses, que tinham sido incentivadas já por D. Henrique.

Sob forte influência do seu Aio Egas Moniz, o jovem Afonso Henriques, com onze anos é integrado na corte de sua mãe, mas sempre fidelizado às ambições de autonomia portucalense, contra as mais directas investidas galegas, pelos braços político e religioso. Mas a mais funda vontade do jovem herdeiro do Condado era autonomizar-se da Galiza, como de Leão e Castela, ou seja, da vassalagem a Afonso VII. Criar um reino independente.

D. Teresa queria verdadeiramente impor-se cabeça do condado portucalense, ousando mesmo alçar-se a rainha de Portugal (“Ego Taresia de Portugal regis Ildefonsis filia”). Mas vê-se crescentemente envolvida pelas pressões galegas, via da infiltração dos grão senhores Bermudo Peres de Trava e Fernão Peres de Trava,

manipulados pelo pai Pedro Froilaz de Trava, em conluio com o arcebispo de Santiago de Compostela, centro religioso de enorme voltagem e carisma em toda a Ibéria e mais além Pirenéus. As ambições de Compostela eram tais, que almejavam tornar-se o centro do Catolicismo, destronando Roma. O mentor do jovem Afonso Henriques começa a ser arredado de funções políticas importantes (governos de Coimbra e Lamego) logo passadas para as mãos dos Trava. Fernão de Trava vai surgindo como príncipe consorte.

A operação galega começava a tornar-se clara entre a nobre classe portucalense. Talvez Teresa, por ambição, fosse embaía à crença de reinar num reino galaico-portucalense. Um sentimento de revolta estremece os nobres portucalenses. Pressente-se na sombra o dedo de Egas Moniz, no desenredar das malhas galegas, em coligação com o arcebispo de Braga, Paio Mendes que, compelido a abandonar o território condal, se retira até Zamora levando o Infante que, na catedral, se auto-armou cavaleiro (1125). D. Egas Moniz é neste cenário o pólo resistente, líder da elite político-militar duriense, dos ricos-homens ou infanções, os nobilitados por nascimento de entre Cávado e Douro. Era o símbolo vivo e militante da autonomia portucalense dentro da geopolítica da Ibéria.

As peças começam a ser lançadas no tabuleiro do decisivo confronto armado. Confrontada a vontade e projecto autonomista portucalense com três frentes, a galaico-leonesa, a castelhana (soberania imperial de Afonso VII) e o esparso poderio almorávida, os estrategos portucalenses optam pela regra da concentração dos meios para resolver a ameaça norte. Proclamada a revolta pelo Infante, as duas forças enfrentam-se perto do castelo de Guimarães, com triunfo das tropas de Henrique na famosa batalha de S. Mamede, que se continuou no desarme de outros focos opositores.

Nela têm preponderância militar as forças de Egas Moniz, que ocorre no momento exacto em reforço das hostes de Afonso Henriques. A primeira frente estava vencida. Como ficou registado em crónicas, S. Mamede foi a “primeira tarde portuguesa”.

Arquitectura de um reino

Com a rectaguarda tranquilizada com a destruição do abraço de urso galaico-composteliano, Afonso toma uma decisão de inteligente e decisiva estratégia: transmuda-se, com a corte dos seus mais fiéis, para Coimbra. Aqui começa a germinar um corpus de nacionalidade, um embrião de estado, a aliança secular-religiosa unida no combate autonómico, o aparelhamento de corpo militar

de elite. O projecto estratégico começa a revelar-se: ir ao assalto da frente sul, derrotando o poder mourisco. Junta agora o governo do condado portucalense ao de Coimbra, numa posição mais central para operações a nordeste e a sul. Mas, para tal, era necessário cimentar a unidade interna.

Assim, a mudança visava também a libertação de soft

power galaico, pesadamente comprovado com os Trava, mas também de infanções portugalenses, alguns deles bons aliados seus em S. Mamede, mas que iam ganhando crescentes ambições de poder para ombrear na liderança do novo reino. A situação era gelatinosa: em S. Mamede Afonso tem apoio de alguns nobres galegos, que visavam contrabalançar o solidário poderio das cinco linhagens durienses agora ladeadas por Afonso, as de Ribadouro, da Maia, Sousa, Baião e Bragança, que tinham dominado em tempos do seu pai.

Do cimo da alta, vê o Mondego ali em baixo que é muralha natural de defesa para sul; funda e patrocina o Mosteiro de Santa Cruz, escola de gentes de pensamento para as tarefas do estado, como S. Teotónio ou João Peculiar, que já liderara a resistência a Compostela.

Os mistérios de Ourique

Talvez por ter sido um dos mais misteriosos acontecimentos da história portuguesa, a batalha de Ourique a marcou fundacional e vocacionalmente. Do nevoeiro se gera o mito que, em definição de Fernando Pessoa “é o nada que é tudo”, ou seja, sendo pura representação e sonho, origina e nutre o devir histórico. Nas crónicas, tudo sobre ela é vago, nebuloso, inconcreto, diverso. Onde foi, quais as forças, que tipo de acção militar. Sobre isto, nimbada de uma aparição milagrosa de Cristo crucificado a D. Afonso, garantindo-lhe a vitória, que iniciada na historiografia de Duarte Galvão, foi sendo orquestrada noutros relatos historiográficos. Interpretados como manipulações de sustentação política da monarquia portuguesa exemplificados no processo de exaltação de D. Manuel, como antes no processo de legitimação do Mestre da Aviz ao trono e mais tarde à legitimação de D. João IV, o milagre de Ourique resultou, afinal, mais poderoso como causa histórica do que muitos outros factores em concorrência. Sempre nutriente das acções de autonomia de Portugal e, mais do que isso, foi poderosamente incitante de ingente empresa universal de Portugal. O futuro já lá germinava.

Antecipando algumas considerações finais, pensamos oportuna a citação que Lima de Freitas faz de Gilbert Durand, de texto inédito, intitulado “Tradition et l’Age d’Or et créativité Portugaise (Nova Deli, 1987): “Portugal, ao contrário de todas as outras nações europeias, que iriam contentar-se com o sonho da Idade do Ouro e do regresso de Saturno, aplicaria toda a sua criatividade profunda na tentativa incansável de realizar, na Cidade como na sensibilidade do seu génio poético, esse Quinto Império que a aparição profética de Cristo a Afonso Henriques, o fundador borgonhês da Primeira Dinastia antes da decisiva batalha de Ourique, iria pôr para todo o sempre em enxergue à alma portuguesa: “Eu sou o edificador e o dispensador dos Impérios...Eu quero

Organiza os célebres “cavaleiros de Coimbra”, um novo corpo militar com preparação para actuações em operações, quer de táctica clássica quer especiais, como em fossados, os golpes-de-mão assim então denominados. As bases mouriscas já estão na ordem de batalha...Inicia a operação diplomática junto de Roma, visando autonomizar a Igreja portugalense e o reconhecimento do Condado como Reino autónomo. Entra de novo na Galiza para neutralizar as ambições de Peres de Trava, que vence em Cerneja. Faz com seu primo, Rei de Leão, a paz em Tui. Lá de cima (1131/1134), D. Afonso observa um deslaçamento do espaço geo-militar sarraceno que ia decorrendo nesse período. E terá projectado uma acção militar, início de conquista do sul. Ourique.

em ti e nos teus descendentes estabelecer o meu próprio Império”.

Situemo-nos no momento histórico. O mais importante, de certo, foram as consequências da batalha, isso importa sobremaneira.

Não é lógico que os exércitos se tenham defrontado já em começos de além-Tejo, porque repugna à mais prudente visão militar ir adentrar-se em território sujeito a envolvimento mais do que prováveis e fatais por unidades militares sarracenas. O terreno do enfrentamento teria que estar antes de Santarém, base de apoio adversária, para lançamento de investidas até Leiria, ameaçando Coimbra. Ourique, em restrita operação táctica militar, teria sido a preparação e limpeza de terreno para a tomada daquela base de apoio sarracena, ponto estratégico cujo domínio permitiria as seguintes operações para sul até Lisboa. E teria que ter correspondido ao corte de uma linha de ligação e reforço de unidades guerreiras mouriscas em toda a zona centro do território português. Teve que ter sido uma forte vitória militar, pelas fortes consequências reais e psicológicas, incitantes para as hostes lusas, mas desmobilizadoras para os derrotados.

E, milagre, aconteceu. Mas o milagre foi o de uma adunação gratificante, quando na manhã da batalha todos os infanções e senhores terão alçado D. Henrique sobre o pavês consagratório e, em uníssono, o aclamaram Dux, primus inter pares, chefe unânime para um país independente, que iria proclamar o império de Cristo em todo o Reino vencendo Mafoma. Esta irrupção de união e exaltação espiritual foi sem dúvida um factor de contágio que estremeceu todas as chefias e cavaleiros e vilãos, e os fez entrar no campo da batalha com uma arremetida imparável. Parece normal? Não, porque acontecer unanimidade é coisa rara, ferverosa ainda menos, e estamos então numa sociedade retalhada de senhorios de parcelas de terra, onde o estado poroso e

distante era apenas uma parcela maior, numa ordem feudal onde cada senhor rivalizava com os outros, ambicionava a suserania, traía alianças como caminho para triunfar e garantir o seu pessoal domínio. O contrário de aunante moção pátrida.

Na manhã de Ourique outro milagre aconteceu: o de Portugal, ao inverso de toda a restante Europa, não ter tido feudalismo, cujo germe ali foi também aniquilado. Como afirmou o Conde de Kaeserling (conferência em Lisboa, 1930), Portugal era o único corpo simples da Europa. E, miraculosamente, essa unidade estava inscrita no adn luso, para garantir um projecto longo de séculos, sempre continuado por dinastias, monarcas e ordens e instituições seculares e religiosas, sem contestação nem desistência. Na alma, Portugal tinha um destino impartilhável, dessincronizado do continente, porque polarizado em outra constelação maior. Todos os outros tiveram feudalismo, Portugal não; Portugal teve revolução tecnológica em que se adiantou 70 anos ao resto da Europa, e que lhe permitiu partir pelos mares para todo o mundo, e a Europa não; a Europa teve revolução industrial, Portugal não; Portugal teve uma tentativa revolucionária de implantação de um regime comunista, e a restante Europa demo-liberal ficou calmamente a assistir. Portugal atrasa-se e adianta-se à Europa. Porque não tem alma europeia, grávida de telurismo continental. Tem alma líquida, marítima, o rosto focado no continente mar—oceânico e no infinito dos mundos. O coração relojoeiro luso bate a descompasso, porque é “todo o mundo a sós” (Fernando Pessoa). Maior que a Europa. Nos “Lusíadas”, apenas uma vez os portugueses vão lá dentro, a Inglaterra, com os doze Magriços, mas para pôr em relevo a superioridade dos cavaleiros lusos sobre os demais na realização superior do ideal da cavalaria espiritual, guarda de Graal. Fernando Pessoa derrama a maior

diatribe contra tudo o que é Europa, políticos e escritores e poetas mais consagrados do seu tempo, mas no Cais das Colunas, “de frente para o Tejo e de costas viradas para a Europa”. Sempre que somos grandes somos maiores do que a Europa, porque universais. Grandes, fomos “um dos nomes de Deus”, Agostinho da Silva dixit. Quem como nós? Nada há nisto de exaltação nacionalitarista mas, apenas, de doloroso lamento ante a “noite vil” de espectros a esbracejar no escuro, assanhados na destruição e blasfemização de toda a grandeza que fomos. “O nosso passado, aí tendes o que nós somos. Não há outra forma de julgar as pessoas” (Oscar Wilde). Na decadência, ostracizar a grandeza é tão só o despejo da impotência invejosa. Sim, Ourique foi pedra de toque fundacional de Portugal.



... ..

“O peito às armas feito” - os Templários

Na sua execução territorial, a construção de um espaço próprio independente foi sobretudo um projecto de estratégia e acção militar vitoriosos. Afonso Henriques revela-se um lúcido estratega. Ourique era também preparação para Santarém. Esta operação já estava no plano de Afonso, que o teria confidenciado a dois dos seus mais fiéis partidários nos campos do Arnado, na outra margem do Mondego.

Ali, por certo, seria a esplanada de treino dos “corpos especiais”, onde se distinguiam os “cavaleiros de Coimbra”, cuja raiz possivelmente germinou até à Ala dos namorados de Aljubarrota.

A conquista do castelo da Santarém foi uma “operação especial” do tipo golpe-de-mão chamada nesses tempos “fossado”. O rei terá partido de Coimbra com um

séquito de cavaleiros. No dia seguinte junta-se-lhe em Soure um corpo de guerra de cavaleiros templários, encabeçados pelo mestre Hugo Martoniensis. Terão feito a aproximação a Santarém de noite, espiado os movimentos da fortaleza e forjado a acção da presúria, que deverá ter sido feita em noite de Lua coberta. Um pequeno grupo sobe de surpresa por escadas às muralhas, aniquila as vigias e abre o portão por onde entram os, talvez, duzentos cavaleiros comandados por Afonso Henriques e o Mestre templário. De manhã, a fortaleza é cristã. Os templários libertam doze cavaleiros seus que ali estavam prisioneiros.

É uma típica operação de “tropa especial”, mas nos confrontos de campo aberto também estes corpos de cavaleiros tinham um papel especial, nas investidas para

fender a ordem das formações inimigas. De seguida é Lisboa que está na mira, depois de mais uma vistoria afonsina em Sacavém, contra forças sarracenas em maior número. Lisboa é tomada no mesmo ano. E, em seguida, depois de muitos confrontos armados, a conquista e posse de quase todo o território herdado até hoje. Em toda esta saga, é mister revelar a Ordem do Templo, na sua função de ordenação e exploração agrícola da terra, mas maiormente na sua defesa e conquista. Templários e Cistercienses são uma criação de S. Bernardo, que tiveram papel determinante na criação de Portugal. Bernardo de Claraval deve ser consagrado o patrono espiritual de Portugal, ele a mais proeminente figura da Igreja do seu tempo, guia de Dante na escalada ao Paraíso. Oriundo da nobreza borgonhesa, tia-avô de D. Henrique, cria 60 conventos, promove Inocêncio II e Alexandre III à cátedra papal (importantes para o reconhecimento do reino), visiona um projecto de conhecimento e unidade do mundo. Por seu irmão bastardo Pedro Afonso, o jovem Rei envia a Claraval uma “tença” de 400 maravedis de ouro, que se prolongará por cem anos. O Portugal de Afonso Henriques alicerça-se na aliança entre o projecto de independência da nobreza portugalense que encabeça e o ideal templário de teologia mística e milícia guerreira para o império universal da Cristificação pelo Amor. O cavaleiro templário é o mais temido nos cenários de guerra. Combatendo pelos mais altos ideais, ele já deu a vida antes de entrar em cena. Derramará todo o sangue antes de tombar. Deles diz o abade de Claraval, seu criador e inspirador: “(...) vão e vêm a um sinal do seu comandante; usam os trajes que lhes dão, não procurando nem outros trajes nem alimentação. Desconfiam de todo o excesso, desejando apenas o

necessário. Vivem todos juntos, sem mulheres nem crianças...quando não comem o seu pão dando graças a Deus, ocupam-se a remendar os seus trajes e os seus arreios rasgados ou despedaçados (...)”. Vida quotidiana ascética e dura, marcada por vários momentos de oração, jejuns, abstinência de carne três vezes por semana, cuidar de cavalos, exercitar-se para o manejo das armas. Vive sob votos de pobreza, castidade, obediência e piedade. Montado, a sua arma de ataque é uma lança de cerca de 6 metros que ao impulso do cavalo causa efeito devastador na sua frente. Descartáveis, podendo partir-se na carga, o cavaleiro tinha o recurso da espada de armas, para combate a cavalo e desmontado no caso de ferimento do animal. E, sobretudo, o templário era possesso de um fervor espiritual que o arremetia sobre o inimigo em ímpeto devastador. Tinha um ideal de uma causa.

Os Templários já estão em Portugal no tempo de D. Teresa, em 1129, e na confirmação da doação de Soure, logo depois da batalha de S. Mamede, verifica-se que Afonso Henriques já era confrade da Ordem: “(...esta doação faço, não por mando de alguém, mas por amor de Deus, (...) e pelo cordial amor que vos tenho, e porque em vossa irmandade e em todas as vossas obras sou Irmão. Eu o Infante D. Afonso com a minha própria mão roboro esta carta”. Os Templários estão com ele em S. Mamede, em Ourique, em Santarém. Gualdim Pais, futuro Mestre da Ordem, já morava no paço do infante D. Afonso aos 12 anos; era sobrinho de Paio Mendes arcebispo de Braga; aprende o ofício das armas, segue com o Infante para Coimbra e estuda no Mosteiro de Santa Cruz, combate destemidamente em Ourique, onde é armado cavaleiro pelo Infante vencedor.

“Triste de quem fica em casa...”

Este serviço e vocação da Ordem continuou, transposto para a Ordem de Cristo em que se tornou com D. Dinis, e sendo um dos factores essenciais em todo o projecto português dos Descobrimentos, que levou a todas as partes do mundo a mensagem e o carisma do direito divino contidas nas palavras de Cristo em Ourique: levar a Cruz a todos os continentes, trazer o Oriente para o Ocidente e levar o Ocidente ao Oriente com a África de permeio, casar as trocas do espírito com as do sangue em comunidades multirraciais, ser factor de uma escatologia de fraternidade universal. Fazer unidade do mundo diverso. Império que não é utopia, nem ucronia, mas Reino, porque real no tempo, já visionado no Canto IX dos “Lusíadas”.

Para tanto, em séculos, os portugueses se feriram em milhentas batalhas onde derramaram o seu sangue por todas as terras de orbe. Onde as suas armas quase sempre triunfaram, e onde deixaram testemunhos vivos

dessa interculturação de espírito e genes, em África, Brasil, Índia, China (Macau), Indonésia. As suas Forças Armadas podem exibir um álbum dos mais ilustres feitos na história dos povos.

Restam-nos, hoje, dessa estirpe antiga, os Comandos, por cujo esforço, com outros muitos também, se venceu uma guerra que todos os especialistas mundiais consideravam imbatível e nunca ganha: a guerra de Angola estava, total e definitivamente, ganha. Muito, pela visão táctica do seu criador, Coronel Gilberto Santos e Castro, e pela preparação e sacrifício de todo o Comando. O 25 de Abril tem como causa próxima esta enorme vitória. No dia 25 de Novembro, só nos Comandos pôde ser pedida outra vitória de Portugal. Porque, como nos tempos antigos, não existe profissionalismo, há fidelização colectiva a um ideal e a um serviço.

Um tempo e um país onde se pretendo criar um Museu

da Escravatura erigida “exemplar” feito da História, onde se intenta rasurar o nome de tantos combatentes de África, onde se ostracizam os nomes de António V eira e de Camões, se denigrem os Comandos e a História, e despromovem e humilham as Forças Armadas, é um país penduram de um galho seco e cabeça para baixo. Não sabe que são os lugares da (boa) memória que seivam o futuro. Não sabe mineirar nos Lusíadas a fonte vivificante de Portugal. Vagabundeia na noite o Louco de Junqueiro.

Portugueses, conquistámos a terra, vencemos o mar,

falta conquistar o Céu. Um grupo de novos cavaleiros persegue a mesma mitosofia da História, mas ignorada por um país (não) real.

“Portugal é uma potência que urge passar a acto” (Álvaro Ribeiro). Quem o fará?

* Artigo publicado na revista “9 séculos. Revista de Lusofonia”, n.º1, 2020, pags.32/37.

** Luís Sá Cunha é ex-oficial miliciano Comando (Guiné) radicado em Macau, onde se tem dedicado à investigação da História e Cultura locais.



Meu nome é Afonso Henriques *

Maria Helena Ventura **

I – A primeira rebeldia

Estou prisioneiro do Tempo e das memórias, sofrendo de uma inquietação eterna. Dos fundos declives não chega a sonoridade, nem o perfume dos valados se entranha pelas narinas. A minha prisão é este mundo inviolável e conchegado, onde a poeira dos caminhos e os gritos de guerra não entram. Tudo silencioso de mais para a minha impaciência.

Às vezes abrem-se frestas mais amplas nos reposteiros das nuvens e capto imagens distantes coadas pelo sol da tarde. Glebas de trigo e centeio, vinhas vestidas de verdes, o frémito do vento nas ramagens densas. Que saudades...Chamo, sem ouvir a minha voz, por um guardião supremo que existia, quando apalpava a textura do meu corpo. Crente num poder mais alto, era ele que rogava protecção na hora de combater nas algaras e fossados. Não me atende voz nenhuma...será que nunca existiu? Em vez dela só a rasteira presença do meu criado mudéjar, como o génio da lâmpada de Aladino. Teria sido enterrado comigo...teremos ambos renascido em moléculas diferentes, mas inseparáveis. Ele mais poderoso, mais letrado. Como tanto me dizia Frei Raimundo e Paio Mendes de repetir, no reino do Além haveria compensação: os maiores tomariam o lugar dos pequenos, os pequenos ver-se-iam engrandecidos... Quantas discussões tive com Paio por causa dessas ideias. De que acertos falaria? Nunca quis quinhão alheio. Se alguma vez fui avaro, fi-lo pelo bem de alguns nobres que sempre me acompanharam e pelo povo,

fundamento do meu reino. À minha mesa comiam os servidores e à mesa deles poderia eu comer sem achar grande diferença. Fui criado com rigor. Pouco mais tinha do que tenho agora, que nada me sobra além do pó das ossadas. Uma enxerga, um escabelo, umas moedas de ouro nas arcas das catedrais, não faziam de mim um dos maiores. Das eirádegas e fogaças entregues a Egas pelos servos, só me calhava o mesmo que a meus irmãos adoptivos. E cada um usava esse pouco como melhor entendia. Eu só queria a ração diária de alimento, o porte de um bom corcel, uma espada leve e afiada como rafeira. Agora nem a sombra me acompanha, nem desejo de amar, nem vontade de conquista.

Parece que a vibração do meu grito abanou as paredes invisíveis do corpo do mudéjar. Pressentindo esta necessidade de respirar um ar menos rarefeito a extravasar dos poros que não tenho, afasta o branco cortinado de gaze e acena com a cabeça, como se o tempo lá fora estivesse de feição. Sinto o ar fresco, uma corrente de ventos a esgaçar a malha de gotículas brancas sob o cetim azulado. Não me digam que aquelas ondas de lezírias e planuras, o esboço destes montes descontínuos onde brilham as alcáçovas, ainda são Portugal...Mas que andou esta gente a conquistar, se pouco mais tem do que deixámos eu e os meus herdeiros? Além vejo a fronteira dos espaços dominador por meu avô Afonso VI de Leão e Castela. Varão de muitas senhores, um dia foi ao Bierzo buscar a minha

avó Jimena...

A rala cabeleira da paisagem semelha-se a uma cabeça atada por pálidas ligaduras, estradas, pontes, caminhos sem ninguém. Em vez de garranos ou malas, descansam barcos de grande porte em águas vivas, esperam lagartas de cores sobre carris adormecidas. E agora que anoitece, casas iluminadas como catedrais em dias de festa, gentes ausentes de si mesmas e dos que estão presentes, com aquele nico de metal na orelha para falarem à distância e ao perto. Sussurra-me o criado, ou o senhor, não sei, que se chama telemóvel, usado pelos moradores de uma casa, do mais pequeno ao mais velho, a pedirem vianda do quarto para a cozinha...

Nem vivalma nas almargens da terra de regadio, nem donzelas nos vergéis de alguma honra paçã, só gado a pastar nos campos sem servos para o conduzir. Diz ele que o progresso é isso, máquinas estranhas a fazerem o esforço humano. Sei lá se é bom. Os braços desses varões devem ter definhado como asas de galos depenados.

Nem poderiam levantar uma espada, se o inimigo arremettesse à traição. Que não, diz o mudéjar...que agora as guerras maiores são rosários de palavras que ninguém entende e que os golpes mais contundentes são disparados por balas ou mísseis de longo alcance.

Homens e mulheres nas frentes de batalha. E que um varão se adorna com linhos de Castro de Avelãs...e que as donas se vestem como varões, em vez de luzirem sedas. Já não pode haver o encanto de outros tempos, o impulso de um homem arreitado a levantar as fraldas às donas mais velidas nos vergéis, em noite de lua cheia. Tudo parado, diz ele, por um cisco mais pequeno que cagadela de mosca belzebu. Sem vida fora do corpo humano, entranha-se na goela, agarra-se como lapa no rochedo. E tão fatal se revela que operou uma reviravolta nos destinos do mundo, fazendo a vida tornar ao princípio dos tempos...Não pode causar dano superior aos golpes que retalhavam o corpo dos bravos, quando defendiam o chão. Mas se, por via de um animal mais pequeno que carraça, estiverem enjaulados como feras a viver de um sustento garantido, meditem nas heranças acumuladas que lhes trouxeram benefícios. Todas custaram vidas. E os vivos do meu tempo saíam para os campos, ao sol e à chuva, para esgadanhar a sobrevivência, sem medo de virulências.



Não há mensagens de tambor, nem vozes assobiadas, tão-pouco sinais de fumo. O que importa está condensado num código de memórias lidas à ordem do acaso, ou quando a vontade demanda. O silêncio que dantes purificava, é agora um punhal de gelo afiado sobre a nuca. E só não fere de morte porque em vez de encontrar matéria, é anulado pelo poder das ondas de uma estranha telepatia. Também não chegam aqui as vozes contraditórias dos que vêm falando de mim, só cá chegam fragmentos dessas discussões acesas pela chama de gerações. Afinal são nove séculos, muito têm para dizer. No meu tempo não havia paciência para cerzir mil versões de um só acontecimento. Tinham que acreditar na voz do rei e dos seus principais. Agora muita gente de saber, cada vez mais sobre um assunto só, vai dissertando com argumentos próprios, vasculhados os documentos exarados pelos antigos e por outros que lhes foram sucedendo. Cada vez mais exemplares, depois da invenção de uma prensa mecânica.

Historiadores, lhes chamam, diligentes pesquisadores a folhearem o Tempo em pergaminhos antigos. Esquecem-se que tudo pode ser falácia, vontade real de confundir, erro de maus copistas, desejo de exaltação de feitos e pessoas nos contextos defendidos. Confusão...uma babel de escrituras. Até as datas dos textos produzidos pelas chancelarias reais, a razão da origem de outros particulares, o aparecimento no mesmo dia sobre factos passados a milhas de distância, me tiraria o sossego. Mas nada parece demovê-los...logo lhes acrescentam a cor da ficção para fabricar enredos que vistam tão bem o corpo da retórica, como a loriga rematava as vestes de um guerreiro.

Sobre o meu nascimento falam de anos e locais diferentes para arrumar o assunto num plano ajustado aos argumentos. E até eu, sem vontade de gargalhar no constrangimento da minha eterna mudez, sinto os beijos

agitados com a risada inaudível, quando palavras e argumentos não condizem com os factos. Já me puseram a nascer em tantos lugares diferentes, que só posso convencer-me de uma coisa: enamorados do meu valor e bravura, foram criando outros varões de nome Afonso à minha semelhança, para ajustarem o perfil aos argumentos forjados em cada geração.

Não vou dar pistas, todas acabam por desembocar nas balouçantes certezas muito ou pouco infundadas. Quando? Leiam a *Colecção Diplomática do Mosteiro de Sahagún*, a *Crónica Anónima* escrita por monge coevo de meu avô, o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, sigam o itinerário de viagens de meus pais, as suas assinaturas em documentos privados e da chancelaria real, percorrendo a lista de confirmantes. E vejam como, depois do casamento em 1096, cumpriram uma agenda que os retinha em Leão, peregrinando pelas Terras de Campos, ou em cerimónias litúrgicas nos lugares de culto desde o mosteiro de San Zoilo, em Carrion de los Condes. Onde nasci? Podia dizer-lhes que não sei da terra que me acolheu, pois se vinha de olhos fechados e cedo me transferiram para o colo de uma dona em cima de uma mula branca...Mas gosto de confrontos, mesmo que apenas verbais...Que se digladiem pela descoberta do local. Que importa que esse detalhe se lhes deixei um território povoado e livre de inimigos? Não estão contentes? Querem que desembainhe a espada e os ponha a todos na ordem? A sorte deles é não haver espadas nem alfagemes neste retiro distante. Nem sei porque vim cá parar, se a minha ânsia sempre foi de movimento entre gente desordeira, para continuar a limpar. Parece que mereci o Céu, como augurava a minha amada filha Teresa, e esse merecimento trouxe-me a vida de eterno tédio que tenho de suportar.

Falavam muito de um pacto sucessório celebrado entre Raimundo de Borgonha e meu pai, ora datando-o de tempos em que nenhum ainda tinha atravessado os Pireneus...ora em anos posteriores com enquadramento retórico, mas ainda carente de motivação lógica. Sempre com argumentos que tanto serviam Deus como o Diabo. O texto do célebre pacto, de que nem há exemplar original, não cumpre os parâmetros dos modelos da época. Poderia ter aparecido em várias versões forjadas tardiamente. A ser feito à revelia do meu avô Afonso VI, sob vigilância de um legado de Hugo de Cluny, levantaria outras questões. Como podia o abade, tão chegado ao imperador, apoiar um pacto contra a sua autoridade? Era tio de Constance, segunda mulher do rei. Que a gente do abade tenha intervindo nos arranjos de casamento entre donzelas francesas com nobres da Ibéria, aceita-se. O abade queria alargar a influência de Cluny... prova disso é a imponência do mosteiro de Sahagún, pegado ao paço real: o maior de toda a Península. De resto não havia por que ferir uma amizade antiga para atender às ambições de genros, ou futuros genros.

Meu pai e Raimundo não eram primos, como tantos têm

escrito: eram aparentados. Sibila, irmã de Raimundo, era casada com Eudes I de Borgonha, meu tio, irmão de meu pai e primo de Constance. Cunhados, companheiros de aventuras, ele viria a casar com a minha tia Urraca, feita legítima herdeira do trono de Leão e Castela na véspera de meu avô morrer, em Toledo. Bem sei que a minha mãe e minha tia sempre foram ambiciosas. Intrigavam-se, exigiam. O pobre do imperador, que tomara seis donas de quem só tivera filhas até aparecer um varão, tinha razões para se enojar de tanta fêmea. Mas não, diziam os conselheiros ...Sendo o maior guerreiro da Ibéria, desfazia-se em medidas para lhes atender os caprichos. E nesse querer de pai já em idade madura, minha mãe tomara a dianteira como filha dilecta, por ser velida, por lhe ter herdado argúcia, inteligência e firmeza. Leiam um investigador independente chamado Abel Estefânio, pela paciente análise e interpretação dos documentos e por ser avesso a afirmações espúrias.

Um dia Afonso VI tomava por concubina a mouro Zaida, nora do rei, ou irmã, como outros afiançavam, al-Mutamid de Sevilha. E tudo mudava quando ela lhe dava Sancho Alfónsez, em 1093. Aí tendes razões plausíveis para a ideia de um pacto, que não garantem a sua celebração. Três anos depois casavam-se meus pais, ele já com trinta anos, ela apenas com 14, depois da união de Raimundo com Urraca. As concessões feitas a Raimundo enchiam de inveja o meu pai? Mais me parece instigação das mulheres...Urraca ditaria as regras, por se achar com os direitos de filha mais velha legítima...Minha mãe disputaria esse lugar. Duplamente ambiciosa, sentia que a mãe fora outra esposa do rei, e ela filha do mesmo pai extremoso, pouco lhe importando um detalhe de nascimento. Em 1105 vinha ao mundo meu primo Afonso Raimundes, com uma irmã mais velha que não atrapalhava os seus direitos. Se Urraca fosse declarada legítima herdeira, Raimundo governaria em seu nome, enquanto o filho de ambos não pudesse herdar nos domínios do grande Afonso VI de Leão e Castela. Mas Sancho Alfónsez crescia, começava a confirmar os documentos reais em que aparecia, também, a assinatura de meus pais.

Não creio em contestação declarada com meu avô imperador, mas poderia Raimundo ter querido o entendimento com meu pai, para derrotarem a primeira escolha do velho? Meu nobre avô via-se na necessidade de anular o casamento com a quinta esposa, Elizabeth, e decidia casar em 1106, já com 69 anos, com a bela mouro Zaida, tornada cristã com o nome de Isabel. Era uma forma de legitimar a sucessão do único filho varão e de calar ambições ou ânimos exaltados. Mas ouviria muitas vezes minha mãe dizer que a contestação, maior do que a oposição ou desagrado dos genros, partia dos conselheiros. Permanece então a questão colocada de forma recorrente: qual o motivo concreto para a celebração de um pacto sucessório, com ou sem, a suposta supervisão da gente de Cluny? Leiam Rui de

Azevedo, J. P. Ribeiro, Bernard Reilly, porque também esse e outros de fora quiseram meter o bedelho. A história está cheia de ficções. Sem elas a vida não teria colorido, mas quem estão guerreava, não tinha tempo para efabulações.



• • • •

Acreditava-se na força da vida e da morte. Por uma alcançávamos as glórias que a justificam viver, pela outra a resolução dos males decorrentes do desentendimento. Se as ambições de Raimundo estavam por detrás de um pacto, morreriam com ele em 20 de Setembro de 1107, quatro meses depois de ter sido declarado herdeiro de meu avô o jovem Sancho Alfónsez, filho de Zaida. A rainha Elizabeth tinha morrido de um parto difícil, no dia 12. Meu avô voltava a casar no princípio de 1108. E a 29 de Maio morria o jovem herdeiro, com menos de quinze anos, na batalha de Uclés, na tentativa dos almorávidas para retomarem Toledo. Em Dezembro, no Concílio de Leão, os principais da corte de um imperador Afonso VI desolado, declaravam minha tia Urraca senhora da Galiza, se não voltasse a casar. Mais uma achega para completar a tessitura da História tantas vezes dissecada: no último casamento de meu avô, meus pais estavam presentes. E de lá mesmo davam foro ao povo de Tentúgal e carta de doação a uma terra em Arouca. Não havia tempo para saírem de Leão onde, no mesmo dia e exarados os documentos respeitantes ao condado portugalense, tinham sido confirmantes de um acto em Sahagún. Em Setembro de 1108 ainda estavam na corte do imperador. Só em Maio de 1109 se afastavam, inimizados com ele, saindo de Leão no dia 22, em viagem para o condado. Nada há que indique provas do meu

nascimento antes disso.

Meu avô não abandonava Toledo, centro operacional da sua corte, depois de demandar os esforços desesperados do povo leonês para defender a cidade. Estava cansado de lutas com os inimigos, de intrigas familiares, desolado com a morte do único varão. E ainda doente, preocupado com a sucessão do Império. Talvez já tivesse demonstrado a intenção de declarar Urraca como herdeira...talvez o facto enfurecesse minha mãe. E em 1 de Julho de 1109, com apenas 72 anos, acabava-se-lhe a vida, um mês depois de ter reconhecido Urraca como legítima sucessora. Mas conhecedor das fraquezas suas, e da fortaleza dos perigos que rondavam, escolhia para ela um segundo esposo, solteiro, guerreiro de grandes brios: Afonso de Aragão, o Batalhador. No dia 9 minha tia acompanhava o corpo do pai até Sahagún, sua última morada, e minha mãe ficava nas terras do condado portugalense. Talvez a poucos dias de parir-me, quem sabe? Depois Urraca casaria no fim do ano com Afonso de Aragão, formando com ele uma relação tumultuosa de proximidade e afastamentos, que meus pais ajudariam a fomentar à medida dos interesses.

Tanta ambição de poder para quê, se a 24 de Abril de 1112 – outros dirão 12 de Maio – morria meu pai em Astorga, terra sua, ferido por profundos golpes numa das batalhas que o opunham a minha tia Urraca e a seu novo marido? Muito tempo acamado mandava dizer a Egas que queria ver o seu varão antes de se finar. E a meses de eu fazer três anos, Egas pegava em mim e levava-me numa viagem estafante para ele, esplendorosa para a minha pouca idade, para uma despedida comovente. Henrique da Borgonha, nascido em Dijon em 1066, uma das datas discutidas pelos tais historiadores, acabava-se ali com pouca glória, ele e a sua ambição. Ficava a de minha mãe, que bondava e excedia a da família toda.

Das primeiras aventuras de infância lembro bem, nas residências paços de Britiande e Cresconhe, onde Egas Moniz, meu preceptor e pai adoptivo, me vigiava o treino com as armas de guerra e outras matérias que estimulavam o intelecto dum futuro governante. Pouco conheci Henrique. Levei a vida toda a decorar-lhe as feições pelo que Egas me contava. Para que nunca esqueças as raízes...Os meus filhos eram meus irmãos, a segunda mulher a minha mãe de afecto. O que possam acrescentar ao essencial da vida, não tem relevância nenhuma. Continuei meus treinos militares, a minha educação de varão destinado a governar, nas terras de Egas Moniz em Britiande e Lamego. Teresa Afonso contava-me histórias da minha avó materna Jimena Muñoz, e dos domínios do pai em Celanova. Uma concubina, bem sei, para atinarmos que, nas famílias, todos temos grande e pequeno.

Dizem os tais entendidos, que pouco convivemos, eu e minha mãe Teresa de Leão, mas é bom saberem que cedo Egas me levava ao paço de Guimarães para confirmar documentos da sua chancelaria, desde os onze anos. E ali

acabaria por ficar, exigindo que meu nome superasse o de Fernão Peres. Ele, ou a maldita ligação aos condes galegos de Trava, era a pedra no sapato que roía a toda a hora. Minha mãe, que começara a intitular-se rainha, justificava precisar do clã Transtamara para fortalecer a posição na Galiza, aproveitando desaires de minha tia com o arcebispo de Santiago de Compostela, Diogo Gelmires e Pedro Froilaz, chefe dos Trava...Os senhores de Riba Douro sabiam das ambições dessa família e seus apoios àquelas terras e às do condado portugalense. Pedro fora um lacaios de Raimundo, educara o filho dele, meu primo Afonso, para herdar o Império com o prestígio de nosso avô. Não deixariam que minha mãe e o filho lhe acessem. Egas tomara conta de mim. Se lhe desgostava a ligação aos condes de Trava por ver ameaçada a minha subida à liderança do condado, eu tinha que desgostar.

Tudo piorava quando minha irmã Urraca Henriques era dada como esposa a Bermudo Peres, que já tinha andado envolvido com minha mãe...Tinha eu à volta de doze anos. Estava habituado a tais arranjos, mas aquela promiscuidade não me deixava dormir. Essa era a semente da revolta, uma vontade irresistível de ser independente, de largar o meu condado. De vez em quando cavalgava até longe, tão longe como Zamora ou Astorga, no meu tempo senhorios de minha mãe, a última desde o cerco de Penafiel. Gostava dos espaços...Um dia entrava na igreja de San Salvador do mosteiro beneditino de Vidriales, em Zamora, e quedava-me por ali. Fixava o altar...imaginava o futuro. Só prestaria vassalagem a um Senhor!

Partilhava com Egas as minhas aspirações, a ideia que me assaltara, com uma vontade inabalável que não lhe escapava. Armar-te cavaleiro? Fá-lo sozinho, com a independência de um príncipe. Não tens pai vivo, não há varão à tua altura no condado. Nem queiras outros de fora...aceitá-lo seria jurares vassalagem. Minha mãe vinha a saber, prometia ficar a meu lado. Daqui a um tempo, quando fizeres catorze anos. Egas tornava com os seus argumentos sábios. Que essa era a idade usada para os escudeiros, mas se eu não seria cavaleiro algum...Que o mais certo seria a minha mãe escolher alguém dos condes de Trava para me cingir. Minha tia continuava prisioneira dos golpes que lhe lançavam o bispo de Compostela, as famílias poderosas da Galiza, quando não as lançava ela ao ex-esposo Afonso de Aragão. Mas nada de essencial lhe escapava. Mal vinha a saber das minhas pretensões, rondava...Estava então o meu primo em vias de tomar as rédeas do poder. Se me rebelasse contra Teresa, mandava ela dizer, desejosa de vingança por tanta intriga ter sofrido da irmã, prometia uma cabeça nobre para me armar cavaleiro e ajudaria a minha mãe nos preparativos da cerimónia, em Zamora, se tanto me inspirara aquele espaço. Na véspera de fazer catorze anos a cabeça latejava.

Isolado num esconderijo da mata, numa madrugada brumosa, percebia como as informações dos espias corriam depressa do condado portugalense para a Galiza e dali até ao paço de Urraca. Tão cordiais os modos, tão generosas as ofertas, deixavam adivinhar os contornos do perigo... Aceitar a sua ajuda, tornar-me vassalo seu e de meu primo pelos tempos mais próximos...ou arranjar um conflito com Teresa de Leão? Buscava, de novo, o conforto das palavras de Egas, que me lembravam o exemplo de meu avô aragonês: cordial no trato, mormente com aqueles que queriam derrotá-lo. Melhor pensarem que não sabia identificar a perversidade e a traição, combatendo, com o silêncio esperto, a nudez das manhãs da fraqueza humana. A companhia de Egas e dos filhos dulcificavam as minhas horas sombrias. Estavam lá quando era preciso, em companhia constante, às vezes em cavalgadas noite dentro, campos fora, até me verem anulados a dor e o constrangimento.

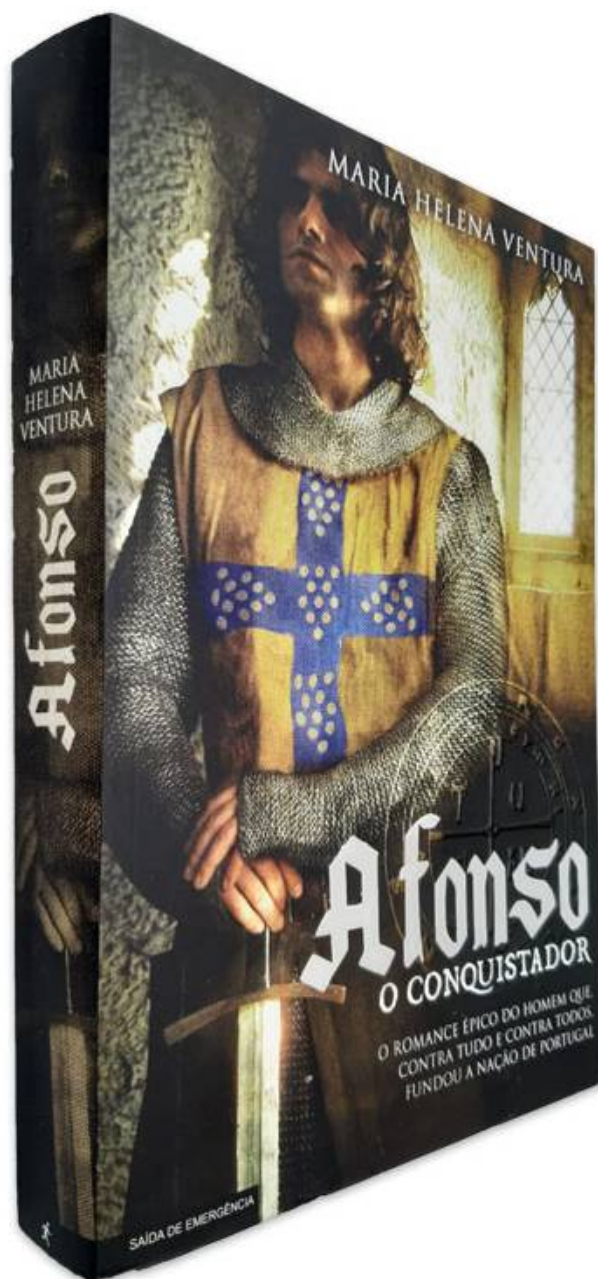
A meses de fazer dezasseis anos Egas e os seus homens notáveis apontavam o dia de Pentecostes, nesse Maio prenhe de sol. A tradição tem peso...Em conversa prévia com o padre de San Salvador e ajudado pela sua gente, preparava tudo para a minha investidura como cavaleiro no dia 17, bem cedo. Fazíamos constar, para minha mãe não levantar fervura, que havia festa em Bragança e precisavam de mim. Lá mesmo, na residência paça dos braganções, um varão de confiança cortava-me um pouco os cabelos, posto o que Egas ordenava o banho, antes da ceia. Que não precisava ficar acordado para orar a noite toda, como usavam na véspera das investiduras. Valia a pena aproveitar umas horas para dormir, antes de partirmos pela madrugada. Em direcção à catedral, dizem os livros? Não...a catedral só começaria a ser edificada uns quinze anos depois.

Teresa viera connosco até ali, obrigava a encher o bucho, horas depois, e preparava merendas, porque o caminho era longo. E aspirando o ar da manhã com meus Lourenço e Afonso Viegas, os irmãos de Egas e os servos de todos eles, lá chegávamos à igreja toda iluminada. Lourenço depunha as armas no altar, Afonso leva-me a túnica à sacristia, a cota de malha, o elmo e uma Dalmácia. Dispensava os dois últimos. Não queria empecilhos nem excesso de adornos. Depois de uma oração desajeitada vestia a cota de malha sobre a camisa de linho, outra túnica de seda escarlata, um cinto com as armas e a fivela larga. Ia até ao altar...benzia-me, ajoelhava. Só Deus seria o meu Senhor, só dele seria vassalo. E levantando a espada já benzida, tocava o meu ombro direito: Afonso, filho de Henrique e Teresa condes de Portugal, eu te armo cavaleiro.

O resto direi depois, desfiando mais enredos. A memória é eterna, espinha dorsal da Humanidade cravada no dorso do tempo.

* Artigo publicado na revista “9 séculos. Revista de Lusofonia”, n.º1, 2020, pags. 112/115

** A autora nasceu em Coimbra, mas vive há trinta e cinco anos no concelho de Cascais. Tem, até ao momento, vinte títulos publicados: sete de poesia, doze de ficção e um de literatura infantil, além de trabalhos académicos assinados como **Helena Ventura Pereira** no domínio da Sociologia da Educação e da Cultura



Afonso O Conquistador





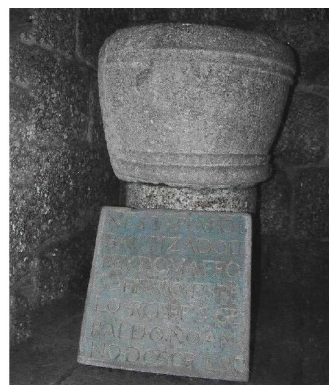
As máscaras que a História tece. A polémica sobre o nascimento de Afonso Henriques *

João Miranda **

Quando em 2009, quer Guimarães, quer Viseu, decidiram, através das respectivas Câmaras Municipais, assinalar os 900 anos do nascimento de D. Afonso Henriques, deram mais ouvidos a congeminções e incertezas do que aos critérios de verdade.

Até hoje nunca foi encontrada qualquer prova científica que permita acabar com as dúvidas acerca do ano, e também do local de nascimento, do nosso Rei Fundador. Ainda hoje há muitas fontes escritas que defendem dezanove anos possíveis para o seu nascimento: entre 1094 até 1113.

Mas a tradição, por razões indutivas, não dedutivas, dá mais relevo a umas do que a outras. Por exemplo: o ano de 1106 é aquele que mais condiz com a inscrição gravada na placa de pedra junto à pia baptismal na Capela de S. Miguel do Castelo, em Guimarães. Aí se pode ler: “Nesta pia foi baptizado El-rei D. Afonso Henriques pelo Arcebispo S. Geraldo no ano do Senhor de 1106”. Essa placa foi lá colocada em 1664, por ordem do Prior da Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, D. Diogo da Silveira.



Pia baptismal que se encontra na Capela de S. Miguel do Castelo. Crê-se que Afonso Henriques terá sido ali baptizado.

... ..

Até ao tempo de Alexandre Herculano, o ano de 1111 foi aquele que teve mais peso e por mais tempo. Só após a

morte de Herculano, a teoria prevalecente foi o ano de 1109. Mas este ano de 1109 ainda hoje alterna como o de 1111, como data mais provável para o nascimento. Tanto aqueles que defendem 1109, como os que defendem 1111, se estribam no ano da morte do seu pai, o Conde D. Henrique. Esse é o argumento indutivo mais seguro. Ou seja: também é apenas indutiva a teoria de que Afonso Henriques teria “entre dois e três anos” quando morreu seu pai. É deste princípio, e só dele, que resultam os anos de 1109 ou 1111. Se o Conde D. Henrique morreu em 1114, como durante séculos a tradição afirmou, subtraindo os tais três de idade que Afonso Henriques então teria, o ano de nascimento seria o de 1111. Aqueles que passaram a defender que o Conde D. Henrique faleceu em 1112, optam por 1109.⁽¹⁾

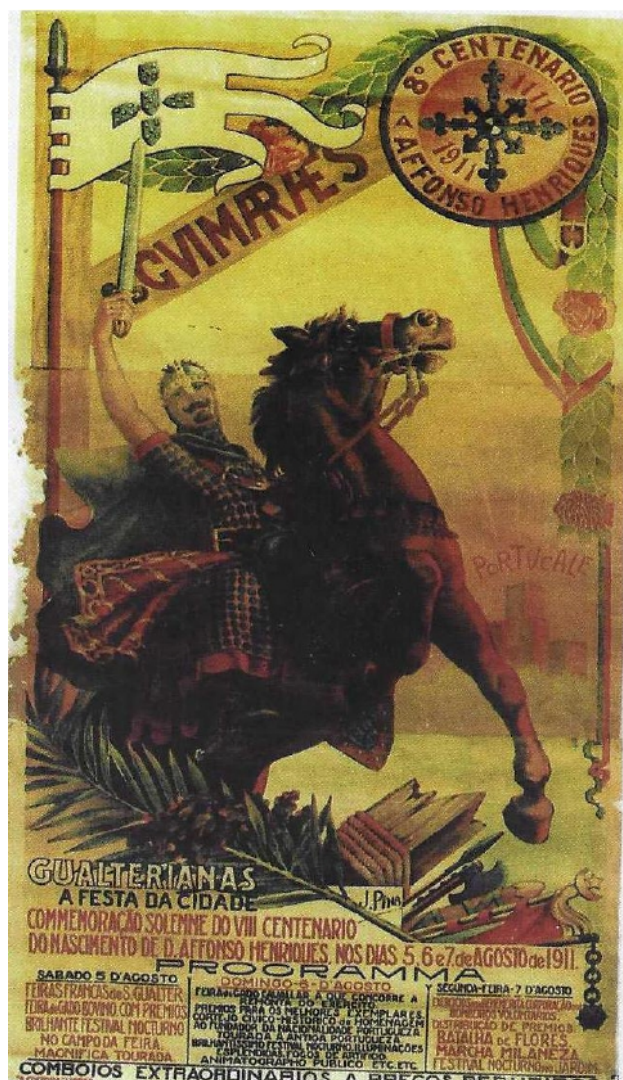
Mas o ano de 1111 tem, em seu apoio, outro elemento não desprezível. É aquele que muitas fontes têm apontado: que Afonso Henriques “venceu a Batalha de Ourique no dia 25 de Julho, data em que completava 28 anos de idade”.

É importante salientar que, se ainda hoje se discute o ano e o local, quanto ao dia de nascimento a maior parte dos investigadores está de acordo que foi em 25 de Julho, dia de São Tiago.

Durante nove séculos deram-se alguns passos, mas curtos. Os critérios de verdade têm de assentar em factos reais e não hipotéticos. A ciência para o ser, sem hipótese de contradição, exige documentos fidedignos.

Até ao dia em que esta edição da Revista 9 SÉCULOS⁽²⁾ sair à rua, nenhuma nova prova se conheceu: nem certidões de nascimento, nem escrituras, nem cartas epigráficas, nem arranjos florais de pretensos investigadores, mesmo que tenham “compadres” (ou coagidos...) nas comunidades científicas de História, das Ciências ou outros organismos sonantes, que podem impressionar pelo mediatismo, mas não acrescentam nada ao conhecimento real, objectivo e irrefutável. E o que nos interessa é apenas a procura da verdade. Factualmente, quando esses documentos não aparecem e há necessidade absoluta para decidir, recorre-se à tradição, que é o segundo critério de verdade. Outro elemento indutivo que vem desde a fundação de Portugal, em abono do ano de 1111, é a data da Batalha de Ourique. Nas fontes sobre esse acontecimento afirma-se que foi após essa vitória militar contra os mouros que Afonso Henriques aceitou, pela primeira vez, considerar-se rei. Dizem essas fontes que, nesse dia 25 de Julho de 1139, Afonso Henriques fazia 28 anos de idade. Está documentado por inscrições epigráficas, por recortes de jornais, por inscrições nos ladrilhos do “antigo” Toural vimaranense⁽³⁾, que a tradição diz que foi

em 1111 que nasceu D. Afonso Henriques. Em 1911 Guimarães celebrou os 800 anos do nascimento do Rei Fundador com pompa e circunstância, como se pode comprovar nos cartazes da Marcha Gualteriana desse ano.



Cartaz das Festas Gualterianas de 1911 que celebram os 800 anos do nascimento de Afonso Henriques.

Perante tantas provas, estas sim reais, embora fundadas na tradição, como se compreende que o nono século do nascimento do rei fundador fosse celebrado em 2009, dois anos antes dos 900 anos que a tradição defende? Na falta de provas científicas concretas é a tradição que vale. Foi por isso fraudulento, em relação a 1911, esse centenário comemorado em Guimarães, e também em Viseu, em 2009.

O desmascarar de uma conspiração histórica

O que se passou em 2009, quer numa cidade, quer noutra, relativamente a essa “bandalheira” histórica, ficou a dever-se a factores exógenos à verdadeira História de Portugal.

O aproveitamento distorcido de um parágrafo histórico da autoria do Prof. José Mattoso, na reedição de um livro⁽⁴⁾ do investigador beirão A. de Almeida Fernandes, pelo lobby de historiadores de Viseu, liderado pelo Professor universitário João Silva de Sousa, genro daquele autor que “inventou” a teoria de Viseu, e alguns seus seguidores, com o apoio da Câmara local, conseguiu despoletar uma crise historiográfica sem precedentes. Conseguiram, inclusive, dar a volta à Presidente da Academia Portuguesa de História, Manuela Mendonça. A mesma que, em 29 de Janeiro desse ano, em entrevista à TSF, garantia: «aprendi, quase como dogma de fé, que Afonso Henriques nasceu em Guimarães em 1111. Mas que nascesse em 1109, em Viseu, não aprendi, com certeza». Alguns meses depois, Manuela Mendonça foi convidada para um Congresso de História em Viseu, onde algo misterioso aconteceu. A partir daí, passou a renegar aquilo que antes defendera. E foi esta mesma dirigente máxima que, em nome da Academia Portuguesa de História, viria a coordenar uma enciclopédia de 34 opúsculos que dá Viseu como local de nascimento do Rei Fundador. E ainda mais grave: anunciou na RTP que iria promover a alteração de manuais escolares, trocando Guimarães por Viseu como local de nascimento.

Este contorcionismo histórico só foi travado pelo Prof. José Mattoso, num Colóquio de História realizado em Lisboa, em Dezembro de 2009, quando reparou que estavam a usar abusivamente um parágrafo descontextualizado, retirado da sua Biografia de D. Afonso Henriques, para “legitimar” a teoria de Viseu e criar uma crise historiográfica. Isso ajudou a evitar a rocambolesca promessa de Manuela Mendonça de mudar os manuais escolares e travar os ultrajes à historiografia portuguesa. Por outro lado, em 25 de Julho de 2011 foi apresentado o livro D. Afonso Henriques 900 anos: 1111-2011, da autoria do investigador Barroso da Fonte, patrocinado pelas três Juntas de Freguesia da Cidade de Guimarães, que também veio desmascarar essa conspiração levada por obscuros interesses, cujos tentáculos começavam a estender-se pelo meio académico de História, pelo poder político e alguma comunicação social.

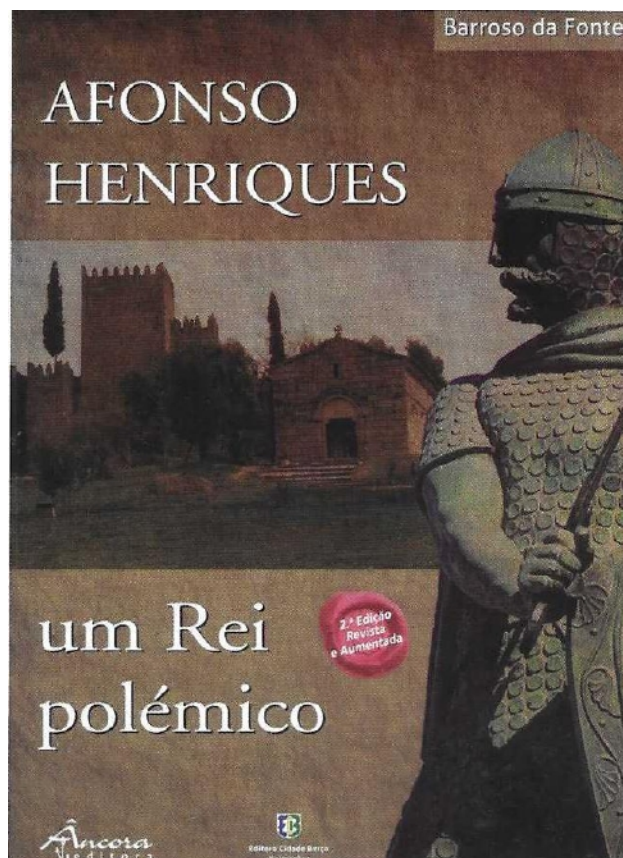


Inscrição nos ladrilhos do Largo do Toural com a data tradicional do nascimento do Rei Fundador. As inscrições foram destruídas em 2011, na remodelação daquele espaço central vimaranense para acolher a CEC 2012.

... ..

Em 2009, ano da consumação da fraude, Barroso da Fonte já começara a desmarcar a falácia⁽⁵⁾, com documentos únicos, e provando que a teoria daquele medievalista viseense partiu de uma carta que, de verdadeira, só tinha o nome e o timbre de uma associação nessa altura (1990) já desactivada: a Unidade Vimaranesa. Esse foi o isco para a pescaria da ambição de A. de Almeida Fernandes. Como ele sabia que, se passados novecentos anos, nenhuma prova foi encontrada, e se nenhuma decisão científica foi assumida como verdadeira, era, então, a altura certa de ser ele (A. de Almeida Fernandes) a sair da penumbra mediática e surgir como “pai da história nova” de Portugal. Essa carta, que tinha a suposta assinatura do cidadão vimaranense Francisco Castanheira, foi a rampa de lançamento para Almeida Fernandes construir a sua ficção e proclamar que o rei fundador nasceu, indubitavelmente, em Viseu, no dia 5 de Agosto de 1109. Mas, para que a sua teoria batesse certo, teria que idealizar-se um enredo em que, no prazo certo de trinta dias, entre Toledo-Viseu-Coimbra-Santarém-Lisboa, o Conde D. Henrique cumprisse objectivos irrealistas, e que estes corressem de feição, recrutando tropas e instrumentos bélicos durante a viagem para, em Sintra e Lisboa, rebater os infiéis que tentavam o regresso. Prevendo que tudo ia decorrer bem, e que sairia vencedor, o Conde D. Henrique marcou uma escritura para dia 29 de Julho de 1109, com a presença da mulher. Só que esta não pudera comparecer, pela proximidade do parto. Remarcaram, então, um novo cerimonial para Viseu, onde o nascimento teria de acontecer dia 5 de Agosto, para que a estória e o respectivo cronograma

batessem certo. Uma ficção digna de Hollywood... Só que Júlio Cruz, secretário geral da AVIS – Associação para o Debate de Ideias e Concretizações Culturais de Viseu, mais o genro do “pai da história nova de Portugal”, João Silva de Sousa, sem querer, estragaram o “repolho”. E, assim, os seus seguidores foram os primeiros a dar cabo dessa teoria fantasiosa. Vejamos:



Capa do livro “D. Afonso Henriques: um Rei Polémico”: foi o ponto de partida para repor a verdade histórica e desmascarar a “teoria de Viseu”.

• • • •

Desmontando a falácia

No livro Afonso Henriques (1909/1185) – “O Pai da Pátria”⁽⁶⁾, editado nesse fatídico ano de 2009, na Coleção Visienses de boa memória, logo na página 5, deixaram cair a máscara, ao escreverem no primeiro parágrafo que Afonso Henriques “nasceu em 6 de Agosto de 1109”. E para que essa efeméride ficasse mais santificada, os “Visienses de boa memória” fizeram publicar no Jornal Expresso, de 14 de Março de 2009, uma reportagem, onde declararam: “a 15 de Agosto comemoram-se os nove séculos do nascimento do Fundador”.

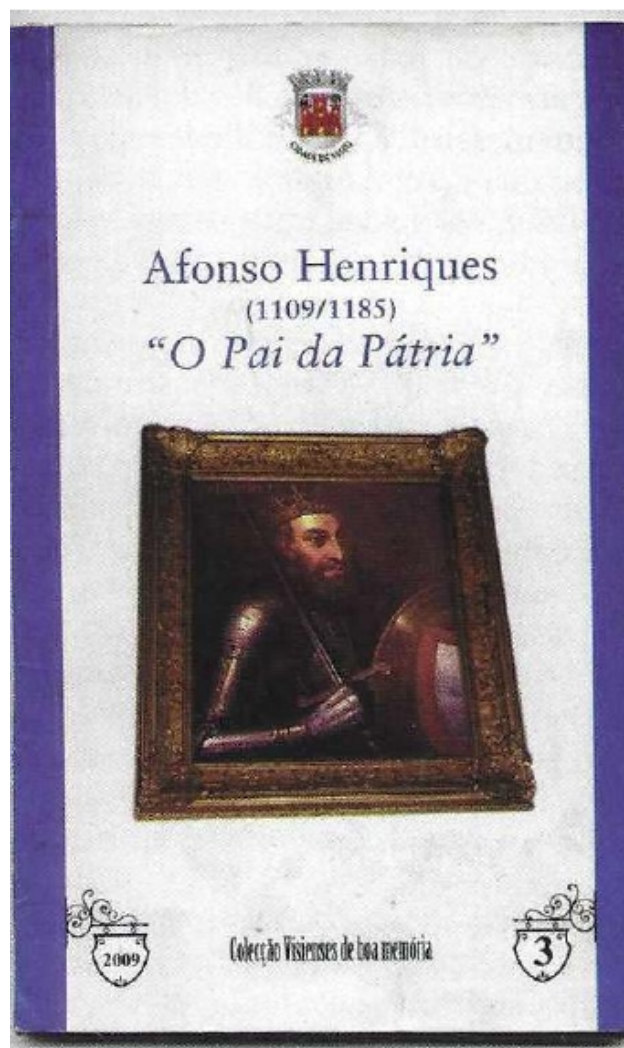
Qualquer leigo que acompanhe este folhetim, conhecendo um pouco de quanto até à actualidade se escreveu e se congeminou em torno desta “pandemia histórica”, que se iniciou em 1990 e que teve o seu apogeu em 2009, fica convencido de que os tais amigos visienses de boa memória, liderados pelo genro do autor que congeminou esta ficção, tinham como intuito proclamá-lo “Pai da Pátria” ou pai da “nova história de Portugal”.

De facto Almeida Fernandes escreveu, no primeiro volume da Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, que “Afonso Henriques nasceu em 1111”. É verdade. Está lá escrito pelo seu punho. Até 1990, o causador de toda esta confusão historiográfica defendeu, em muitos livros e revistas, que “Guimarães foi o centro mais importante do Condado Portucalense”⁽⁷⁾. Ainda que ele próprio o divida em dois Condados, sem os caracterizar. Depois do livro Feira e Não Faria, Almeida Fernandes travou polémica azeda com José Mattoso. Zurziu em todos os autores e professores doutorados, insultou todos e tudo aquilo em que se sentisse contrariado ou minimizado. Odiava todos aqueles que tivessem mais graus académicos, ou quantos dele discordassem. Chegava a ser verrinosa a linguagem que usava para desfeitear os seus adversários ideológicos. No entanto, até 1990 Almeida Fernandes foi um investigador profícuo e que procurava verdade histórica. O que lhe terá acontecido para renegar a civilidade e tudo o que escreveu até aí?

Em 1993 o Governo Civil do Distrito de Viseu pagou a edição do livro Viseu, Agosto de 1109, nasce D. Afonso Henriques, onde Armando de Almeida Fernandes reuniu os 12 capítulos anteriormente publicados, entre 1990 e 1991, na revista Beira Alta. Abundam insultos nesse seu livro depreciativo, sobretudo nas 405 notas de rodapé que usou, até à página 171. Mais: todo o posfácio de 18 páginas é ofensivo contra Guimarães e os vimaranenses. Tudo isto começou a partir de uma carta de 20/4/1990, que ele próprio solicitou a Francisco Castanheira, um cidadão vimaranense que morreu pouco depois. Essa carta, de verdadeira, apenas tinha uma assinatura. Sem a presença do autor dessa assinatura ou de um documento identificativo, essa assinatura nada vale. Quando muito valida aquela cópia. Mas nunca o seu autor. Foi o que fez A. de Almeida Fernandes. Ora com essa fraude notarial, o medievalista construiu a ficção de que precisava para dizer, aos quatro ventos, que uma associação de Guimarães lhe encomendara um artigo no qual explicasse onde nascera Afonso Henriques: se em Guimarães, se em Coimbra. Essa era, na altura, a grande questão que se colocava. E que partira do historiador Luiz Krus.

Três anos depois, em 16/2/1993, Almeida Fernandes foi ao cartório notarial de Tarouca. A ajudante do cartório exarou: “conferiu a presente fotocópia pelo seu original”. Não cuidou de saber se o autor era verdadeiro ou falso. Por 300\$00 Almeida Fernandes comprou essa fotocópia no cartório de Tarouca, a sua vida residencial, no distrito de Viseu. E com essa fotocópia conseguiu aquilo que era o ponto de partida para a congeminação da sua teoria, com que urdiu os doze capítulos que publicou na revista Beira Alta e, posteriormente, no livro patrocinado pelo Governo Civil viseense, cheio de induções, de probabilidades, de palpites. Mas nenhum, absolutamente nenhum, documento probatório.

A pantomina prosseguiu em 2009, quando a associação AVIS publicou o terceiro volume da sua “Collecção Visienses de boa memória”, intitulado Afonso Henriques (1109/1185) – “O Pai da Pátria”. Nesse pequeno livro de 72 páginas, Almeida Fernandes assina 24, postumamente. Começa por se auto-elogiar com um pensamento da sua autoria: “Coragem intelectual, é o mesmo que honestidade intelectual, porque a verdadeira coragem é sempre honesta, mesmo quando erra”.



Capa do livro “O Pai da Pátria” (2009) que defende a “teoria de Viseu”.

Não é preciso ser filósofo para destruir este silogismo. De facto basta olhar para a sociedade portuguesa, nomeadamente para os políticos que nos governaram desde o 25 de Abril de 1974, para concluirmos que coragem e honestidade são virtudes divergentes: basta citar dois exemplos: Neil Armstrong (1930-2012), primeiro homem que foi à Lua (1969), e Alves dos Reis (1896-1955). Aquele foi corajoso e intelectual. Este foi o maior burlão da História de Portugal. Talvez a sua intelectualidade fosse superior à de quantos ele burlou. Mas em honestidade talvez estejamos hoje todos a sofrer das suas consequências negativas.

A desonestidade intelectual da “teoria de Viseu”

Na página 9 do opúsculo Afonso Henriques (1109/1185) – “O Pai da Pátria”, Almeida Fernandes gaba-se de dar aos leitores “satisfação por prestar este informe à nobre e já

agora quase “régia” cidade de Viseu, pois que os seus interesses culturais me proporcionam a honra de o fazer. Satisfação mas também a bem consciente

responsabilidade que assumo por inteiro contra o que possa negar-se à minha investigação.

Viseu está de todo inocente numa reclamação histórica deste género, porque sou o primeiro e, por isso, ainda o único que lhe propõe este facto, a razão para o seu orgulho: pátria do Fundador da Nacionalidade, como é do Rei D. Duarte.

Tanto quanto a verdade historicamente informada o permite, poderá Viseu, de ora em diante orgulhar-se de um tal facto. Dele possui todos os dados, enquanto nenhuns Guimarães e Coimbra, que se arrogam do mesmo.

Guimarães reclama-se de uma tradição que nem o é, por ser de origem erudita e não suficientemente antiga. Coimbra nem esse pouco: apenas uma ideia acudida há mais de dois decénios a um professor universitário de ter achado D. Teresa mencionada aí num documento de 1109 que não soube interpretar aquela data”.

Embalado nesse auto-convencimento de que só Almeida Fernandes “tem orgulho em apontar” Viseu como terra de intelectos, homens frutificados no conhecimento universal, desabafa: “não há terra que não se orgulhe de ter sido pátria de um vulto importante, a não ser que falhe de intelecto ou que viva na inconsciência histórica que frutifica na ignorância. Viseu não pode admitir um estado cultural dessa espécie”.

Por isso abre os seus avanços científicos neste seu estilo eloquente e narcisista:

“Com todo o meu retrógrado positivismo historiográfico, estou crente – e a Viseu o garanto – de que há-de ser muito difícil ou aleatório seja a quem for, poder opor-se com êxito ao resultado desta investigação: o nascimento de D. Afonso Henriques em Viseu, Agosto de 1109. O mérito da minha intervenção resulta do estudo que nunca se fez”.

Cá está o super-homem de Nietzsche, com toda a sua plenitude, a provocar aquilo que constitui uma afronta a um Povo com nove séculos de História, que desenvolveu uma Língua que acaba de ser reconhecida como a quarta

mais falada do mundo, uma Nação que espalhou, pelo mundo, laivos de humanidade, de cultura, de civilização e de paz. Como é possível urdir-se uma teia que reduz a pó nove séculos de história, sem que haja uma entidade que ponha ordem, disciplina e senso num homem só, que tem os seus méritos mas que não deve lesar os interesses, a ética e a dignidade de tantas gerações?

Foi com este espírito de campeão da “história nova”, que censurou e insultou tudo e todos os profissionais da comunidade científica de História, do passado e do presente, que “poderiam ter chegado às minhas conclusões se tivessem estudado o assunto, o que nunca fizeram”.

Na parte final da sua vida Almeida Fernandes começou a sistematizar a heresia histórica que passava pela negação de tudo quanto escrevera na sua chusma de livros e na Revista de Guimarães. Nomeadamente: Portugal no Período Vimaranes (1972); Guimarães, 24 de Junho de 1128 (1978); A Nobreza na época Vimaranes-Portugalense (1982); Faria e não Feira (1127-1128) (1991); Os primeiros documentos da Salzedá (1985), todos editados, em Guimarães, pela Sociedade Martins Sarmento. Da década de 1972 até 1990, Almeida Fernandes assentou quartel-general em Guimarães e dali, tendo graciosamente à disposição duas bibliotecas qualificadas e abundantes na temática historiográfica, dispôs de todos os meios logísticos, técnicos e humanos para se servir, com a total “honestidade intelectual” que inundou o seu pensamento.

Consultando a vasta obra dessas duas décadas, é clara – claríssima – a sua mudança de opinião, para reverter tudo o que até aí escrevera, traindo aqueles que lhe pagaram as edições, como foi o caso da Sociedade Martins Sarmento. E, também, no caso concreto: em vez de servir a instituição cultural que lhe escancarou as portas e a sua biblioteca, que se aproveitou dessa Instituição para, mais tarde, fantasiar a teoria que lhe granjeou a fama, sobre o alegado nascimento de Afonso Henriques em Viseu.

As incongruências da nova teoria

As vinte páginas que Almeida Fernandes assina no já referido terceiro volume da Coleção Visienses de boa memória, sete anos depois da sua morte, estão eivadas de auto-elogios, de congeminções e de fantasias que os restantes dois co-autores rebuscaram nas gavetas do investigador que tentaram mitificar. Cada um deles o mais trapalhão. Assim:

- Querendo impor o dia 5 de Agosto de 1109 como única data certa para dar coerência e validade à expedição do Conde D. Henrique nesses dias, que parte de Toledo, Viseu, Coimbra, Santarém, Sintra e regressa a Coimbra e Viseu, no espaço de um mês, tal teoria cai pela base, e mais grave ainda: que cientificamente há entre os dias 5,

6 e 15 do mesmo mês?

- Que credibilidade deve dar-se ao argumento de que “o pedido veio-me de Guimarães, cuja instituição responsável não gostou do desfecho...”, sabendo-se que o documento fotocopiado e reconhecido, fraudulentamente, no cartório de Tarouca, dois anos depois da data da recepção, não identifica o autor, antes se limita a forjar o único elemento em que assenta toda a urdidura da teoria, semeada em livros, jornais e congressos?

- Que organismos existem em Portugal, como por exemplo a Academia Portuguesa de História, que devendo zelar pela transparência ética e científica da

História, não só não investiga e debate tão importante e melindrosa matéria, como ainda toma posição favorável à fraude que é evidente, comprometendo-se a sua responsável a envolver-se na mudança de manuais escolares e trocando, neles, Guimarães por Viseu, como local de nascimento do Rei Fundador?

Não será nepotismo excessivo por parte do Professor do Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, João Silva de Sousa, académico correspondente da Academia Portuguesa de História, a tomar posição pelo sogro, perante os órgãos decisores?

- Que ética e isenção inspira no concurso nacional do «Prémio de História Armando de Almeida Fernandes, ser presidente do Júri o próprio genro do patrono do prémio?

- Pior: concorda aquele “Académico João Silva de Sousa” com dias 5, 6 ou 15 de Agosto de 1109 para nascimento do nosso Fundador. E também concorda com o anexo dessas 20 páginas, quando invoca a: “cidade de Viseu, além de mais segura, possuía a tradição residencial leonesa referida, com o seu paço, conservado na cidadela”.

Quando não convém à incongruente data de 5 de Agosto, quer o sogro, quer o genro, repudiam a tradição como segundo critério de verdade. Mas para impor a residência de D. Teresa no Palacium da cidadela de Viseu, onde viveram(?) os reis leoneses: Ordonho II e Ramiro II, a tradição já lhes serve como alegado argumento de verdade.

- Já nas páginas 36/37 desse pequeno livro, em texto exclusivo daquele docente universitário, afirma que “sem dúvida Afonso Henriques nasceu em 6 de Agosto e em Viseu”. E numa declarada missão de confronto com a tradição, este académico, nas notas de rodapé 4 e 5, da 2ª edição (Sacre/Fundação Mariana Seixas, 2007), chega-se à frente para defender o sogro, como “pioneiro na defesa

de teses várias conducentes a esta conclusão, já em 1990/1991, na Revista Beira Alta”. E a atestar a sua paixão nepotista, cita José Mattoso, repetindo e agravando a descontextualização de um parágrafo do decano da historiografia portuguesa, retirado da Biografia de Afonso Henriques. Um erro grave, em cima de um gravíssimo, que Mattoso corrigiu, e muito bem, em 14 de Dezembro de 2009, durante um colóquio em que arderam as orelhas a muitos estoriadores e historiadores: “Devo penitenciar-me por não ter esclarecido os meus leitores de forma suficientemente explícita acerca do grau de certeza contido na hipótese que aceitei. Havendo contradição entre as fontes, não se pode considerar seguro o ano do nascimento sem discutir o seu valor. Consequentemente também o lugar é incerto. Só o seria se D. Teresa tivesse permanecido sempre em Viseu, entre 1106 e 1110. Lamento não o ter dito com clareza para que o meu nome não fosse invocado como garantia de verdade, quando eu próprio não tinha certeza alguma. Conste, pois, que não considero encerrado o problema da data e do lugar em que Afonso Henriques nasceu”.⁽⁸⁾



Antigo paço condal de Guimarães, construído por Mumadona, junto à Igreja da Oliveira, onde poderá ter nascido o Rei Fundador.

• • • •

Outros palpites

Vimos desmontando até aqui a teoria de Viseu, fabricada com enganos e incongruências mas que conseguiu conquistar os palcos do mediatismo, possivelmente devido ao poder do lobby viseense que está infiltrado no seio do mundo académico de História. Mas uma análise séria e objectiva não permite que se continue a levá-la a sério.

Mais algumas inconsistências:

No livro que vimos citando⁽⁹⁾, na página 40, João Silva de Sousa escreveu:

“Em 1120, Afonso tomou uma posição política oposta à de sua mãe, sob a direcção do arcebispo de Braga. Este, forçado a emigrar, levou consigo o infante que em 1122, se armou cavaleiro, na Praça de Tui, no Baixo-Minho,

nos termos de Pontevedra”...

É a primeira vez que ouvimos dizer que o nosso Rei Fundador se armou Cavaleiro na Praça de Tui. Será talvez mais um palpite para ver se pega, facto que poderá acirrar os ânimos para quem sempre aprendeu e respeita que esse seu primeiro acto foi em Zamora, em 1125. Se foi em 1122 é mais uma falácia que urge averiguar para que a história nova de Almeida Fernandes não venha atropelar a “história velha” que todas as gerações anteriores à minha aprenderam.

E para terminar, mais uma pérola de sabedoria, vinda de quem tinha obrigação de saber o mínimo de História. Eis o que escreveu o académico João Silva de Sousa, na página 64 do já referido livro “Com a morte de D. Afonso

Henriques, a 6 de Outubro de 1185, contando com 76 anos de idade e 57 de governação, D. Sancho I torna-se no segundo rei de Portugal”.

O que se passou em Portugal entre 1990 e 2009 foi uma espécie de abalo sísmico na historiografia portuguesa e um ultraje à procura da verdade.

A comunidade científica de História fez de conta que tal não era com ela. Mas foi com ela. E ela própria tomou partido, por efeito do nepotismo que nos últimos anos tem vindo a ganhar foros de vírus contagioso na sociedade portuguesa.

Há que parar com a falácia desta conspiração histórica. E respeitar a verdade e a honestidade intelectual. Até provas sérias em contrário, podemos continuar a afirmar que tudo indica que o Rei Fundador nasceu em Guimarães, no dia 25 de Julho.

* Artigo publicado na revista “9 séculos. Revista de Lusofonia”, n.º1, 2020, pags.9/14.

** Nasceu em Guimarães. Licenciado em Engenharia Publicitária pela Universidade Fernando Pessoa (Porto). É jornalista e editor. Foi chefe de redacção do quinzenário “A Voz de Guimarães” e sub-director do jornal literário “Poetas & Trovadores”.

NOTAS DE RODAPÉ

⁽¹⁾ Afonso Henriques – Um Rei polémico, de Barroso da Fonte, Editora Cidade Berço/Âncora Editora, 2ª edição, 2010, págs. 29/30.

⁽²⁾ Este artigo é uma reedição. Saiu pela primeira vez na revista “9 séculos. Revista de Lusofonia”, n.º1, 2020, pags.9/14.

⁽³⁾ As inscrições no chão do Toural (MCXI e MCLXXXV – anos do nascimento e morte de Afonso Henriques) foram destruídas em 2011, aquando da remodelação daquele espaço central vimaranense para receber a Capital Europeia da Cultura de 2012.

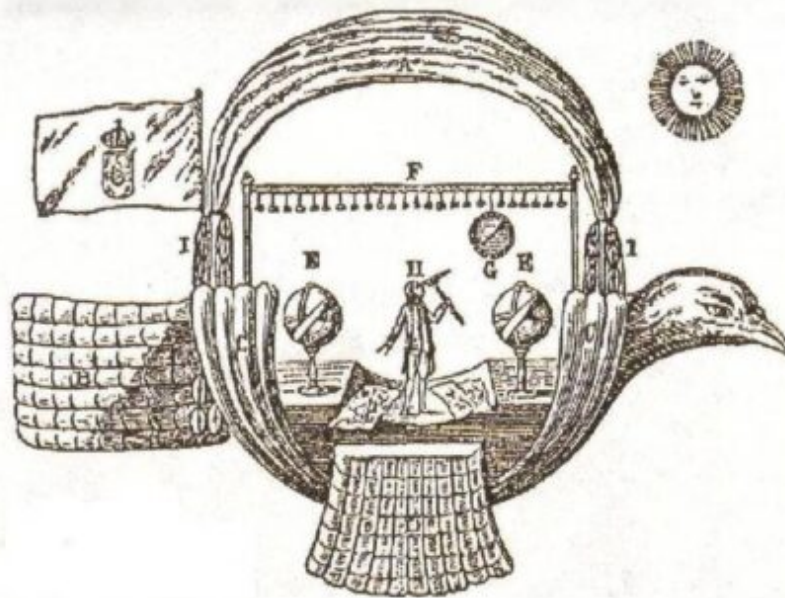
⁽⁴⁾ Viseu. Agosto de 1109, Nasce D. Afonso Henriques, de A. de Almeida Fernandes, Edição da SACRE/Fundação Mariana Seixas, Viseu 2007.

⁽⁵⁾ Afonso Henriques – um Rei polémico, Barroso da Fonte. Editora Cidade Berço, Junho de 2009. Foi este livro que começou a travar a falácia histórica “fabricada” pelo investigador viseense A. de Almeida Fernandes, e continuada pelos seus seguidores, liderados pelo seu genro, o professor universitário João Silva de Sousa. A alegada carta de Francisco Castanheira, que deu início à fabricação da “teoria de Viseu”, é um dos casos desmascarados.

⁽⁶⁾ Edição da AVIS – Associação para o Debate de Ideias e Concretizações Culturais de Viseu, Coordenação de Júlio Cruz, textos de Júlio Cruz, A. de Almeida Fernandes e João Silva de Sousa.⁽⁷⁾ In III volume das Actas do Primeiro Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada (pág. 11), realizado em Guimarães em 1979.

⁽⁸⁾ Palavras de José Mattoso sobre esta polémica, na abertura do colóquio realizado no Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, em 14 de Dezembro de 2009.

⁽⁹⁾ Afonso Henriques (1109/1185) “O Pai da Pátria”, nº 3 da Coleção Visienses de boa memória, Ed. AVIS, Viseu, 2009.



A Passarola

João José Brandão Ferreira

«Diz o licenciado Bartolomeu Lourenço que elle tem descoberto um instrumento para andar pelo ar da mesma sorte que pela terra e pelo mar, com muito mais brevidade, fazendo-se muitas vezes duzentas e mais léguas de caminho por dia, nos quaes instrumentos se poderão levar os avisos de mais importância aos exércitos, no que interessa a V.M. muito mais que todos os outros príncipes, pela maior distância dos seus domínios evitando-se desta sorte os desgovernos das conquistas, que provêm em grande parte de chegar tarde

as notícias delles; allem do que poderá V.M. mandar vir todo o preciso dellas mais brevemente, a mais seguro; poderão os homens de negócio passar letras e cabedaes a todas as praças; poderão ser socorridos tanto de gente como de víveres, e munições y a todo o tempo; e tirarem-se dellas as pessoas que quizerem, sem que o inimigo possa impedir. Descobrir-se-ão as regiões mais vizinhas aos polos do mundo, tendo a nação portugueza a glória deste descobrimento, além das infinitas conveniências que mostrará o tempo...».



Bartolomeu de Gusmão



Foi deste modo, que o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão requereu, em princípios de 1709, a el-rei D. João

V, a apresentação do seu invento.

Gusmão nasceu em Santos, Brasil, presumivelmente em fins de 1685, dado ter sido baptizado em 19 de Dezembro desse ano. Era filho de Francisco Lourenço e de D. Maria Alvarez e irmão de um notável político e diplomata do seu tempo, Alexandre de Gusmão. Educado no seu seminário de Belém (Baía), pertencente à Companhia de Jesus, desde cedo revelou interesse pelas ciências experimentais e espírito inventivo. A observação da natureza cativava-o. O voo das aves faz despertar nele o sonho de criar uma «passarola» que pudesse levar os homens a voar.

Em 1701, deixou a Companhia e veio à Metrópole, onde foram notados o seu engenho e prodigiosa memória. Regressou ao Brasil e ordenou-se, mas o seu espírito inventivo dominava-o e foi assim que inventou e pôs em prática, no Seminário de Belém, um processo «para fazer subir a água a toda a distância a que, se quizer levar». Voltou a Portugal em 1708, tendo-se matriculado na Faculdade de Cânones de Coimbra, mas interrompeu o curso, certamente por via dos estudos e experiências em

que se achava envolvido. Ajudava-o o Marquês de Fontes. Os seus trabalhos rapidamente ficaram conhecidos e causaram sensação. O autor passou a ser conhecido pelo «voador» e objecto de troça por parte dos verzejadores da época. O interesse pela «máquina» era, no entanto, grande, até no estrangeiro. A gravura da passarola apareceu nessa altura, mas sabe-se hoje tratar-se de uma mistificação do próprio Gusmão a fim de desviar atenção de curiosos e oportunistas. Data desta altura o requerimento, que o rei aceita a 19 de Abril de 1709. A primeira experiência realizou-se a 5 de Agosto, desse ano perante a Corte.

As fontes da época não nos elucidam completamente de como seria a «máquina», mas presume-se tratar-se de um balão com ar aquecido, a julgar pelas experiências realizadas. O padre Gusmão não apresentou todavia, o seu invento em tamanho natural, mas sim uma amostra. O inventor tentou então fazer subir, numa Sala do Palácio um globo de papel que tinha sob a abertura uma pequena barquinha com um foco ígneo, mas o balão ardeu sem voar.

A segunda experiência, feita no dia 7 ou 8, resultou: o novo balão elevou-se cerca de quatro metros e cinquenta centímetros até ao tecto da sala. Finalmente, a 3 de Outubro um outro «instrumento de voar» foi lançado na parte da Casa da Índia elevando-se a «bastante altura». Tinha-se acabado de inventar um aeróstato rudimentar. Não se sabe ao certo porque é que as experiências não continuaram, mas podem ter sido consideradas um fracasso pois os resultados ficaram aquém do enunciado pelo jovem Sacerdote.

Lourenço de Gusmão não se deixou abater e continuou as suas pesquisas científicas, tendo logo no ano seguinte publicado um opúsculo sobre «Vários Modos de esgotar sem Gente as Naus que Fazem Água». Em 1713, partiu para a Holanda em busca de melhores condições para realizar experiências e sempre com o sonho de voar. Esta tentativa não surtiu efeito e Gusmão voltou a Portugal, em 1716, dedicando-se ao interrompido curso universitário que terminou em 1720. Gozava então de prestígio como pregador e homem de letras pelo que ao ser fundada a Academia Portuguesa da História, foi nomeado académico. D. João V continuou a protegê-lo e a estimá-lo. Tendo-o feito fidalgo Capelão da Casa Real, colocou-o na Secretaria do Estado e concedeu-lhe importantes rendimentos no Brasil. Encarregado pela Academia de escrever a história do bispado do Porto, investigou o assunto e apresentou as suas conclusões em sessões académicas. Os inventos técnicos não desmereceram a sua atenção. Quis fazer «carvão de lama e mato» e descobriu uma «máquina ou modo de moer» destinada a aumentar o rendimento dos moinhos hidráulicos e engenhos de açúcar. Este invento foi

reconhecido pelo próprio Rei em 1724, com a outorga de um privilégio.

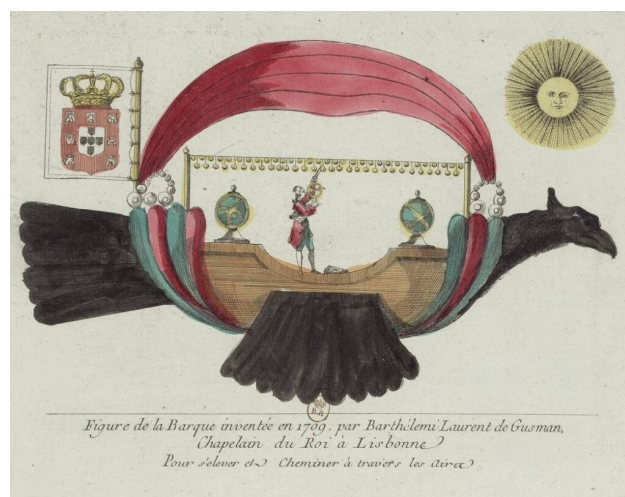
De repente, a 26 de Setembro de 1724, Bartolomeu de Gusmão foge para Espanha em companhia de seu irmão, Frei João Alvares de Santa Maria. Esta fuga deveu-se à perseguição da Inquisição por alegada participação numa história de bruxaria. Escritos de seu irmão, revelam mais tarde, que tinha aderido ao Judaísmo desde 1722.

Durante a fuga adoeceu vindo a morrer em Toledo a 18 ou 19 de Novembro de 1724, reconciliado com a Igreja Católica após graves delírios.

Manteve até ao fim a esperança de continuar a máquina de voar, cujas vantagens relativas à navegação aérea ele tão bem soube apontar no requerimento feito ao Rei. E também eventuais consequências negativas foram por ele reconhecidas: «e porque deste invento se podem surgir muitas desordens. Cometendo-se com o uso muitos crimes, e facilitando-se muitos na confiança de se poderem passar a outro reino ...» E por isso ele pretendia evitar estes malefícios querendo que Portugal possuísse o monopólio do seu uso.

Foi pena, que o Estado Português na altura e a sociedade em geral, não se tivesse empenhado mais a fundo em ajudar o notável padre na construção de semelhante invento. Mas podemos, hoje em dia, mais do que temos feito, defender os nossos pergaminhos, como percursos da aerostação e inscrever, internacionalmente, Bartolomeu de Gusmão na galeria a que tem direito.

Faz este ano 300 anos que faleceu. Os seus restos mortais deviam regressar à Pátria.



* Oficial Piloto Aviador (Ref.)



O mar, portos e transportes

Filipa Pinto Machado

I - Introdução

Ao longo dos tempos, o mar tem sido motivo de disputa entre povos e nações, tendo em vista o seu domínio. Assim o foi na antiguidade, nomeadamente na guerra entre Roma e Cartago para o controlo do Mar Mediterrâneo, conflito esse que terminou com a destruição de Cartago.

Em tempos não muito distantes, nomeadamente durante o período da Segunda Guerra Mundial, temos como exemplo de tentativa de domínio do mar as “batalhas” travadas entre o Japão e os Estados Unidos da América para o controlo do Oceano Pacífico, conflito esse que terminou com o lançamento de duas bombas nucleares pelos Estados Unidos sobre o Japão.

Num período mais recente, temos a guerra das Malvinas (1982) e a da Palmeta (1995), para além do conflito latente entre o Japão e a China pela posse das Ilhas de Senkaku ou Diaoyu e, no caso português, a recente pretensão de Espanha de querer alargar o seu território

marítimo através das Ilhas Selvagens, prejudicando assim os interesses de Portugal.

Estes são os conflitos dos tempos de hoje. Tais conflitos, tanto no passado, como no presente, só vêm confirmar a importância do mar no desenvolvimento económico dos países.

No passado, com o domínio do mar, pretendia-se defender o País de ataques vindos por essa via e proteger as respectivas rotas comerciais; no presente, para além do facto de o mar continuar a ser uma via indispensável de comunicação, os países pretendem alargar a sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), para assim poderem ter à sua disposição mais uma importante fonte de recursos biológicos, energéticos e minerais. Importa ainda referir que a existência de cidades-portos, pode alterar toda a dinâmica e estrutura organizativa das cidades e respectivas populações, assim como no planeamento das principais actividades económicas.



II – Resumo histórico

Em Portugal a importância do mar não deixa lugar a dúvidas. Passada a crise 1383-1385 e feitas as pazes com Castela, o mar era a única alternativa para a expansão do território e assim se atingir o ambicionado desenvolvimento.

Os Historiadores indicam a data de 1415 (conquista de Ceuta) como a data em que se iniciou a grande epopeia que foram os “Descobrimentos Marítimos Portugueses”. Nas palavras de José Hermano Saraiva, esta gigantesca epopeia só foi possível porque: “...assumiu o carácter de empreendimento nacional, de eixo em função do qual se desenvolveram, durante séculos, as actividades públicas e privadas. Os Descobrimentos não foram o resultado de acções isoladas de mercadores ou aventureiros, mas inscreveram-se, pelo menos desde 1432, num plano de cuja realização se considerou responsável a Coroa ou, antes dela, a Ordem de Cristo”.

Os descobrimentos como conhecimento de novas terras e mares, de novas gentes e culturas e, de novos saberes foram a grande dádiva dos portugueses à Humanidade e a si próprios.

Com uma costa de 943 quilómetros e com uma posição

estratégica privilegiada, o mar teve sempre um papel fundamental na economia portuguesa. Veja-se que, em 1571, havia uma série de postos avançados que ligavam Lisboa a Nagasaki e os postos ao longo das costas da África, Médio Oriente, Índia e Ásia eram controlados por Portugal.

Para além de um vasto interposto comercial, Portugal detinha uma Marinha invejável. Assim, era forçoso integrar a marinha e o comércio e, em 1736, surgem as primeiras medidas para o controlo civil da força militar e são então criadas a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (a cargo de Manuel António de Azevedo Coutinho) e a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Conquistas (a cargo de António Guedes Pereira).

D. João V morre em 1750 e, na segunda metade do século, as reorganizações da força militar terrestre vão ser ditadas pela situação internacional e pela influência de Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro de D. José I, na sua construção do Estado e fomento do comércio.

Por Decreto de 28 de Julho de 1834, decretou-se que e

passamos a citar: “Os Negócios das Províncias Ultramarinas, que até agora têm estado anexos à Secretaria d’Estado dos Negócios da Marinha ficam pertencendo a cada uma das diversas Secretarias d’Estado segundo a sua natureza for, do interior do Reino, da Justiça, da Fazenda, da Guerra, e Estrangeiros. (...) À Secretaria d’Estado da Marinha ficam em consequência competindo somente aqueles negócios que forem relativos à Repartição da Marinha no Reino de Portugal e seus Domínios, e quanto até agora dizia respeito ao Ultramar correrá d’ora em diante pelas mesmas Repartições, por onde se expedem os negócios de Portugal.”

O Império Português foi assim o primeiro império global da história, para além de ser o mais antigo dos impérios coloniais europeus, desde a conquista de Ceuta até à concessão da soberania de Timor-Leste, em 2002.

Relembramos estes factos não por saudosismo, não apenas por isso. Pese embora a História de um País com todo o seu rol de activos e passivos, jamais deverá ser esquecida por qualquer povo, muito menos por um povo e por um país como Portugal cuja individualidade foi assegurada por esse imenso mar e pela centralidade que os novos espaços e o império por ele criados lhe abriram e proporcionaram.

Podemos afirmar que o mar foi, assim, base da independência e da afirmação nacional de Portugal. Após a Segunda Guerra Mundial, António de Oliveira Salazar tentou manter intacto o que restava do império pluricontinental, num momento em que, ao contrário, outros países europeus se retiraram das suas colónias. Em 1961, as tropas portuguesas em Goa foram incapazes de impedir o avanço das tropas indianas que marcharam para a colónia em número superior. Noutra frente, Salazar começou uma longa e sangrenta guerra para acabar com as forças anticoloniais em África, guerra essa que durou até 1974.

Arriscamo-nos a dizer que desde então se apoderou sobre os governos um “complexo colonial”, tendo-se retirado ao mar, à marinha e às políticas marítimas a atenção que lhes deveriam ter sido dadas. Veja-se a título de exemplo a extinção do Ministério da Marinha, logo após a Revolução de Abril de 1974. Veja-se ainda que nos seis Governos Provisórios e nos 24 Governos Constitucionais, o Mar só teve estatuto de ministério em dois governos, o IX (Junho de 1983 a Novembro de 1985), o XII (Outubro de 1991 a Outubro de 1995), o XXI (Novembro de 2015 a Outubro de 2019 e o XXII (Outubro de 2019 a Março de 2022). Houve ainda outras soluções, como “da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar” (XVI Governo), “da Agricultura e do Mar” (XIX e

XX Governo) e “da Economia e do Mar” (XXIII); mas um ministério consagrado unicamente ao Mar, apenas nos quatro governos indicados.

A importância de se ter um Ministério do Mar, não é assim tão displicente como possa parecer. Veja-se que foi no tempo em que havia o ministério do mar - XII Governo Constitucional - que Portugal conseguiu manter inalterada a sua ZEE, face às pretensões de Espanha.

Portugal, no último quartel do Séc. XX, passa por uma grande transformação: A transformação do seu quadro governativo com o golpe de Estado e consequente mudança de regime em 1974, o fim do Império com mais de cinco séculos de história, a descolonização, o consequente aumento da população residente, o fenómeno dos ‘retornados’, a alteração das políticas governativas e a nacionalização dos grandes grupos económicos.

Também a nível externo o país enfrenta grandes alterações. Desde 1947 que Salazar se apercebera das mudanças na correlação de forças na cena internacional, da emergência de um novo quadro para a segurança mundial e chamara a atenção para o avanço do comunismo na Europa. Por isso, quando, na Assembleia Geral da ONU, Mr. Spaak chama a atenção mundial para a «ameaça russa», Salazar terá sentido confirmadas as suas preocupações e, naturalmente, legitimado o seu tradicional anticomunismo. Depois de três Conselhos de Ministros, Salazar decide aderir ao pacto e a 4 de Abril de 1949, Portugal assina o Tratado de Washington e torna-se membro fundador da Aliança Atlântica. (NATO).



Bandeira da NATO

• • • •

III - A integração na EFTA e CEE; Importância do mar na economia nacional

Para que a sua balança comercial continuasse na zona

dos valores positivos, tornava-se imperativo que o

governo português se abrisse ao exterior, pelo que se iniciam negociações para a adesão à EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre), a qual veio a consumir-se no dia 4 de Janeiro de 1960, em Estocolmo.

Ainda a nível externo, inicia-se a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE). O processo de adesão inicia-se em 1977 e termina com a conclusão das respectivas negociações em 1985, com assinatura do Tratado de Adesão em 12 de Junho de 1985. A adesão é efectiva a 1 de Janeiro de 1986.

A adesão à CEE, hoje União Europeia (UE), foi um factor de modernização do país proporcionado pelos múltiplos quadros de apoio financeiro a que Portugal teve acesso. Todavia, convém salientar que esta adesão foi a passagem de uma economia frágil, protegida e virada para o consumo interno para a integração num vasto mercado concorrencial, como é o da União Europeia, (UE), composta actualmente por 27 Estados Membros.

Acresce ainda que o grande alargamento da UE em 2004 é um elemento condicionador de relevo, em virtude de se deslocar o centro de gravidade para Leste, limitando ainda mais a margem de manobra de Portugal quer em termos económicos (aumento da concorrência, captação de investimentos estrangeiros, deslocalização das empresas), quer em termos financeiros (repartição dos volumes de transferências para efeitos de coesão).

No final do 1º semestre de 2011, a exemplo do que já tinha sucedido em 1977 e em 1983, Portugal teve a necessidade de recorrer à ajuda internacional, com a celebração de um acordo de apoio financeiro entre o país, a UE e o FMI, dando-se início a um novo período de políticas de austeridade e dificuldades acrescidas para a sociedade e à interferência de elementos extra e supranacionais na tomada de decisão política do governo português.

Na opinião de muitos analistas, a grave situação em que Portugal se encontrou tem uma componente interna e outra externa. A interna, pelas políticas que conduziram à excessiva e incontrolável acumulação de dívida e na grande dificuldade de o país se financiar nos mercados financeiros internacionais a taxas de juro compatíveis com a sua sustentabilidade orçamental a longo prazo, face ao comportamento do PIB (crescimentos muito ténues quando não negativos, durante uma série de anos); a externa, pelos efeitos de uma Europa também em crise, com dificuldade em se adaptar à crescente globalização competitiva e com a possibilidade de se fragmentar.

Neste contexto e como já vem sendo afirmado, Portugal terá de construir um modelo de desenvolvimento que

volte a incluir o mar, os transportes marítimos e as respectivas reorganizações das cidades como factor decisivo para o relançamento da economia.

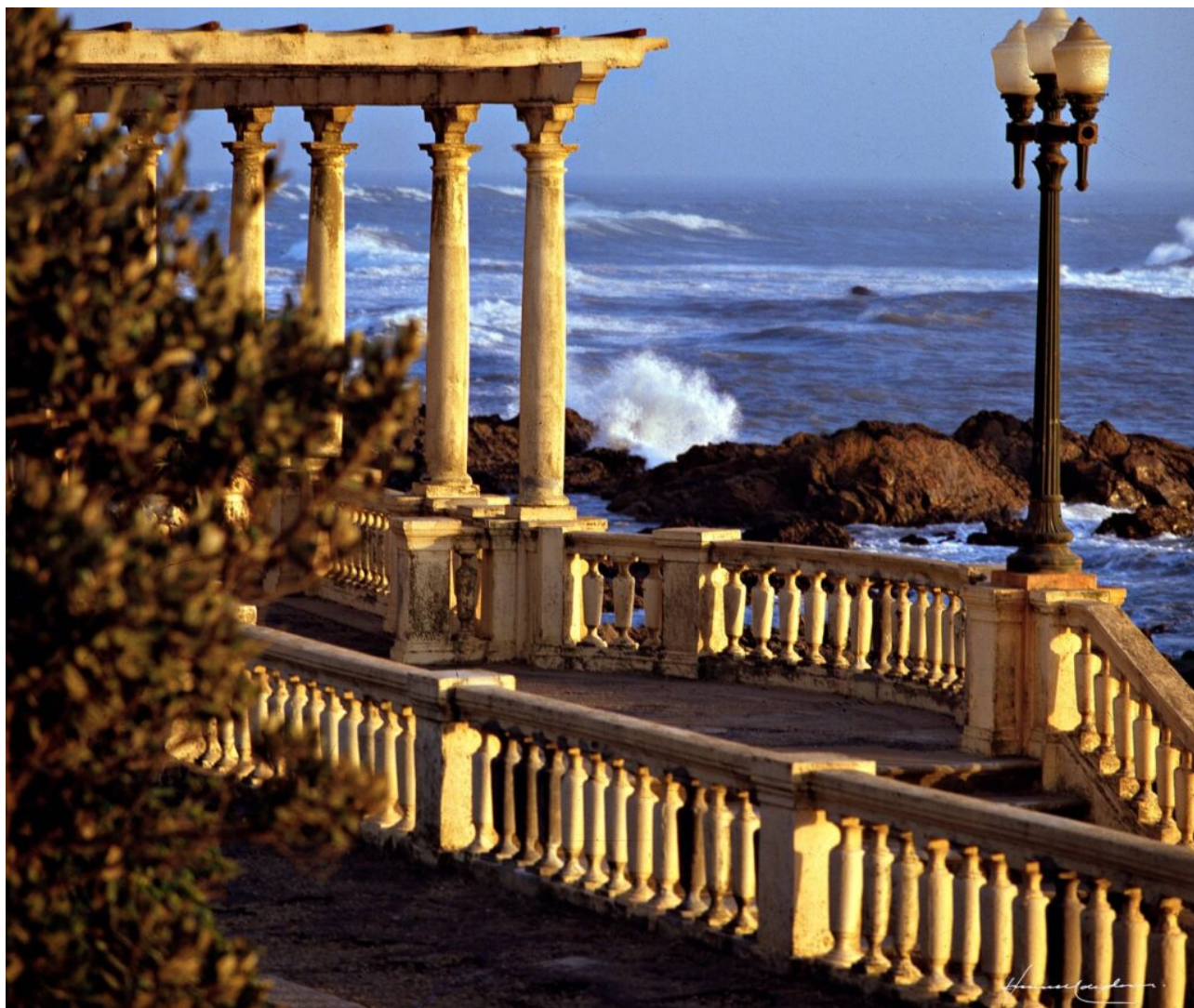
Um dos erros mais frequentes na gestão das crises é deixarmos-nos devorar pelo curto prazo e adoptar medidas avulsas sem um pensamento e um plano integrado. Não se pode negligenciar a dimensão estratégica e geopolítica que o país tem de ter para construir um caminho para o futuro. Nos últimos trinta anos, as elites políticas que governaram o País cometeram erros estratégicos que nos conduziram à situação em que estamos: Portugal, detentor de uma das maiores Zonas Económicas Exclusivas (ZEE), mantém no âmbito da pesca, preparações das conservas e outros produtos do mar, uma balança comercial deficitária, tendo as importações (FOB) registado em 2020 um valor duas vezes superior ao das exportações (FOB), e 1,8 vezes em 2021

Há trinta anos, o país pescava a maior parte do peixe que consumia. Hoje, importa 70 %. O que tem aumentado são as indústrias transformadoras do pescado, que atenuam o défice comercial nesta área. Há trinta anos, o País tinha uma indústria de construção naval que era referência no mundo, hoje tem um fantasma.

Torna-se crucial que o País volte a ter sucesso, volte a valorizar os seus recursos marítimos. Até 2020, época da pandemia, praticamente 90% do comércio internacional fazia-se pela via marítima. Certo que as crises actuais, nomeadamente no canal do Suez e no Mar Vermelho, provocaram um aumento significativo de custos, mas, ainda assim, o comércio marítimo é uma forma preponderante de fazer comércio e onde há comércio há crescimento, onde há crescimento há riqueza.

Na História de Portugal existe uma constante que não podemos esquecer: sempre que o País se virou para o mar prosperou. É evidente que o País está longe de ser a potência marítima que já foi, mas o mínimo que pode exigir-se é que comece a usar a sua rede de portos para criar riqueza e que use a sua história como conhecimento para o futuro.

Importa ainda mencionar que Portugal tem a terceira maior ZEE da União Europeia e a décima primeira do Mundo. No entanto, tal facto não se mostra representado a nível do Produto Interno Bruto (PIB), ao invés da Noruega cuja economia do mar representa 30% do PIB. Para além do potencial das actividades tradicionais (transportes marítimos, pesca, construção naval, transformação de pescado e turismo), Portugal tem de aproveitar as novas actividades marítimas como a agricultura ‘off-shore’, energia das ondas e das marés, eólicas, biotecnologia ou a robótica marinha.



IV. Portos

Os portos terão de voltar a ser cruciais nas relações de Portugal com o resto da Europa, mas também como novos factores de crescimento e novas oportunidades quer no Atlântico Sul, quer no Atlântico Norte.

Os portos têm de deixar de “viver” apenas para si próprios e para quem os opera, tendo de “viver” cada vez mais para os seus clientes. Articular a rede dos portos portugueses com as rotas comerciais e com as rotas energéticas é uma combinação que tem de ser feita para o crescimento da economia.

Os Portos podem ser encarados sob várias perspectivas. A mais simples encara-os como um local de intercâmbio de passageiros e mercadorias; e a mais complexa caracteriza-os como locais onde se produzem múltiplas actividades comerciais e industriais e onde circulam diversos tipos de carga, o que implica instalações e

serviços especializados.

Esta visão mais complexa dos portos teve a sua origem em 1956, quando o Sr. Melcom Mclean resolveu transformar o navio IDEAL X em porta-contentores, iniciando-se o que ficou designado com o “fenómeno da contentorização” ou “container intermodal”

O fenómeno da “contentorização” alterou substancialmente a geografia portuária. Foram, criadas cidades e desenvolvidas as então existentes, à medida que os portos iam aumentando a sua capacidade – vejamos, a título de exemplo, o porto de Hamburgo, na Alemanha, ou o porto de Melbourne, na Austrália.

Com o fenómeno da “contentorização”, os portos passaram a ser alvo de políticas integradas, quer nas cidades, quer sob o ponto de vista de qualidade, ambiente, segurança e saúde no trabalho. A existência de

uma multiplicidade de serviços, a produção simultânea de bens públicos e privados, o facto de o grau de concorrência entre os mercados portuários depender cada vez menos do controlo da Autoridade Portuária, tornaram o sector portuário como o de mais difícil de administração, regulamentação e regulação.

O território continental está dotado de nove portos comerciais, cinco dos quais constituem o sistema portuário principal - Aveiro, Leixões, Lisboa, Setúbal e Sines -, os quais se encontram a ser administrados por Administrações Portuárias (doravante e por comodidade designadas por APS), as quais têm o estatuto de Sociedades Anónimas de Capitais Exclusivamente Públicos. Os portos de Viana do Castelo, Figueira da Foz, Faro e Portimão são portos secundários; Actualmente, o capital dos portos de Viana do Castelo e da Figueira da Foz são detidos, respectivamente, pelos portos de Leixões e Aveiro. A Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S.A. (ou APS, S.A.) é a entidade responsável por assegurar o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do Porto de Sines e dos Portos comerciais de Faro e de Portimão.

As Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores têm o seu próprio sistema portuário.

Dada a importância vital e estratégica dos portos no desenvolvimento da economia de um país, estes têm merecido um controlo directo por parte dos poderes públicos. No entanto, o grande volume de investimento necessário para a sua ampliação e modernização implicou um maior envolvimento dos agentes económicos privados.

Como consequência, a gestão e a administração dos portos foi sendo reformulada. Assim, os agentes económicos privados ficaram a gerir as operações portuárias, passando a administração das infraestruturas a ser da responsabilidade das APS e dos Institutos Portuários.

O Instituto do Trabalho Portuário (doravante e por comodidade designado por ITP), foi criado pelo Decreto-Lei n.º 145-B/78, de 17 de Junho, o qual estabeleceu as bases gerais da organização administrativa do trabalho portuário. À data, o ITP tinha como missão a fiscalização, coordenação e planeamento do sector marítimo-portuário e supervisionar e regulamentar as actividades aí desenvolvidas.

Posteriormente, este Decreto-Lei foi revogado e alterado pelo Decreto-Lei n.º 282-C/84, de 20 de agosto, o qual definiu a natureza, âmbito, atribuições e competência do Instituto do Trabalho Portuário (ITP); O mesmo DL também veio definir as atribuições dos centros coordenadores do trabalho portuário (CCTP), dotados de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira.

No início de 1992, os portos portugueses encontravam-se

numa situação difícil, a qual implicava a necessidade de uma reestruturação portuária; após a realização de um diagnóstico profundo da situação existente nos portos portugueses, foram definidos os dois vectores essenciais em que assentar-se-ia a reestruturação: um novo enquadramento legal e a celebração de um Pacto de Concertação Social no Sector Portuário.

Assim, após um longo processo de negociação no âmbito do Conselho Económico e Social, foi assinado, em 12 de Julho de 1993, o Pacto de Concertação Social no Sector Portuário pelo Ministro do Mar, em representação do Governo, pelas 5 Associações representativas dos Operadores Portuários, pela Federação Portuguesa dos Agentes de Navegação, pela Associação Nacional de Utentes Privativos de Cais Concessionados ou Licenciados, pelo Conselho Português de Carregadores e pelos 12 Sindicatos representativos dos trabalhadores portuários. Nos termos do Pacto, estas entidades assumiram um firme compromisso na implementação concertada e em clima de colaboração e paz social, das Medidas Complementares da Reestruturação.

A acção legislativa decorrente do processo de reestruturação centrou-se, em especial, nas três áreas de relevância fundamental para o êxito do processo: a operação portuária, o trabalho portuário e as concessões portuárias; assim em resumo e, não pretendo ser esta informação detalhada, não se pode aqui deixar de mencionar as principais alterações legislativas daí decorrente;

Em outubro de 1993, foi publicado o Decreto-Lei n. 398/93, que estabeleceu o Regime Jurídico da Operação Portuária.

Por sua vez, no respeito ao Trabalho Portuário neste âmbito, começou-se por extinguir o Centro Coordenador do Trabalho Portuário de Lisboa (Decreto-Lei n. 100/92) e, posteriormente, em outubro de 1993, foi publicado o Decreto-Lei n. 356/93 que alterou a orgânica e competências do Instituto do Trabalho Portuário. Estes diplomas permitiram extinguir o sistema de gestão tripartida, envolvendo o Estado, o Patronato e os Sindicatos, que se traduzia, na prática, pela monopolização do trabalho portuário.

A mão-de-obra nos portos passa assim a ser gerida apenas por empresas privadas. Em agosto de 1993 foi publicado o Decreto-Lei n. 298/93 que estabeleceu o Regime Jurídico do Trabalho Portuário.

Por sua vez, no que respeita às Concessões Portuárias em dezembro de 1994 foi publicado o Decreto-Lei n. 324/94, que estabelece as bases gerais da concessão à iniciativa privada de cais, terminais, equipamentos e espaços portuários.

Posteriormente, o reconhecimento do sector marítimo-portuário como sector dotado de alto valor estratégico ao serviço do desenvolvimento económico nacional motivou a publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/98, publicada na I Série B, do Diário da

República, em 10 de Julho de 1998. Nesta Resolução, foi aprovado o guia estratégico “Política Marítimo-Portuária Rumo ao Século XXI”, apresentado no respectivo Livro Branco, no qual o modelo de gestão “Landlord Port” é referenciado como o melhor método para introduzir a participação privada dos agentes económicos no sector portuário.

No entanto, só no ano de 2007 é que se verificou uma grande reestruturação do ITP, ao abrigo do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

O Decreto-Lei 146/2007, de 27 de Abril, estabeleceu uma nova Lei Orgânica para o ITP o qual se passou a designar por Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, (doravante e por comodidade designado por IPTM, I.P.). Nos termos do Decreto-Lei supramencionado, as atribuições do IPTM, IP, são reformuladas e reorganizadas segundo uma estratégia de afirmação dos portos nacionais, integrados nas “autoestradas do mar” e do sector portuário como porta atlântica do Sudoeste Europeu. Ao IPTM, IP foi dada como medida prioritária a elaboração e a implementação de um plano de desenvolvimento para a área marítimo-portuária – Plano Nacional Marítimo-Portuário. As atribuições do IPTM, I.P., são prosseguidas em todo o território nacional, sobre o qual este organismo tem jurisdição, por intermédio de três delegações, a Delegação do Norte e Douro, a Delegação do Centro e a Delegação do Sul. O sector portuário português integra, assim, entidades públicas as Administrações Portuárias e o IPTM, IP, dotado de autonomia financeira, prossequindo estes organismos as atribuições dos ministérios a que ficam afectos nas diferentes orgânicas governamentais. Em torno dos portos desenvolvem-se “clusters” industriais e tecnológicos importantes para o desenvolvimento nacional regional e local e, por esse motivo, são e podem vir a ser fonte de criação de emprego em diversas áreas. As infra-estruturas básicas necessárias a um porto, como a construção de diques, quebra-mar, cais e o aprofundamento de canais de navegação, envolvem investimentos de capital avultados. Assim, o panorama da gestão portuária tem vindo a alterar-se nas últimas duas décadas. Os portos, anteriormente geridos por entidades públicas, estão a tornar-se entidades autónomas cada vez mais inseridas no mercado concorrencial, sem interferência dos governos centrais e maior influência privada. Os dados demonstram que as áreas que são comumente privatizadas são a movimentação de cargas e o armazenamento, áreas comercialmente mais viáveis. Este facto leva à problemática da privatização dos lucros e socialização da despesa.

As circunstâncias acima mencionadas motivaram a que o Banco Mundial apresentasse quatro modelos de gestão portuária, os quais representam actualmente a maioria dos formatos existentes: o “Service Port”, o “Tool Port”,

o “Landlord Port” e o “Fully Privatized Port”.

O “Service Port” é um modelo de gestão onde a gestão portuária é predominantemente pública, ou seja, a autoridade portuária possui, desenvolve e mantém as infra-estruturas e as supraestruturas, incluindo os equipamentos, sendo os trabalhadores portuários (estivadores) directamente contratados pela mesma. No “Tool Port”, a participação do sector privado desenvolve-se ao nível da gestão do trabalho portuário (estivadores) e equipamentos leves de movimentação horizontal (empilhadores e camiões), sendo que as infra-estruturas e supra-estruturas, incluindo os equipamentos de movimentação vertical (guindastes e pórticos), da posse e controlo do agente público responsável pela exploração do porto.

No “Landlord Port”, a autoridade portuária detém a propriedade do porto, actuando como organismo regulador enquanto as restantes infra-estruturas e supra-estruturas são concedidas a privados, por meio de concessões.

O “Fully Privatized Port” caracteriza-se por excluir qualquer influência do sector público na actividade portuária.

No sistema portuário português, desde a Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/98, o modelo que tem vindo a ser utilizado é o Landlord Port.

Os exemplos práticos dos modelos básicos acima apresentados encontram-se a nível mundial. O “Service Port” pode encontrar-se na maioria dos países em vias de desenvolvimento, como Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau; São exemplos do “Tool Port”, o Porto Fornecedor dos Equipamentos em Santos no Brasil, Le Havre em França. O “Landlord Port” tem exemplos na maioria dos países do Norte da Europa, designadamente em Roterdão, Antuérpia, Hamburgo. Por sua vez, o “Fully Privatized Port” ou Porto Privado apenas encontra exemplos na Inglaterra e Nova Zelândia. Na maioria dos modelos de gestão portuária, a propriedade dos activos não é transferida para a esfera privada; a propriedade e a estrutura portuária permanecem quase sempre na mão do Estado, num contexto de mercado, com autonomia de gestão e contabilística.

Existe uma tendência mundial para a “privatização” do sector portuário, sendo que o maior envolvimento do sector privado na actividade portuária não acontece através de uma privatização total. Aproveitamos ainda para mencionar que a celebração de Parcerias Público Privadas (PPP) não constitui uma forma de privatização, entendida como o modelo do Porto Privado, onde a propriedade do terreno, o planeamento, o desenvolvimento e a gestão da actividade portuária são transferidos para a esfera privada. Nas PPP, a maioria das actividades portuárias são desenvolvidas por privados através de contrato de concessão celebrados com o sector público.

Uma série de factores influenciam o modo como os

portos são organizados, estruturados e geridos. A estrutura socioeconómica de um país (economia de mercado, fronteiras abertas), acontecimentos históricos (por exemplo, a estrutura colonial anterior), a localização do porto (zona urbana ou em regiões isoladas) e o tipo de cargas movimentadas são alguns exemplos.

A grande maioria das autoridades portuárias são de propriedade pública. O padrão de propriedade confirma as tradições hanseática e latina de influência do governo, quer municipal como central. Olhando para as reformas em curso, a situação da propriedade das autoridades portuárias permanece bastante estável, com pequenas alterações em alguns países.

A função de proprietário pode ser considerada como a principal função das autoridades portuárias contemporâneas. Ela está sujeita a diferentes formas de pressão, tais como, pressão competitiva para investir em infraestruturas, pressão financeira para fazer esses investimentos e a concorrência na utilização da “terra”. Esta é, de facto, um elemento crucial neste domínio.

A função de operador cobre a prestação de serviços portuários, que podem ser agrupadas da seguinte forma: a transferência física de mercadorias e passageiros entre o mar e a terra, incluindo serviços de transporte, serviços técnico-náuticos (pilotagem, reboque e amarração) e outros. A maior mudança foram os processos de privatização que passaram os serviços de movimentação de carga para as mãos de operadores privados, actuando a autoridade portuária apenas como prestador de serviços de último recurso ou oferecendo serviços especializados.

A natureza de interesse económico geral de serviços técnico-náuticos explica por que estes podem ser prestados pelas autoridades portuárias.

Os principais rendimentos dos portos são as taxas provenientes do uso dos diferentes serviços. As taxas portuárias são aquelas exigidas pela utilização privada ou aproveitamento especial do domínio público portuário e pela prestação de serviços não comerciais pela autoridade portuária. O mecanismo de pagamento neste tipo de modelo consiste numa tarifa ao usuário em função do uso que faz da infraestrutura. Desta forma, os rendimentos estão sujeitos a risco de procura, pelo que se não há utilização da infraestrutura os resultados do porto são negativos.

Nos termos do Decreto-Lei 9/2022, de 11 de Janeiro, o qual assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) 2017/352, que estabelece o regime da prestação de serviços portuários e regras comuns relativas à transparência financeira dos portos

determina-se no seu artigo 10.º que o regulamento de tarifas de cada umas das administrações portuárias é elaborado por estas de acordo com o procedimento previsto no CPA, sem prejuízo das competências da AMT, de análise, apreciação e aprovação das propostas de regulamento de tarifas, dependendo a sua eficácia da respetiva publicação no sítio na Internet da autoridade portuária.

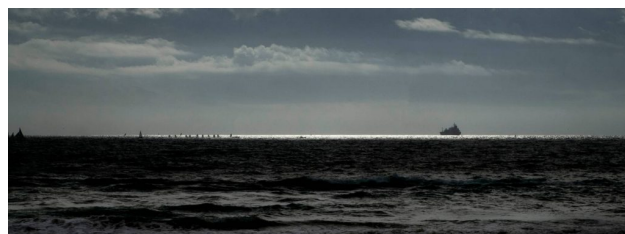
Nos termos do supramencionado Decreto-Lei a estrutura e o nível das taxas de utilização da infraestrutura portuária são determinados em função da estratégia comercial e dos planos de investimento do porto e devem respeitar as regras de concorrência e os requisitos gerais definidos no quadro da política portuária geral.

As taxas de utilização da infraestrutura portuária podem variar de acordo com a estratégia económica e com a política de ordenamento do território do porto, designadamente em relação a certas categorias de utente, ou com o fim de promover uma utilização mais eficiente da infraestrutura portuária, do transporte marítimo de curta distância ou de um nível elevado de desempenho ambiental, de eficiência energética ou de eficiência carbónica das operações de transporte.

Ao contrário do sistema rodoviário cujas tarifas são precisamente definidas, a regulação de tarifas nos portos, assume a forma de tectos que não devem ser ultrapassados.

O financiamento das infraestruturas portuárias básicas depende assim das políticas económicas governamentais e da forma como cada governo entende a administração dos portos e da sua economia.

Na análise da gestão portuária, mais do que o número de estruturas e a respectiva poupança, o que o País tem de avaliar são os ganhos de eficiência e eficácia que os diferentes tipos de gestão, centralizada ou descentralizada, podem trazer. Portugal tem, assim, de transformar os seus portos em verdadeiras plataformas logísticas integradas em cadeias logísticas internacionais.



Praia do Tamariz



V – Estratégia Nacional do Mar e a importância dada pelos actuais Fundos Europeus

A Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 é o instrumento que traça o rumo para a política pública do Mar na próxima década. Foi aprovada em Conselho de Ministros no dia 6 de maio de 2021, cumprindo uma das disposições do Programa do XXII Governo Constitucional.

A Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (ENM 2021-2030) baseia-se na importância do conhecimento científico, na proteção do Oceano, na valorização dos serviços dos ecossistemas marinhos e no reconhecimento do seu papel como vetores de desenvolvimento sustentável e, em paralelo, na robustez dos setores tradicionais e emergentes da economia azul. Os princípios orientadores da ENM 2021-2030 estão alinhados com a Agenda 2030 das Nações Unidas, com o Pacto Ecológico Europeu, com a Política Marítima Integrada da União Europeia, a Política Comum de Pescas, e com as recentes Estratégia de Biodiversidade 2030, Estratégia do Prado ao Prato e Missão Estrela-do-mar 2030: Recuperar o nosso Oceano e Águas, apresentadas pela Comissão Europeia.

No que respeita ao Plano Estratégico de Transportes, neste programa tem-se em consideração que Portugal detém, na sua herança marítima e na sua centralidade atlântica, um posicionamento geoestratégico que lhe permite continuar a apostar na sua maritimidade e na sua potencialidade enquanto hub atlântico nas cadeias logísticas globais de base marítima.

Nesse programa, o Governo definiu também como objectivo a promoção da marca “Portos de Portugal”, que deve ser uma prioridade no campo internacional, tirando partido dos portos como elementos agregadores para fazer crescer Portugal como plataforma de movimentação de mercadorias no Atlântico, através da captação de linhas de transporte marítimo e da fixação de empresas no seu território, em linha com a Estratégia para o Aumento da Competitividade da Rede de Portos Comerciais do Continente – Horizonte 2026 e o Plano de Ação para o Atlântico 2.0 da Comissão Europeia. Neste contexto, o ordenamento portuário na relação com as cidades, na intermodalidade com o território e na ligação com as redes de transporte internacional, agregado ao conjunto de novos projetos de expansão portuária, deve

permitir ambicionar novas dimensões de crescimento e de desenvolvimento económico do país, mantendo e gerando mais emprego e riqueza, sempre no estreito respeito dos objetivos de sustentabilidade ambiental e salvaguarda do património cultural. O ordenamento portuário deverá proporcionar uma paisagem mais sustentável, à medida que oferece oportunidades emergentes para as populações das áreas ribeirinhas e para os pequenos negócios, repensando o futuro à beira-mar, como oportunidade de implementar novos e coesos modelos de comunidades portuárias seguras, sustentáveis, inclusivas e resilientes. Este é um sector que contribui para o sucesso de outras áreas da economia do mar, como o turismo, as pescas, a aquicultura, a construção e reparação naval e as energias renováveis oceânicas.

Neste âmbito, os terminais de contentores têm um papel de destaque, estando identificados investimentos para todos os portos neste segmento de carga, como por exemplo os do “Porto de Sines: Expansão do Terminal de Contentores do Porto de Sines (fase IB e fase II)” e “Estudo da concessão de construção e operação do Novo Terminal de Contentores Vasco da Gama”.

Portugal está a beneficiar de 14.000.000.000,00€ (catorze mil milhões de euros), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Este Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na área específica da Marinha, prevê, em concreto, a criação de uma plataforma logístico-científica, por um valor de cerca de 112 milhões de euros.

Por outro lado, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve vai beneficiar de, pelo menos 19,95 milhões de euros para pagar o investimento na modernização da infraestrutura portuária de Sines, tendo como principal objectivo a descarbonização.

Este valor não vem do PPR mas do denominado pacote REACT-EU.

A REACT-EU é um programa que visa reparar os prejuízos sociais e económicos causados pela pandemia de COVID-19 e preparar uma recuperação ecológica, digital e resiliente

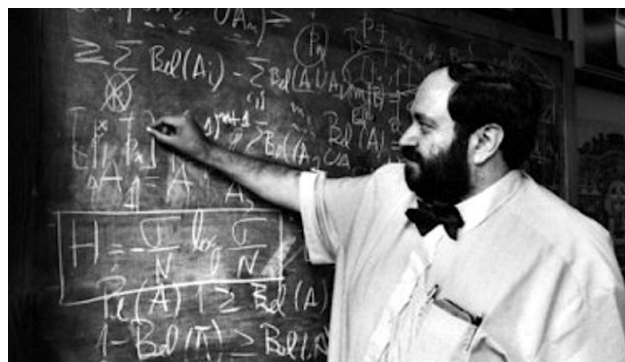
Assim, esta é a altura certa para se re-investir no Mar e em todo o seu potencial.



Elogio do Conselheiro Fernando António de Oliveira Carvalho Rodrigues

João Jorge Botelho Vieira Borges *

Fernando António de Oliveira **Carvalho Rodrigues** foi admitido como sócio efetivo da SHIP com o n.º 4046 (com a remuneração dos sócios, atualmente tem o n.º 339), a 26 de novembro de 1992, sendo então Presidente o saudoso General Manuel Freire Themudo Barata. Foi depois admitido como conselheiro efetivo do Conselho Supremo em 2006 e assim se manteve até 2023. Carvalho Rodrigues nasceu em Casal de Cinza, a 28 de janeiro de 1947 (tem 77 anos). É conhecido como o “pai” do satélite português, tendo sido o responsável máximo pelo consórcio PoSAT que constituiu e lançou o primeiro satélite português, a 26 de setembro de 1993, da base espacial de Kourou na Guiana Francesa, e a bordo do foguetão Ariane. O Satélite PoSAT-1 já não comunica desde 2016, mas ainda se encontra no espaço. No final dos anos 90 foi utilizado pelos militares portugueses para a transmissão de mensagens em diferentes forças nacionais destacadas como na Bósnia ou em Angola. O segundo satélite português, o Aeros MH1, só seria lançado cerca de 30 anos depois, a 4 de março de 2024, a partir da Base Espacial de Vandenberg, na Califórnia (EUA) e a bordo de um foguetão Falcon9 da SpaceX.



...

Carvalho Rodrigues tem um site pessoal e público, que facilita a busca de informação sobre as diferentes vertentes da sua vida

(<https://www.fernandocarvalhorodrigues.eu/pt/>). Nesse sentido, vou seguir, no essencial, as suas opções curriculares, começando pela **formação académica**.

Com poucos meses de idade veio viver para Lisboa com os pais, onde frequentou a Escola Primária Voz do Operário (e onde recebeu o prémio Ricardo Covões em 1957) e depois o Liceu Nacional de Gil Vicente (onde foi distinguido com o Prémio D. Dinis – destinado ao melhor aluno nacional 1958-1964). Em 1969 licenciou-se em Física com especialidade em Ótica e Optoelectrónica pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e

em 1974 doutorou-se em Engenharia Eletrotécnica pela Universidade de Liverpool.

Da sua **carreira académica** destaco o facto de ter sido o fundador e primeiro Diretor da Escola Portuguesa de Ótica Ocular (Optometria – 1980-87), tendo sido Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico entre 1985 e 1996. Entre 1995 e 2005 foi depois Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Ciências de Engenharia da Universidade Independente, assim como Pró-Reitor para a Investigação. Entre 2012 e 2016 foi Professor Catedrático do IADE-U (Instituto de Arte, Design e Empresa- Universitário) e mais recentemente, entre 2021 e 2022, foi Presidente do Conselho Geral do Instituto Politécnico da Guarda (IPG).

Da **carreira profissional**, o próprio Carvalho Rodrigues começa por destacar o facto de ter sido Bolseiro da Junta de Energia Nuclear (entre 1969 e 1975), tendo mais tarde, entre 1978 e 1979 sido Especialista de Investigação. Foi depois Investigador Principal e Investigador Coordenador no Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI, entre 1979-1984), por concurso público.

Nas **atividades de engenharia** e para além do Satélite PoSAT-1 (no âmbito do Consórcio Po-SAT), lançado e operacional desde 26 de setembro de 1993, sublinha que é detentor de seis patentes, tendo projetado e desenvolvido a engenharia de vários produtos, atualmente em produção industrial, alguns deles alvo de exportação, casos do colimador de pontaria, da visão noturna e dos sistemas de visão inteligente em tempo real.

Das inúmeras **atividades de gestão e empresarial**, destaco o Sócio-Fundador da AASO (Associação de Apoio à Sustentabilidade da Ótica) em 2022, o Presidente da Assembleia Municipal da Guarda (2013-2017), o Gerente da Empresa Professor Doutor Fernando Carvalho Rodrigues Unipessoal (2013-2016), e o Presidente da APAETT (Associação dos Proprietários e Arrais das Embarcações Típicas do Tejo) em 2007. De cariz mais científico e académico destaco o Diretor de Programas de Ciência da NATO (1999-2012), o Presidente do NAIPTTEL – Núcleo das Indústrias de Telecomunicações da Associação Industrial Portuguesa (1996-1999) e em especial o Chefe do Consórcio PoSAT, entre 1991 e 1999. Foi ainda Presidente da Assembleia Geral da AFCEA (1990-2014), Diretor do Instituto de Tecnologias de Informação do LNETI (1985-1997), Diretor do Consórcio SATCART e Diretor do Departamento de Ciências e Tecnologias Nucleares do Instituto de Energia do LNETI (1981-1985).



Da **atividade científica e técnica**, Carvalho Rodrigues destaca o facto de ter sido galardoado com o Prémio Pfizer em 1977, o Prémio Gulbenkian de Ciência e Tecnologia em 1978 e em 1982 pelo desenvolvimento de algoritmos de cálculo de sistemas óticos e pela aplicação de técnicas laser na caracterização de matérias-primas têxteis. Não esquece a Sociedade Histórica da Independência de Portugal que o galardoou, em 1989, pelo conjunto da sua obra científica, com o Prémio da Identidade Nacional. A Casa da Imprensa votou-o como cientista do Ano de 1993, atribuindo-lhe o Prémio Bordalo. Em 1996 foi distinguido com a Albert J. Myer Achievement Award pelo trabalho em teoria da informação. Em 1998 recebeu o “Diploma de Mérito” da Associação Nacional dos Óticos (ANO) e em 2014 o Prémio Carreira da ANO. Pela sua atividade de Conselheiro Científico da NATO, entre 1999 e 2012 recebeu a medalha Lavoisier do Comissariado de Energia Atómica de França. Foi supervisor de dezanove teses de Doutoramento e investigador principal de inúmeras teses de mestrado.

Carvalho Rodrigues é **membro de várias academias e sociedades científicas e profissionais**, nacionais e estrangeiras, a última das quais, em 2023, como Primeiro Associado Honorário da Associação Portuguesa de Professores de Física Química.

Entre as **condecorações** destacam-se, em 2023, a Medalha de Mérito Científico atribuída pela Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e a Medalha de Honra, grau ouro, do Município da Guarda. É comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada (1992).



• • • •

Como especialista em teoria da informação, ótica e optoelectrónica, Carvalho Rodrigues tem mais de duzentos **trabalhos publicados** no estrangeiro e em Portugal. Publicou cinco livros em Portugal, um nos EUA e outro na Federação Russa. Entre estes, destaco “Convoquem a Alma”, editado pelas Publicações Europa-América em 2005, cujo acesso livre pode ser feito através da internet. E o cientista, que acredita em Deus, começa o livro do seguinte modo: “Do Nada”. “A vasta maioria do Universo é ... nada. Sim, de tudo o que há por aí, o que mais enche o Universo é nada. É o vazio. O que ocupa mais espaço? É nada. O que mais preenche tempo? É nada. Antes do big-bang havia nada. A seguir, logo a seguir, Universo. Antes de mim havia nada. Logo a seguir, eu. Antes do amor havia nada. Logo a seguir, tu. Antes da separação havia nada. Logo a seguir, saudade. Do nada ou no nada aconteceu tudo. Porque do nada sai tudo. O nada tem que ter uma

estrutura. Uma estrutura que crie a partir do nada, do vácuo, do vazio. A Física Quântica anda em busca da estrutura do vácuo. A estrutura que deu para a criação do Universo. As religiões garantem que a estrutura do vácuo, do vazio, do nada é o Verbo: “No princípio era o Verbo”.

Conheci o Doutor **Carvalho Rodrigues**, no âmbito das suas inúmeras palestras proferidas nos diferentes Estabelecimentos de Ensino Superior Militar, em especial no antigo Instituto de Altos Estudos Militares, onde o profundo conhecimento e cultura geral, aliado à eloquência da comunicação, entusiasmavam o público, dos mais jovens aos mais experientes, desde civis a militares. Como figura pública preservou sempre a sua família e assumiu publicamente como lema de vida a divisa da Academia das Ciências de Lisboa: “A glória é vã se o que fizermos não for útil”. Por isso continua a empenhar-se em atividades cívicas com sentido de utilidade. Apesar de sócio assumido de Luciano Pavarotti, nunca se dedicou à música e ao canto, mas a outros hobbies como a Marinha do Tejo, a poesia (adora e cita regularmente Fernando Pessoa) e a Associação dos Amigos de Nossa Senhora da Lapa (refere frequentemente o milagre de 1498 da jovem Joana, até porque “a vida é feita de milagres”).

Carvalho Rodrigues vive, desde 2012, fora dos grandes centros, na sua terra natal, em Casal de Cinza, freguesia do concelho da Guarda, na companhia de pouco mais de 400 “fregueses” e de uma coleção de burros, todos com nome próprio.

Faço votos de que a Nossa Senhora da Lapa o acompanhe com saúde e alguns milagres durante muitos anos de vida, e agradeço o legado científico e de cidadania, que responsabiliza esta cadeira da sorte com o número 13.

Sociedade Histórica da Independência de Portugal, em Lisboa, 27 de junho de 2024.

* O autor é sócio efetivo n.º 968, e Conselheiro titular da cadeira n.º 13.



Há 900 anos, em Sernancelhe

Paulo Almeida Fernandes *

A 26 de outubro de 1124, Egas Gondesendes e seus filhos, entre os quais João Viegas “Ranha”, passaram foral a Sernancelhe. O documento é importante por vários motivos (nacionais, regionais e locais) e tem sido salientado sobretudo como a primeira carta de foral outorgada por um agente laico na história portuguesa (REIS, 2002: 61).

A ação aparentemente inusitada deste nobre insere-se num período fundador da autonomia concelhia no ocidente peninsular. Durante a vigência do Condado Portucaleense (1096-1128), os titulares do poder fizeram uso dos forais para obter diferentes resultados: atração e fixação de povoamento; estruturação de unidades tendencialmente urbanas de homens livres e reforço da

defesa do território, através da construção de fortificações e da criação de milícias concelhias lideradas por grupos locais de cavalaria-vilã.

A dimensão militar implícita (por vezes explícita) nos forais condais pode surpreender, mas ela foi encarada, pelo menos no tempo do conde D. Henrique, como uma opção face às fragilidades demonstradas pelos exércitos portucaleenses na frente meridional. Numa análise diacronicamente mais longa, a intencional dimensão militar dos concelhos ajudou a diversificar as fontes de financiamento e de recrutamento das forças que compunham os reinos cristãos peninsulares, o que explica, em parte, o sucesso destas formações políticas nas guerras travadas contra almorávidas e almóadas nos séculos XI a XIII.

Os forais condais e os seus limitados efeitos

O foral de Sernancelhe insere-se na fase terminal do Condado Portucaleense, numa altura em que o

antagonismo entre as princesas de Leão era inultrapassável e a rainha D. Teresa estabelecera uma

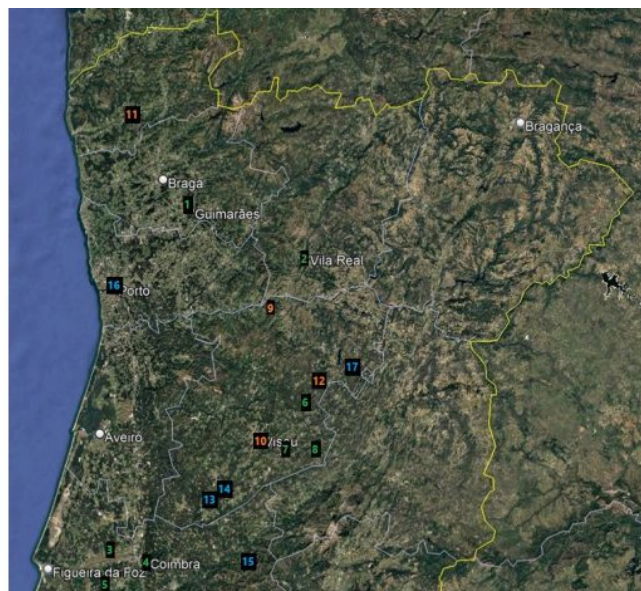
aliança com nobres galegos, no sentido de constituir um bloco ocidental equiparável militarmente a Leão. Mas o diploma surge também na evidente continuidade da política foraleira encetada pelo conde D. Henrique, no sentido de fortalecer demograficamente a Beira Alta e de criar aí unidades de povoamento, militarmente estáveis de defesa (MARQUES, 1996: 23).

O recurso a forais como elementos geradores de municípios caracteriza parte da organização defensiva do período condal. Na verdade, caracteriza sobretudo a política de D. Henrique, sendo a atenção concedida à dimensão concelhia uma linha de ação considerada inovadora e equilibradora face ao natural protagonismo da nobreza e do clero dentro das fronteiras do condado (COELHO, 2000: 42 e 45-46). Apesar das limitações demonstradas pelos forais como instrumentos também de vocação militar, é um facto que 25% da documentação preservada desse período foi dirigida precisamente aos concelhos, o que prova o interesse de D. Henrique em fortalecer a rede municipal do território (COELHO, 1996: 567). Desta linha de atuação conhecem-se oito forais, três deles destinados a terras da Beira Alta. Durante o governo de D. Teresa, o ritmo de concessão de forais foi diferente. Conhecem-se quatro diplomas outorgados pela rainha, mas todos em datas tardias do seu governo e sem aparente relação entre si. Permanece a dúvida sobre um quinto foral, passado a Soure após os

dramáticos acontecimentos de 1116 e 1117 e anterior à doação da vila a Fernão Peres de Trava, em 1122 (PIMENTA, 2019: 29).

Esta atuação foi distinta da concertação de forais registada no tempo de D. Henrique. Mesmo o argumento de reforço fronteiriço enunciado em alguns desses documentos – em concreto no de Tavares (datado possivelmente de 1111), onde se menciona expressamente que o território se situava «in stremo», entre cristãos e muçulmanos –, não parece ter sido suficiente para que a política foraleira inaugurada pelo conde tivesse continuidade por parte de D. Teresa. Por outro lado, foi também nesta fase que outros agentes, religiosos e laicos, se envolveram na concessão de forais, alargando assim as estratégias de atração de povoamento em benefício de lógicas regionais e privadas, sem aparente ligação com a estratégia real.

O mais importante conjunto de forais outorgados por D. Henrique foi determinado pela perda de Santarém, em 1111. Data exatamente desse ano a concessão de cartas a Coimbra, Soure e Sátão, devendo corresponder também a esse contexto os forais de Azurara da Beira e Tavares. Sobre estes últimos, não se conhecem as datas exatas dos diplomas, mas tem-se argumentado que a sua concessão não se dissocia dos acontecimentos de 1111 (COELHO, 2000: 45).



Mapa dos forais outorgados durante o período condal (1096-1128). A verde, forais do conde D. Henrique: 1 - Guimarães (1096); 2 - Constantim de Panóias (1096); 3 - Tentúgal (1108); 4 - Coimbra (1111); 5 - Soure (1111); 6 - Sátão (1111); 7 - Azurara da Beira (prov. 1111); 8 - Tavares (c. 1111?). A laranja, forais da rainha D. Teresa: 9 - São Martinho de Mouros (1121), 10 - Viseu (1123); 11 - Ponte de Lima (1125); 12 - Ferreira de Aves (1126). A azul, forais privados outorgados durante o período condal: 13 - Santa Comba São (1102); 14 - Treixedo (1102); 15 - Arganil (1104); 16 - Porto (1123); 17 - Sernancelhe (1124).

As cartas de Coimbra e de Soure, juntamente com o foral passado a Tentúgal, em 1108, pretenderam garantir alguma segurança na linha do Mondego, entretanto exposta como fronteira face aos almorávidas.

Relativamente a Soure, o diploma estabelecia uma repartição de tarefas sobre a defesa: o conde deveria assegurar a defesa do castelo, enquanto a cavalaria-vilã local promoveria a defesa das populações (PIMENTA, 2019: 26).

O caso de Coimbra é mais complexo, uma vez que a cidade passava por um processo de tensão social, de contornos políticos e religiosos. No primeiro caso, pela instalação de uma elite formada por cavaleiros francos, fiéis a D. Henrique, em detrimento do grupo autóctone de origem moçárabe, liderado por Martim Moniz, genro do alvazil D. Sesnando (NOGUEIRA e MAGALHÃES, 2008: 48-49). No segundo caso, a progressiva substituição da liturgia hispânica, longamente observada pelas comunidades moçárabes, pela liturgia romana, alinhada com as determinações do Concílio de Burgos, celebrado em 1080 (ROSA, 2000: 439). O foral de Coimbra, passado no próprio dia em que Santarém caiu em mãos almorávidas, pretendia alcançar um autêntico «tratado de paz» (SOARES, ed. 1989: 109) entre poderes conflituantes da urbe, um esforço de pacificação que garantisse uma eficaz defesa face à ameaça muçulmana. O reforço da terra beirã, em Tavares e Azurara, aspirava à defesa do Alto Mondego, assim prevenindo eventuais incursões pela Serra da Estrela e o acesso a Coimbra por Nordeste. Já o foral de Sátão, a norte do rio Dão, foi concedido pelo conde como testemunho da hospitalidade que as comunidades daquele território haviam demonstrado durante a estadia do governante (e do seu exército), a caminho da malsucedida campanha de Santarém. É possível que parte dos homens de Sátão aos quais o foral se dirigiu fossem conterrâneos de D. Henrique. No ano anterior, o próprio conde havia concedido cinco casais em Vila Boa a Bernardo Franco (com probabilidade um francês, segundo COELHO, 2000: 44), em troca de um bom cavalo que este havia alcançado em terra de muçulmanos. Outros francos surgiram também em terras beirãs, como Rabaldo, importante homem na administração de Coimbra até à

concessão do foral de 1111. Possivelmente afastado do governo da cidade na sequência daquele diploma (que vedava aos estrangeiros o exercício do poder na gestão da urbe), terá transferido a sua estratégia de ação para a zona de Lafões, onde os seus filhos aparecem documentados nas décadas seguintes (VENTURA, 2003: 91-92).

A constituição de um concelho significava a emergência de um marco estável no território e a criação de uma milícia municipal, composta por cavaleiros e peões recrutados entre os habitantes. No entanto, estas forças militarizadas, lideradas pelas cavalarias vilãs locais, por mais numerosas e bem organizadas, estavam longe de ser suficientes para combater eficazmente os almorávidas. Tal fragilidade ficou patente em 1116 e 1117, quando o curso terminal do Mondego foi parcialmente destruído e Coimbra cercada por tropas do emirato. A defesa da cidade foi organizada pela própria rainha (e seus aliados galegos) e a vitória teve várias consequências, para além da manutenção do território em torno do Mondego. Pela primeira vez, o Papa reconheceu o estatuto régio de D. Teresa, o que implicitamente arrastava a autonomia de Portugal face a Leão. Também pela primeira vez, a defesa da fronteira meridional do condado (e parte considerável da sua gestão) passaram a estar na posse dos aliados galegos de D. Teresa, em concreto Fernão Peres de Trava.

O incêndio provocado pelos habitantes de Soure antes de fugirem do ataque muçulmano, em 1116 (BARROCA, 1997-98: 173 e 183-84), e o cerco a Coimbra de 1117 evidenciaram a desadequação dos forais para efeitos militares. Aqueles acontecimentos revelaram, também, a escassez de recursos militares para «sustentar (...) um “projecto” que se pretendia de dimensão régia», como concluíram AMARAL e BARROCA, 2012: 194. Haveria que encontrar outras soluções, que só se vislumbraram com a chegada dos Templários a Portugal, em inícios de 1128. Sintomaticamente, a primeira doação recebida por estar ordem foi a vila de Soure, localidade mais frágil da linha do Mondego, até pela circunstância de a sua fortificação – constituída a partir do possível antigo paço de D. Sesnando e do vizinho mosteiro, documentado desde 1043 (FERNANDES e REAL, 2020: 136) – se situar em terreno baixo e na confluência de dois rios.

Sernancelhe e os forais privados do Condado Portucalense

Uma das maiores originalidades do período condal foi a existência de forais privados, religiosos e laicos. Tem-se assumido que os cinco diplomas que compõem este grupo integraram uma ação concertada com a orientação do casal condal, que viu assim complementadas as suas estratégias com diplomas análogos por parte de outros

poderes atuantes sobre o território. Apesar da proximidade conceptual e textual entre cartas condaís e privadas, estes últimos agentes parecem ter visto os forais como instrumentos de reforço das suas próprias políticas, não se revelando uma relação direta com os benefícios outorgados pelos condes. Parecem ser mais o

testemunho do sucesso relativo do foral enquanto ferramenta de organização dos territórios do que ações declinadas da política condal.

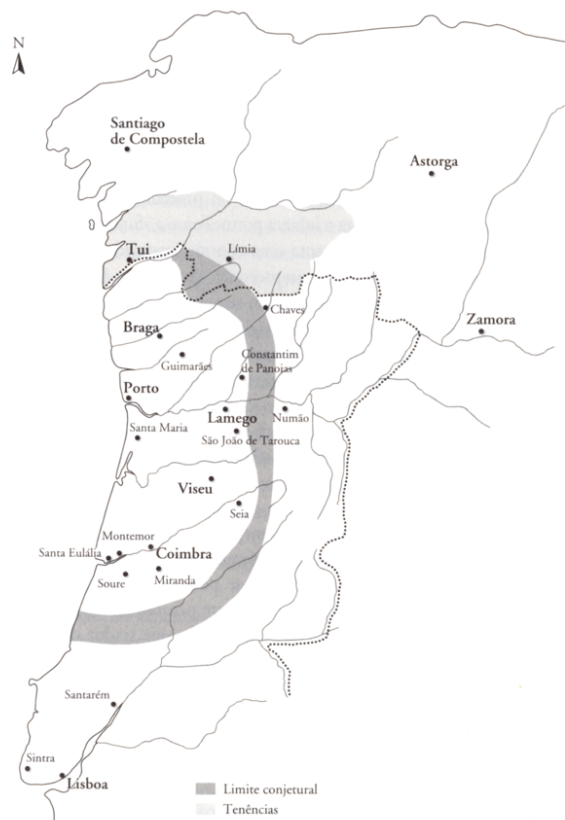
Dos cinco forais privados conhecidos, dois foram outorgados por bispos, outros dois pelo prior de um mosteiro e somente um por um grande senhor da nobreza.

Em 1102, o prior do mosteiro de Lorvão passou carta de foral a Santa Comba Dão e Treixedo, duas localidades nos limites setentrionais do seu domínio. Apesar de serem apenas os dois forais conhecidos do cenóbio laurbanense nesta época, inserem-se numa política expansionista do mosteiro verificada entre as décadas finais do século XI e as primeiras da centúria seguinte. Sob o impulso de Eugénio, prior entre 1085 e 1118, o mosteiro aderiu à regra de São Bento, readquiriu numerosas propriedades entretanto dispersas e beneficiou da proximidade do casal condal, de quem recebeu metade da povoação de Cacia, em 1106 (BORGES, 2002, vol. I: 83). Os forais a Santa Comba Dão e a Treixedo emularam a ação foraleira do conde D. Henrique, fazendo o mosteiro uso de idênticos instrumentos de fixação de povoamento.

Em 1114, o bispo de Coimbra concedeu carta de foral a Arganil. Apesar de ser o único documento com estas características passado pelo prelado conimbricense neste contexto, insere-se numa política ativa por parte do titular da diocese em expandir a sua autoridade para o interior do território, ao longo do rio Alva, na vertente setentrional da Serra do Açor. Poucos anos depois, ultrapassada a crise de 1116-1117, a rainha D. Teresa concedeu o castelo de Coja ao prelado de Coimbra, que já tinha outras povoações na zona, entre as quais Lourosa (MATTOSO, 1976: 147). Numa região que interessou progressivamente às instituições régia e monásticas, a Sé de Coimbra foi pioneira na organização da terra e dos homens.

Em 1123, o bispo do Porto D. Hugo concedeu foral aos habitantes do burgo ribeirinho. Ao contrário da rural e periférica Arganil, o Porto era a póvoa urbana e comercial central da diocese portuense. Pela primeira vez, um alto dignitário da Igreja (não por acaso francês e um dos principais colaboradores do arcebispo Diego Gelmírez, de Compostela) ditava as regras de convivência e de fiscalidade nos limites da “sua” cidade. D. Hugo, que havia recebido o território urbano das mãos de D. Teresa, negociou a redação final do diploma com os homens bons da cidade. Como argumentou António Matos Reis, o exemplo deve ter sido o foral de Compostela passado por Gelmírez em 1113, a partir do foro de Sahagún, ainda do século XI (REIS, s.d.: 5-6). Chegamos, finalmente, ao foral de Sernancelhe, assinado por Egas Gondesendes de Baião, alcaide da vila. Nos imprecisos limites do Condado Portucalense, Sernancelhe localizava-se numa linha de fronteira nascente algo difusa, um território escassamente

povoado e ainda distante das unidades de povoamento mais estáveis do reino de Leão.



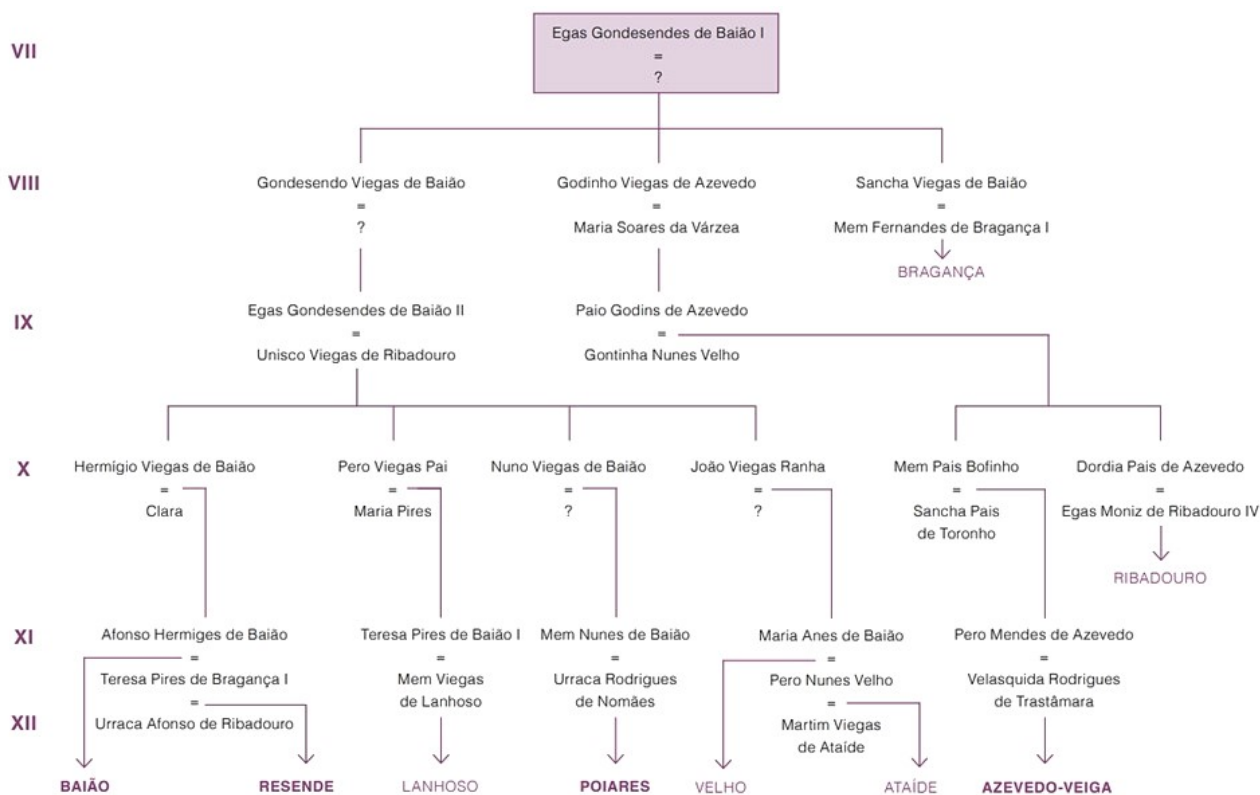
Mapa do Condado Portucalense em 1121. Fonte: Soares, ed. 1989, adaptado por Amaral e Barroca, 2012: 211.

Egas Gondesendes (também grafado como Gosendes), o segundo deste nome, era filho de um não documentado Gondesendo Viegas e neto de Egas Gondesendes (RODRIGUES, 2018: 54). Foi mordomo-mor da rainha, cargo no qual aparece documentado em 1116, embora pudesse desempenhar essas funções desde o dramático ano de 1111, data em que figura como confirmante dos forais de Soure e Sátão. Foi o único membro da família Baião a desempenhar tão altas funções. Dispôs também de um conjunto apreciável de tenências: Arouca (1098-1100); Baião (1110-1128, apesar de ter o seu comando desde o final do século XI); Lamego (1100); Penaguião (1127); Sanfins (1110) e São Salvador e Tendais (1109) (dados em AMARAL e BARROCA, 2012: 346-352). Esta lista evidencia uma efetiva presença em três áreas nevralgicas do reino – Trás-os-Montes e Norte e Sul do Douro – e uma progressão pela atual Beira Alta, a qual pode ter sido complementada com o estatuto de alcaide, como foi o caso de Sernancelhe. Manteve-se fiel a D. Teresa até à primavera de 1128, tendo passado a apoiar D. Afonso Henriques pouco antes da Batalha de São

Mamede (MATTOSO, 1978: 168), travada no verão desse mesmo ano.

O foral de Sernancelhe foi passado por este nobre, juntamente com os seus filhos, sendo expressamente identificado João Viegas, o Ranha, destacado membro da

família e apoiante de Afonso Henriques (RODRIGUES, 2018: 54). A preocupação em mencionar os descendentes parece corresponder a uma intenção de gestão hereditária, o que transforma Egas Gondesendes em não só o alcaide de Sernancelhe, mas sim o seu senhor.



Árvore genealógica da família de Egas Gondesendes Fonte: Sottomayor-Pizarro, 2014: 75

Por que razão estas terras da Beira e não outras?

Aparentemente, todas as terras beirãs objeto de carta de foral tinham vestígios de povoamento anterior. Nem todas parecem ter tido estruturas militares prévias, mas as que não dispunham da proteção de antigos muros, situavam-se em pontos estratégicos do território. O foral de Tavares foi dirigido a uma comunidade fortificada num castelo (um castro), situado na fronteira da Beira, imediatamente antes da Serra da Estrela. Por seu turno, a localidade de Azurara (atual cidade de Mangualde) detinha também um castelo, mencionado em 1103, numa doação à Sé de Coimbra por parte de Pedro Sesanandes, sobrinho de D. Sesanando (LP, ed. 1999: 243, doc. 151; ALVES, 1990: 11). O envolvimento da família do alvazil de Coimbra na segunda metade do século XI e a existência de um mosteiro dedicado a São Julião, situado nas proximidades da fortaleza de Azurara, são indicadores que certificam a relevância estratégica da região ainda antes da constituição do Condado

Portugalense. A individualidade desta zona demonstra-se também por, naquele ano de 1103, a localidade ser mencionada como um território (uma Terra, segundo interpretação de MARQUES, 2000: 119). Ainda se conservam restos da fortaleza altomedieval em torno do santuário de Nossa Senhora do Castelo, compostos por alinhamentos de muros nos quais se reaproveitaram silhares almofadados e que definem uma estrutura retangular ainda não explorada arqueologicamente (NÓBREGA, 2004: 22; MARQUES, 2000: 120). Sâtão parece ser um caso de maior complexidade. Na localidade, não restam vestígios de uma fortaleza, ainda que o local dos Santos Idos já tenha sido apontado como ponto fortificado (SOUZA, 1991: 107). No próprio foral reconhece-se o povoamento recente daquele território, ao estipular que «Zaatam fuit populata per suam cartam de foro» (aspeto salientado por FERNANDES, 2006: 11). É ainda provável que, naqueles finais do século XI, o

município de Sátão não se circunscrevesse a um lugar concreto, mas sim a uma área polinucleada (como sugeriu VALE, 1976: 263-264). Nas proximidades, subsistem restos de estruturas fortificadas em Silvã de Cima, Senhora do Barrocal e em Ferreira de Aves. Esta última localidade foi também agraciada com foral. O diploma não identifica qualquer estrutura militar (MARQUES, 2000: 116), embora se admita a existência de uma fortaleza pré-românica rudimentar, uma possível torre de vigia, à qual estariam associados diversos entalhes nos penedos para construções em madeira (VIEIRA, 2009: 105) e fragmentos cerâmicos. Permanece também a hipótese de o mosteiro de Santa Eufémia (das Donas), em Ferreira de Aves, ter sido fundado em época condal, por Soeiro Viegas, um dos confirmantes do foral de 1126 (RIBEIRO, 1995: 9).

A norte, Viseu e São Martinho de Mouros apresentam testemunhos inequívocos de anterior relevância estratégica. Foi às portas de Viseu que Afonso V faleceu, na década de 20 do século XI, tentando conquistar a cidade, então fortemente defendida por uma guarnição. E sobre São Martinho de Mouros, o próprio foral outorgado por D. Teresa indica que a localidade tinha sido já alvo de uma carta de povoamento, passada pelo rei Fernando Magno, a qual não chegou aos nossos dias. Ainda hoje subsistem elementos da fortificação no castro da Mogueira.

A sul, onde o mosteiro de Lorvão interveio em 1102, o foral de Santa Comba Dão menciona a existência de uma torre (FERREIRA, 2005: 31). Sobre Treixedo, as informações são menos esclarecedoras. Francisco Ferreira referiu-se à importância militar do castrum trenium já no tempo de Afonso Henriques (FERREIRA,

2005: 101-102), mas a zona devia ter outras marcas simbólicas de assinalável importância como o espaço religioso onde se fez sepultar o conde conimbricense Gonçalo Moniz, que um documento de 981 identifica como Treixedelina (PMH, DC: 80, doc. 130). O microtopónimo não se identifica na atualidade, mas não deveria localizar-se longe do mosteiro de Treixedo, assim se explicando a sintonia toponímica entre ambos os lugares (FERNANDES, 2017: 371-372).

Esta explicação não exclui uma outra, óbvia: nem todos os antigos núcleos de povoamento associados a antigas fortificações foram objeto de foral. Na fronteira oriental da Beira Alta, por exemplo, só uma fortaleza foi objeto deste tipo de diploma: Sernancelhe. Todas as antigas estruturas militares mencionadas desde o século X na região estiveram à margem deste processo. Este núcleo, composto pelos castelos de Trancoso, Moreira de Rei, Sernancelhe (grafado como seniorzelli), Longroiva, Penedono, Ranhados, Muxagata, Numão e Meda ou Almendra, é particularmente importante, porque integrou o património do mosteiro de Guimarães em 960, por doação de D. Chamôa Rodrigues, sobrinha da condessa de Portucale Mumadona (PMH, DC: 50-51, doc. 81). Século e meio depois dessa doação, não se identificam aparentes movimentações para integrar, restaurar e desenvolver esta relevante linha defensiva. O fenómeno de não integração de antigas estruturas militares regista-se também em áreas interiores do condado, tanto a Norte como a Sul do rio Douro e mesmo em Trás-os-Montes, onde é flagrante, por exemplo, a falta de dados relativos a Chaves, verdadeira cidade na fronteira setentrional.

Sernancelhe antes do foral de 1124

A 26 de outubro de 2024, o município de Sernancelhe comemorou os 900 anos do foral de Egas Gondendes. A data tem sido entendida como o momento fundador da vila, embora diga mais respeito à constituição do concelho e da sua relativa autonomia municipal em tempos medievais. Para encontrar as origens do aglomerado populacional há que recuar ainda mais, pelo menos até finais do século IX.

Como se viu, Sernancelhe surge mencionada em documentação do ano 960, altura em que um núcleo de povoamento já se havia constituído à sombra de uma fortaleza. É possível recuar esse momento criador até à instalação de um grupo específico asturiano no atual centro de Portugal, composto pelo príncipe rebelde Bermudo Ordonhes (irmão desavindo do rei Afonso III das Astúrias) e por vários nobres da sua pequena corte, entre os quais os irmãos Diogo, Ero e Godesteu Fernandes (REAL, 2005; REAL, 2013; FERNANDES, 2019). Este clã foi continuado por vários descendentes

destes três nobres e por outros membros da nobreza, entretanto recrutados em áreas estrategicamente relevantes do reino asturiano por meio de estratégias matrimoniais. Exemplo disso é o facto de D. Chamôa Rodrigues, que em 960 detinha numerosos castelos, penelas e povoações na Beira Alta, ser neta de Diogo Fernandes e filha de Rodrigo Tedones, este último descendente de Afonso Betotes, presor de Tui em 854. Deve-se a este grupo um processo colonizador regional de grande escala, atuante sobre um triângulo genericamente compreendido entre Águeda, Numão e Lorvão, do qual ainda restam abundantes vestígios materiais.

No roteiro da progressão asturiana pela Beira Alta, Sernancelhe destaca-se pela qualidade dos materiais ainda preservados. No interior da igreja matriz, subsiste um capitel vegetalista tipicamente asturiano, reaproveitado como pia de água benta.



Capitel asturiano preservado no interior da igreja matriz de Sernancelhe.



Realizado no duro granito da região e apesar de bastante mutilado, organizava-se em três registos (o superior com desaparecidas volutas) e era uma cópia fiel de capitéis calcários aplicados em construções áulicas de Oviedo, em concreto no palácio de Santa Maria de Naranco e na igreja de São Miguel de Lillo, construções datadas de meados do século IX. Este capitel tem sido localmente interpretado como obra visigótica (AZEVEDO, 2012: 30), mas a comparação com idênticas produções asturianas não deixa dúvidas sobre uma mesma cronologia. Associada à igreja, identificou-se ainda parte do cemitério alto-medieval, constituído por sepulturas

escavadas na rocha (algumas parcialmente destruídas pela construção da igreja românica) e, pelo menos, uma sepultura em estola (BARROCA, 1990-91: 95-96).

O que resta do castelo de Sernancelhe preserva também importantes vestígios deste período (valorizados por BARROCA, 2000: 217).



Castelo de Sernancelhe. Aspeto parcial de um alinhamento de muros.



Um paramento da muralha é composto por «aparelho não-isódomo, com rolhas, cunhas e silhares almofadados», obedecendo a uma técnica construtiva pré-românica. O alinhamento dos muros define um perímetro irregular, tendencialmente oval. No seu interior, os afloramentos rochosos revelam sinais de aplainamentos para receber habitações e estruturas de madeira. Do lado nascente deste recinto, subsiste uma segunda plataforma onde se recolheu cerâmica alto-medieval, possivelmente associada ao primitivo núcleo de povoamento sernancelhense, a qual aguarda por uma exploração arqueológica.

Conclusão

Em 1124, um grande nobre da família Baião lançou as bases do municipalismo em Sernancelhe. 900 anos depois, o princípio de autonomia municipal mantém-se como principal força motriz deste território e das suas comunidades. A história mudou muito em nove séculos, mas há dimensões da aventura portuguesa que parecem ser fios condutores ininterruptos da narrativa histórica do país. O municipalismo é uma dessas dimensões transtemporais, que faz com que poderes autárquicos vigentes na atual 3.^a República se reconheçam como herdeiros de diplomas produzidos no longínquo período de formação de Portugal. Conhecer a história do foral de Sernancelhe e evocar os documentos fundadores dos municípios portugueses favorece a compreensão sobre as origens do país que somos.

Bibliografia

Fontes documentais impressas

- HERCULANO, Alexandre, org., 1868 – *Portugaliae Monumenta Historica. Diplomata et Chartae*. Lisboa: Tipografia Académica.
- RODRIGUES, Manuel Augusto, coord. edit., 1999 – *Livro Preto da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

Estudos

- AMARAL, Luís Carlos, BARROCA, Mário Jorge, 2012 – *Teresa. A condessa-rainha*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- ALVES, Alexandre, 1990 – *A igreja de S. Julião de Azurara. Matriz de Mangualde*. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde.
- AZEVEDO, Cândido, 2012 – *Igreja românica de Sernancelhe*. Sernancelhe: Câmara Municipal de Sernancelhe.
- BARROCA, Mário Jorge, 1990-91 – «Do castelo da Reconquista ao castelo românico (sécs. IX a XIII)». *Portvgália. Nova série*, vol. 11-12. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto, p.89-136.
- BARROCA, Mário Jorge, 1996-97 – «A Ordem do Templo e a arquitectura militar do século XII». *Portvgália. Vols. 17/18*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto, p.171-209.
- BARROCA, Mário Jorge, 2000 – «Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior». *Beira Interior – História e Património*. Guarda, s.ed., p.215-238.
- BORGES, Nelson Correia, 2002 – *Arte monástica em Lorvão. Sombras e realidade. Das origens a 1737*. 2 vols. Lisboa: FCT e FCG.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 1996 – «2.2. Concelhos». *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, p.554-584
- COELHO, Maria Helena da Cruz, 2000 – «A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique». *Biblos*. Vol. 76. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, p.37-56.
- FERNANDES, A. de Almeida, 2006 – «Povoações do Distrito de Viseu (Origens)». *Beira Alta*. Vol. 65, fasc. 1 e 2. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, p.1-42
- FERNANDES, Paulo Almeida, 2017 – *Matéria das Astúrias. Ritmos e realizações da expansão asturiano-leonesa no actual centro de Portugal, séculos VIII-X*. Coimbra: tese de doutoramento em História da Arte apresentada à Universidade de Coimbra.
- FERNANDES, Paulo Almeida, 2019 – «O “Portugal” asturleonês. As primeiras manifestações de um novo tempo no ocidente peninsular (meados do século IX – primeira metade do século X)». *Anejos de Nailos*. N.º 5 (*Actas do Congresso Internacional 1300 Aniversario del origen del reino de Asturias*). Oviedo: APIAA, p.149-199.
- FERNANDES, Paulo Almeida, REAL, Manuel Luís, 2020 – «A construção e as artes ao tempo de D. Sesnando (parte 1)». *Portvgália. Nova série*, vol. 1. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Universidade do Porto, p.123-168.
- FERREIRA, Francisco Gonçalves, 2005 – *Santa Comba Dão. Uma monografia*. Santa Comba Dão: Câmara Municipal de Santa Comba Dão.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, 1996 – «1.1.1. A constituição de um condado». *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, p.13-23.
- MARQUES, Jorge Adolfo de Meneses, 2000 – «Castelos da Reconquista na região de Viseu». *Actas do 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular*. Vol. VII. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular, p.113-127.
- MATTOSO, José, 1976 – «A região de Arganil: de fronteira a terra senhorial». *Revista Portuguesa de História*. T. 16. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Universidade de Coimbra, p.143-158.
- MATTOSO, José, 1978 – «A primeira tarde portuguesa». *Revista de Guimarães*. N.º 88. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento, p. 159-186.
- MOREIRA, Vasco, ed. 1997 – *Terras da Beira. Cernancelhe e seu alfoz*. Edição fac-similada. Sernancelhe: Câmara Municipal de Sernancelhe.
- NOGUEIRA, Isabel, MAGALHÃES, Raquel Romero, 2008 – *Coimbra: das origens a finais da Idade Média*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- NÓBREGA, Pedro Pina, 2005 – *Castelologia de entre Dão e Mondego (séculos IX a XIII). A Reacção cristã à presença islâmica?* Lisboa: trabalho curricular apresentado no âmbito do Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2019 – *Os Templários em Soure*. 1128-1309. Soure: Câmara Municipal de Soure.

- REAL, Manuel Luís, 2005 – «O mosteiro de Fráguas no contexto do pré-românico da Beira Interior (Portugal). Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII). Coord. Mário Barroca e Isabel Cristina Fernandes. Palmela: Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.275-292.
- REAL, Manuel Luís, 2013 – «O castro de Baiões terá servido de atalaia ou castelo, na Alta Idade Média? Sua provável relação com o refúgio de Bermudo Ordonhes na Terra de Lafões». Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Património. Vol. 12. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 203-230.
- REIS, António Matos, 2002 – Origem dos municípios portugueses. Lisboa: Livros Horizonte.
- REIS, António Matos, s.d. – O foral do Porto. Inédito, 15p.
- RIBEIRO, Maria José Homem Ferreira, 1995 – Edição dos documentos medievais do cartório de Santa Eufémia de Ferreira de Aves. Lisboa: dissertação de mestrado em Paleografia e Diplomática apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- RODRIGUES, Miguel Hugo Marques, 2018 – Família e património fundiário: o exemplo dos de Baião nos séculos XII e XIII. Porto: dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- ROSA, Maria de Lurdes, 2000 – «A religião no século: vivências e devoções dos leigos». História religiosa de Portugal. Vol. 1. Lisboa: Círculo de Leitores, p.423-510
- SOARES, Torquato de Sousa, ed. 1989 – Formação do Estado português (1096-1179). Trofa: Sólivros de Portugal.
- SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de, 2014 – Aristocracia e mosteiros na Rota do Românico. Lousada: Centro de Estudos do Românico e do Território.
- SOUSA, Albano Martins de, 1991 – Sátão. Sátão: Câmara Municipal de Sátão.
- VALE, Alexandre de Lucena e, 1976 – «Forais da Beira – Satam». Beira Alta. Vol. 35, fasc. 3. Viseu: Assembleia Distrital de Viseu, p.263-270.
- VENTURA, Leontina, 2003 – «O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes». Revista Portuguesa de História. N.º 36 vol. 1. Coimbra: Instituto de História Económica e Social da Universidade de Coimbra, p.90-114.
- VIEIRA, Marina Afonso, 2009 – «Reflexões em torno do povoamento alto medieval da bacia superior do rio Paiva». Tiempos oscuros? Territorios y sociedad en el centro de la Península Ibérica (siglos VIII-XI). Madrid e Salamanca: Sílex e Universidad de Salamanca, p.93-105.

* Instituto de História da Arte da NOVA FCSH.



Portugal 900 anos *

José Ribeiro e Castro

Esta crónica abre uma série de outras crónicas regulares, em modo rotativo, com os Professores João Paulo Oliveira e Costa e José Eduardo Franco, outros historiadores e autores diversos, participantes no projecto “Portugal 900 anos”. Aqui, irão dando conta de factos importantes da nossa fundação e história, do espírito das celebrações dos 900 anos e de reflexões e abordagens diversas. Agradecemos ao OBSERVADOR a disponibilidade, a abertura e o interesse.

A história é, para nós, um grande e poderoso recurso, a arca do tesouro. É sobretudo assim para aqueles que não têm petróleo, nem diamantes, ouro, nem prata – pobres de recursos materiais, têm de valorizar e extrair o máximo dos recursos imateriais. Mas, bem vistas as coisas, é assim também para possuidores de grandes riquezas minerais ou recursos físicos – por exemplo, a história britânica ou a história da China. Podemos dizer, então, que a história é grande e poderoso recurso para quem a tem grande – e, na verdade, é grande a História

de Portugal. É grande a história do mais antigo Reino cristão da Península que chegou aos nossos dias, a história do mais velho Estado-nação da Europa e com fronteiras estáveis. Somos nós.

Há dias, no Diário de Notícias, João Paulo Oliveira e Costa, assinava um artigo de opinião – “Portugal, uma longa e improvável existência de nove séculos”. Depois de resumir traços do nosso percurso, como fomos feitos e o que fizemos, rematava: “País pequeno que se agigantou ao longo da História, Portugal aproxima-se dos nove séculos de existência.”



Essa história, de mãos dadas com a nossa língua, é nosso eixo definidor, informador da nossa identidade, registo da nossa experiência, fonte da nossa influência, robusto factor de coesão. É uma história muito variada e rica,

espelho de muitos encontros, viajante por todo o mundo. Dir-se-ia a história de uns fenícios do extremo ocidental da Europa, que fizeram do Atlântico o seu Mediterrâneo e, depois, todos os oceanos também – e o mundo

deixaria de ter segredos. Rota após rota, todos passaram a conhecer todos.

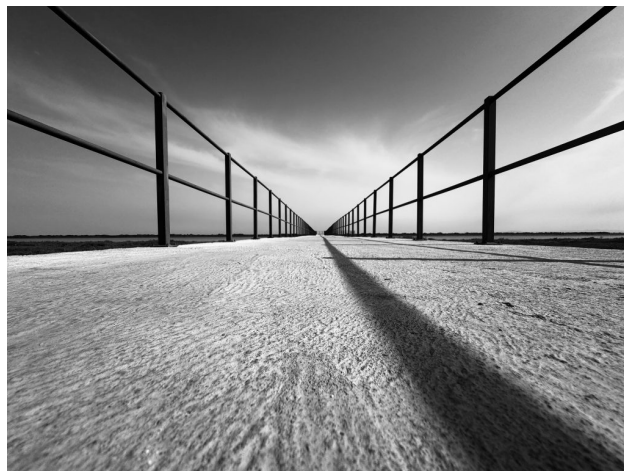
Olhando-a em balanço, é uma história notável, inovadora, ousada, integradora, persistente, em que, como tudo, há melhor e pior. Uma história em que o bom é prevalecente, uma história que alimenta a nossa maturidade, afastando o mal para que não se repita, guardando o bem para que se afirme, consolide, amplie. A história não tem de ter um sentido moral – em rigor, história como só história, é narrativa e ciência. Mas ganha se acompanhada de sentido moral e, então, aí, não sendo apenas conhecimento, mas também ensinamento. A nossa história – ou não fôssemos um país de navegadores – é, ela própria, a Nau Catrineta, “que tem muito que contar”.

Em Novembro de 2020, num artigo no Expresso, “50 anos para celebrar 900”, enunciei publicamente, pela primeira vez, as ideias em que a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, no quadro da sua missão e estatutos, começou a trabalhar para Portugal comemorar dignamente os 900 anos de Portugal: um programa concebido para ter Portugal como sujeito e como objecto. Partimos do facto de a fundação do Reino não ter ocorrido numa única data, num só momento, mas em diferentes datas. E não vemos isto como negativo, mas, ao contrário, como muito positivo. Não vemos isto como fonte de discórdia, mas factor de mais ampla concórdia. Não vemos isto como fragilidade, mas quadro de maior e melhor oportunidade.

Não inventámos os marcos da fundação de Portugal. Abraçámos aqueles que, desde os primeiros tempos, a historiografia portuguesa definiu e cultivou: a batalha de São Mamede, 24 de Junho de 1128; a batalha de Ourique, 25 de Julho de 1139; a conferência de Zamora, 5 de Outubro de 1143; e a bula Manifestis probatum, 23 de Maio de 1179. Eis os quatro pilares de referência, que definem, no tempo das comemorações, aquela janela de 50 anos: de 2028 a 2079. Não é estar 50 anos em festa, o que seria absurdo, mas de, em cada momento comemorativo, ter presente que a fundação de Portugal decorreu num espaço largo de 50 anos. E, 900 anos depois, deixar soprar, ao longo de todo o mesmo ciclo largo, a brisa da maturidade, da inspiração, da ousadia, do inconformismo, da autoestima, da vontade de fazer e ser melhor.

José Mattoso, quase no fim da biografia “D. Afonso Henriques”, conta um dos últimos actos do Rei, o casamento de sua filha D. Teresa Afonso com Filipe de Alsácia, para realçar: «Portugal era (...) reconhecido nas regiões mais activas da política europeia como um reino bem implantado que não se confundia com os restantes reinos da Península Ibérica.» Mais à frente, ecoando os elogios do cronista d’ “Os Anais de D. Afonso, Rei dos Portugueses”, remata: «Mal sabia [o autor dos Anais] que estavam iminentes grandes provações para Portugal. Mas os séculos seguintes dar-lhe-iam razão: o reino venceu

todas as provas.» Queremos prolongar este juízo: Portugal venceu todas as provas até hoje, 900 anos depois.



• • • •

Embora aprofundando o conhecimento geral sobre a figura e obra desse grande e extraordinário Rei que foi D. Afonso Henriques e tendo o foco no Portugal medieval que nasceu, para melhor o aprender, explicar e compreender, não se trata de ficarmos apenas por aqui, encurralados no século XII, o que seria abordagem muito redutora para a grandeza dos 900 anos. Não. Dentro daquela mesma janela de 50 anos, queremos assinalar outros centenários de outros factos relevantes para nos fazer e consolidar ao longo dos 900 anos: factos que têm a ver com a formação do território e as fronteiras, com a população, com grandes feitos, com a projecção internacional, com a língua, a cultura e a identidade portuguesa, com as crises e dificuldades e a sua superação.

Temos ainda um outro projecto específico, intitulado “Forais da Fundação, Municípios de Portugal”, para celebrar os 900 anos dos forais dados por D. Afonso Henriques e, anteriormente, por sua mãe (D. Teresa) e por seu pai (Conde D. Henrique). Este projecto, que conta já com o Alto Patrocínio do Presidente da República e cuja comissão executiva deverá ser liderada pelo Município de Viseu, enraizará por todo o país estas comemorações, na linha de um lema próprio: “As terras que fizeram Portugal já estão a festejar 900 anos.” É também a festa da formação da nacionalidade, um dos mistérios do êxito de Portugal.

Aproximamo-nos rapidamente do início do ciclo da fundação, em 24 de Junho de 2028, quando soar o 9.º Centenário da Batalha de São Mamede, em cujos preparativos já temos participado em Guimarães, com a Grã Ordem Afonsina – como de novo acontecerá dentro

de 10 dias.

Decidimos, porém, abrir mais cedo a marca dos 900 anos, em 8 de Junho de 2025, em Zamora, na comunidade autónoma de Castilla y León, junto com a Grã Ordem Afonsina, a Fundación Rey Afonso Henriques e autoridades locais. O domingo de Pentecostes de 1125 (nesse ano, em 17 de Maio) foi a data em que Afonso Henriques, muito jovem, a si próprio se armou cavaleiro na catedral de Zamora – assim afirmou claramente a vontade real e o projecto do novo Reino. Não é já uma data da fundação; mas é a sua antecâmara, o seu anúncio. Por isso, marcámos para aqui o arranque, o primeiro sinal público dos 900 anos de Portugal, que gostaríamos que fosse presidido pelo Presidente da República.

É a escolha acertada, atendendo ao que José Mattoso nos conta da visão do nosso primeiro cronista: «Pouco depois [da morte de Afonso Henriques], um cónego regante do mesmo mosteiro de Santa Cruz, convencido de que as acções daquele rei não podiam mais ser esquecidas, registava (...), por ordem cronológica, o elenco das que considerava mais importantes, a começar pela primeira, a sua investidura como cavaleiro (...).» Seguindo o cronista, é assim que faremos. Primeiro acto: Zamora, 8 de Junho de 2025 – reserve a data.

* Artigo publicado no Observador, em 13 de Junho de 2024



O povo sai à rua por Portugal há 600 anos *

João Paulo Oliveira e Costa

No dia 14 de junho deste ano de 2024, em torno de Marienfeld, na Alemanha, milhares de pessoas aglomeraram-se ao longo da estrada ou junto a um hotel. Empunhavam bandeiras de Portugal, vestiam camisolas com as cores da sua selecção e até um grupo se apresentou vestido a preceito com as vestes de um rancho folclórico. A quase totalidade dessa multidão não vive em Portugal e muitos deles nem nasceram no país, mas continuam a sentir-se portugueses e, por isso, gastaram o dia para aclamar a selecção que os representa no campeonato da Europa de futebol em curso. As imagens de Marienfeld vão repetir-se nos dias dos jogos, por todo o país e em muitos núcleos de emigrantes. O povo gosta de futebol e o povo tem um profundo sentimento de portugalidade, que, em regra, ainda ganha mais força quando se vive longe do país. Curiosamente, há 900 anos Portugal estava a ser criado por uma elite de magnates e de clérigos, que vislumbravam uma entidade própria entre os rios Minho e Mondego, embora falassem então a mesma língua dos seus vizinhos galegos. O povo que habitava o condado

portugalense, tinha vínculo à sua vila ou cidade, ou ao vale ou à planura em que habitava e apenas sobrevivía; sabiam que pertenciam a um município ou que eram súbditos de um rico-homem, de um abade ou de um bispo; talvez soubessem pronunciar o nome do conde ou mesmo do rei, mas a maior parte das pessoas nunca os viu. Portugal foi, de facto, inventado por uma elite, que, em menos de dois séculos definiu o território peninsular do reino. O Tratado de Alcanizes, assinado em 1297, definiu a fronteira portuguesa e nas décadas seguintes a monarquia deu voz ao povo.

Ensina-nos a História que, em regra, as elites (sejam sociais, económicas ou mesmo intelectuais) são apátridas, e logo no início do século XIII, aquando da subida ao trono de D. Afonso II, a monarquia portuguesa esteve em risco pelo facto de muitos dos magnates que haviam servido D. Sancho I terem preferido colocar-se ao serviço do poderoso Afonso IX de Leão, em vez de porfiarem sob o frágil D. Afonso II de Portugal. Os ricos-homens do século XIV repetiram esse comportamento quando a dinastia entrou em crise, à morte de D.

Fernando, em 1383. Nessa altura, porém, os antepassados dos que hoje empunham bandeiras nos estádios ou em torno de um autocarro, mostraram que a ideia de Portugal e que a vontade de ser português já animava a maioria da população do reino. Em 1295, o rei D. Dinis havia oficializado a língua portuguesa, como a escrita administrativa do reino e Alcanizes criou um facto político-linguístico sui generis, ao dar azo à formação de um estado-língua. Mais nenhuma formação política desse tempo agrupava todos os falantes de uma única língua. A prática de reunir cortes regularmente com a presença dos representantes dos concelhos contribuiu decisivamente para que vilas e cidades do reino se conhecessem e estabelecessem fortes laços de solidariedade.

Em 1383, o povo encheu as ruas de Lisboa em defesa do

Mestre de Avis; sabemos que a população foi enganada, pois os conspiradores fizeram correr o boato de que o conde Andeiro queria matar o Mestre, quando sucedia precisamente o contrário. Assassinado o conde, D. João, mestre de Avis, foi envolvido pelo povo e escapou a qualquer tentativa de reacção de D. Leonor Teles e dos seus apaniguados. Entretanto, de norte a sul repetiam-se as manifestações de contestação à realeza de D. Beatriz e de seu marido o rei João I de Castela. Nessa época não havia redes sociais, tampouco telefones ou rádios; quer isto dizer, que as manifestações que varreram o país de lés a lés foram espontâneas e mostraram uma verdadeira vontade colectiva de não querer que o reino se tornasse numa parte de Castela. Muitos magnates perderam a vida nessas alterações porque defenderam a legalidade institucional, incapazes de perceber a vontade nacional.



O Mestre de Avis a falar ao povo na Igreja de São Domingos, em Lisboa. Pintura de Jaime Martins Barata.



A lição da crise de 1383-1385, com a demonstração de que a nação é o povo, repetiu-se noutras ocasiões, como naquela gélida madrugada de 20 de janeiro de 1554, em

que o Terreiro do Paço se encheu de gente que seguia angustiada o parto da princesa, já viúva; era a continuidade dinástica que estava em causa e o

nascimento de D. Sebastião foi festejado com júbilo; o mesmo Terreiro do Paço celebrou o golpe de 1 de dezembro de 1640 e aí aclamou o novo rei passados poucos dias. Tal como sucedera em 1383, neste ano de 1640 uma parte da elite portuguesa ficou em Madrid, mas os conjurados souberam interpretar a vontade do povo e arriscaram as suas vidas em busca de um destino glorioso para si, estribado numa vontade colectiva. E, de facto, a aclamação por D. João IV foi um novo momento de unidade popular em torno da ideia de Portugal. O novo rei só teve de enviar cartas a todas as localidades do país e do império e não foi preciso disparar um tiro, desde que a duquesa de Mântua foi detida e Miguel de Vasconcelos defenestrado. Não há notícia de hesitações, nem mesmo nas localidades fronteiriças que ficavam de imediato expostas aos ataques espanhóis. E se o aumento de impostos decretado por Madrid tinha levado às revoltas de 1637, o maior aumento de impostos decretado por D. João IV foi acatado pela população, que viria a suportar uma guerra de 28 anos sem fraquejar no apoio à causa independentista.

O mesmo sucedeu nos territórios ultramarinos, pois mesmo das zonas ocupadas pelos neerlandeses no Nordeste brasileiro, logo soaram vozes de apoio e de fidelidade à nova dinastia. Quando a notícia chegou a Goa, no início de setembro de 1641, o vice-rei hesitou, mas a notícia transpirou para a rua e o povo obrigou-o a proclamar a restauração da independência. A maior parte desses portugueses nunca tinham estado em Portugal e haviam nascido depois da integração do reino na monarquia dos Áustrias. Um ano depois, Macau também proclamou a nova dinastia, apesar de isso significar o rompimento com Manila, depois de terem perdido o comércio do Japão (1639), de Malaca ter sido conquistada pelos neerlandeses (1641) e de a dinastia Ming estar prestes a soçobrar sob a invasão manchu. Nesta conjuntura muito adversa, os portugueses de Macau assumiram a sua portugalidade, indiferentes a todos os riscos.

O conceito de estado-nação afirmou-se na Europa durante o século XIX, quando os velhos impérios foram perdendo capacidade agregadora e os povos que tinham mudado de senhor inúmeras vezes procuraram, finalmente afirmar politicamente as suas identidades. Portugal, contudo, tinha a sua fronteira estabilizada desde o final do século XIII e tinha percorrido a sucessão dos séculos tendo apenas um vizinho que, as mais das vezes, o respeitava mesmo que o cobiçasse. Por isso, a

ideia de estado-nação formou-se em Portugal muito mais cedo do que no resto da Europa.



Levantamento do povo, na cidade do Porto, contra as tropas napoleónicas, durante as Invasões Francesas. Fresco de Severo Portela Júnior.

Tinha, aliás, voltado a manifestar-se na sua pujança, na primavera de 1808, quando todo o país se revoltou quase em simultâneo contra as forças ocupantes de Junot, o que levou o general francês a dar ordem de reagrupamento ao seu exército disperso, o que não evitou as derrotas nas batalhas de Roliça e do Vimeiro, a 17 e 21 de agosto. Passada a invasão francesa, impedida a hegemonia do Brasil, que condenava Portugal a um estatuto de dependência (na forma de um vice-reinado), Portugal não foi ameaçado na sua existência nos últimos 200 anos, período em que o mapa da Europa se fez e refez continuamente até aos nossos dias.

Talvez por isso, o sentimento pátrio parece muitas vezes esmorecido, ou mesmo como se fosse uma coisa do passado, sobretudo entre as elites endinheiradas ou bem-pensantes, que se movem em redes internacionais e que não percebem o povo. No entanto, tudo muda se a vida nos atira para fora do país; então, a saudade logo aviva a pertença e o orgulho pelas origens. E quando o desporto-rei entra em competição, o povo sai à rua, sem ter de lutar como em 1383, em 1640 ou em 1808, mas proclamando o mesmo vínculo entranhado e inexplicável de ser português.

* Artigo publicado no Observador, em 20 de Junho de 2024



São Teotónio, o primeiro Santo Português - Santidade e política no projeto de fundação de um Portugal independente *

José Eduardo Franco

São Teotónio, amigo de D. Afonso Henriques

O investimento na proclamação oficial de uma dada personalidade como tendo tido uma vida santa de acordo com os parâmetros cristãos serve vários fins. Primeiro, os fins canónicos e explícitos de quem é declarado santo: tornar-se modelo inspirador de vida e representar um papel intercessor diante da corte divina em favor dos humanos. Depois, vêm os fins implícitos e não declarados que remetem para funcionalidades de legitimação de instituições, de movimentos, de comunidades autónomas, de nações que desejam confirmar e reforçar identidades distintivas com caução sustentada na esfera transcendente.

São Teotónio, contemporâneo e amigo do Fundador da Nação Portuguesa, D. Afonso Henriques, é uma figura

que ganha, desde o seu tempo, reconhecimento de santidade popular e eclesiástica, mas cuja função enquanto primeiro santo dos primórdios fundacionais do Reino de Portugal será muito valorizada nos processos de construção da memória histórica, adquirindo funcionalidades simbólicas de grande significado. De tal modo são ampliados pela posteridade o valor e a importância espiritual e até política da sua vida que outras figuras mais relevantes do seu tempo ficaram subalternizadas na sombra do esquecimento historiológico. Falar de São Teotónio implica assumir a tarefa de tentar descortinar aquilo que teria sido a sua biografia histórica e distingui-la daquela que podemos chamar a sua biografia hagiográfica, nacionalizante e

política, servindo o ideário de afirmação da nacionalidade e da identidade portuguesas com fundamentação de natureza sobrenatural.

Importa, pois, perceber que, na interpretação das fontes, o fito que presidia à construção das narrativas históricas era apologético, ético, espiritual e político, visando torná-las funcionais para efeito de exemplaridade e para o estabelecimento de uma imagem ideal das origens. Aliás, estas narrativas de legitimação, de horizonte providencialista, contribuíram para erguer aquilo que chamamos a construção do mito das origens da nacionalidade. Inseriam-se numa corrente europeia com denominadores comuns, que procurou legitimar a afirmação dos reinos e das nacionalidades, descrevendo de forma idealizada o dealbar das origens com tónus transcendente.

A fundação do reino autónomo de Portugal por D. Afonso Henriques não se deveu apenas à sua perícia militar e à da nobreza que juntou meios materiais e milícias armadas para formar um exército muitas vezes vencedor. Deveu-se também a uma estratégia de diplomacia e de investimentos no mercado simbólico, para o que a Igreja e a fé do povo muito contribuíram. De facto, o primeiro Rei de Portugal contou com qualificados assessores, nomeadamente eclesiásticos. Aquele que foi mais relevado na memória histórica posterior foi São Teotónio, apesar da sua função ter sido mais moral e espiritual e menos política, propriamente falando. No plano político e diplomático, especialmente nas relações com a autoridade internacional da época, a Santa Sé, D. João Peculiar teve o papel preponderante, apesar de a História o ter destacado pouco. Este importante e politicamente empenhado arcebispo de Braga acabou por ser secundarizado pela visibilidade e pelo significado atribuído pela memória escrita e apologética a São Teotónio. São Teotónio foi, de facto, promovido e apoiado por D. João Peculiar, que reconheceu, desde logo, a sua grande qualidade espiritual e a capacidade para assumir funções eclesiásticas relevantes. Aliás, os talentos de São Teotónio cedo foram notados e a sua formação foi promovida sob os auspícios de grandes figuras e instituições eclesiásticas do seu tempo.

Segundo a tradição, São Teotónio teria nascido na terra minhota de Ganfei, pertencente ao concelho de Valença,

que sediava um importante convento e igreja beneditina, onde foi batizado e recebeu os primeiros rudimentos da espiritualidade cristã, juntamente com a aprendizagem das primeiras letras, até aos 10 anos. Teve, depois, o importante patrocínio do bispo de Coimbra, seu tio paterno, D. Crescêncio, que promoveu a sua formação em ordem a uma carreira eclesiástica promissora. Com a morte do seu tio, transferiu-se para a cidade de Viseu, onde se ordenou sacerdote com grande ardor pastoral, revelando desde cedo, na sua missão pastoral, o desejo de seguir uma via ascética de aperfeiçoamento espiritual e de dedicação ao ideal de evangelização. D. Gonçalo, sucessor do seu tio Crescêncio à frente do bispado de Coimbra, nomeou-o, entretanto, prior da Sé de Viseu, que então dependia do bispado de Coimbra.



São Teotónio

• • • •

O apelo da Terra Santa

Em ambiente de Cristandade, no coração da Idade Média, animado pelo espírito de cruzada e de peregrinação, o apelo da Terra Santa atraía tanto nobres guerreiros, como homens espirituais com desejo de percorrer os caminhos do fundador do Cristianismo e de experimentar uma maior intimidade com Deus na terra considerada santa para os cristãos, como era também

para os fiéis das outras duas religiões do livro. Teotónio, movido pelo ideário de peregrinação e de ascese, também foi atraído pelo desejo de seguir a via peregrinante em direção a Jerusalém, que, no imaginário medieval, era o centro da Terra e, por excelência, da geografia do sagrado cristão, onde o caminho ascético de procura de maior conversão interior se consumaria mais

plenamente. São Teotónio abandona, em nome deste ideal, o priorado da Sé em favor do seu amigo Honório e arrisca uma viagem à Terra Santa com trajes de peregrino, associando-se ao grande movimento medieval europeu de peregrinação aos lugares santos.

As suas hagiografias fazem-no um homem muito desprendido dos cargos eclesiásticos, mas sempre instado a aceitá-los. Por isso, no regresso, acaba por voltar a assumir as funções de prior da Sé de Viseu, dedicando-se intensamente àquilo que configura o modelo de sacerdote santo: extraordinária dedicação ao múnus de pregação da palavra de Deus e atenção socio-caritativa aos mais necessitados, em plena sintonia com o movimento europeu que preconizava um novo modelo de padre, à luz da reforma gregoriana e canonical. Mas, novamente, cede ao apelo de regressar à Terra Santa e à procura de uma vida mais contemplativa. Nesta segunda peregrinação, contacta de perto com os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, que teriam ganhado grande apreço pelas qualidades deste sacerdote

lusitano, querendo mesmo fazê-lo seu superior. Não teria anuído a esta intimação, antes teria regressado a Portugal, mas já imbuído do ideal monástico vivido pelos Cónegos seguidores da Regra do Bispo de Hipona. Nas viagens de Teotónio à Terra Santa e no contacto com esta experiência monástica canonical se pode entrever as origens daquela que pode ser considerada a instituição religiosa e cultural também fundadora da nacionalidade portuguesa: o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, assente na regra e no modelo de vida dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho. Com efeito, no regresso da sua segunda viagem de peregrinação, São Teotónio é convidado pelo arcediago D. Telo e pelo bispo de Coimbra a instalar, em Coimbra, uma nova congregação/comunidade de Cónegos Regulares de Santo Agostinho, que marcará decisivamente a cultura portuguesa e o apoio espiritual à monarquia, tão decisivo para a sua estruturação enquanto poder organizado e reconhecido como para a afirmação de uma identidade nacional distinta dos reinos vizinhos de Leão e Castela.

O Mosteiro de Santa Cruz

O mosteiro é instalado com o patrocínio de Afonso Henriques, sob a direção de São Teotónio, nos arredores da cidade coimbrã, a 28 de junho de 1131. A comunidade monástica, fundada sob a invocação de Santa Cruz (*Ordo Canonicorum Regularium Sanctae Crucis*), começou a funcionar com vida religiosa regular a 25 de fevereiro do ano seguinte, com 72 religiosos consagrados sob a direção do primeiro prior eleito, Teotónio. É destacada, na espiritualidade de São Teotónio e na dos seus Cónegos de Santa Cruz, uma atenção espiritual à devoção a Nossa Senhora, o que tornará este mosteiro um centro importante para compreender a história da irradiação da espiritualidade mariana em Portugal. A primeira dinastia portuguesa, a começar pelo seu fundador Afonso I, acumulou este mosteiro de abundantes privilégios e bens, por ter percebido, desde logo, a importância que representaria garantir apoio a uma instituição que ofereceria um suporte espiritual, cultural e até mesmo no plano da formação de quadros para o reino que se queria estruturar com uma autonomia que perdurasse.

Importa acentuar que esta fundação monástica deve inscrever-se no ideário de renovação espiritual da Cristandade que tanto Telo, como Teotónio incarnavam. Este desejo de reforma, que marcou a transição da Alta para a Baixa Idade Média, resultou da consciência gritante da corrupção e do afrouxamento espiritual que tinham afetado largas camadas da hierarquia eclesiástica, que geraram movimentos críticos de descontentamento, por vezes derivando em correntes heréticas e em propostas utópicas de transformação social e eclesial. As suas viagens à Terra Santa, passando pelo sul de

França, permitiram conhecer de perto os ventos de renovação promovidos pela reforma de Cluny e pela reforma gregoriana da Igreja. Esta reforma eclesial, inspirada no modelo monástico de que o Papa Gregório VII, antigo monge da regra beneditina, era herdeiro, gerou uma corrente em toda a Cristandade que levou, por um lado, à procura da reforma da vida do clero e dos cabidos canonicais adscritos às sés, procurando imprimir-lhe ritmos de vida mais exigentes, à luz dos modelos de vida monástica, e, por outro, mobilizou para uma dedicação pastoral mais intensa guiada pelo escopo de conversão da vida secular a uma vida cristã mais santa. A opção dos Regrantes dos séculos XI e XII pela Regra Agostiniana não pode ser desligada, portanto, do renascimento das urbes e das redes de comércio, que fazia concentrar nos novos aglomerados citadinos populações mais numerosas, as quais interpelavam a uma ação espiritual mais intensa pela palavra e pelo exemplo.



Pináculos do Mosteiro de Santa Cruz



Espiritual por excelência

São Teotónio é descrito pelos textos hagiográficos e pelas crónicas de Santa Cruz como um homem espiritual por excelência: homem de oração intensa, amigo dos pobres e humildes, austero na vida, conciliador na sociedade e operador de ações prodigiosas. A sua vida evoca bem a tensão entre dois apelos que as reformas do clero em concurso implicavam e, por vezes, também impunham dificuldades da gestão de opções; ou seja, o apelo da vida contemplativa e a exigência ou obrigação de uma vida ativa de pregação e serviço aos mais pobres, interrompendo um recolhimento de natureza monástica. Se a reforma gregoriana valorizava uma gestão equilibrada do atendimento a estes dois apelos, que repartisse a vida do clero entre a contemplação, o cuidado da liturgia e a ação evangelizadora, o modelo de Cluny acabava por sobrevalorizar a contemplação em detrimento da ação, em que se investia mais nos ritos litúrgicos com solenidade e nos ritmos de oração e menos numa vida de ação pastoral.

Do ponto de vista político, são estabelecidas ligações íntimas entre o primeiro prior de Santa Cruz e as ações políticas e militares bem-sucedidas de D. Afonso Henriques, que lhe pedia conselho e apoio espiritual. Ao poder do seu apoio espiritual, através da oração e do conselho conveniente, foram atribuídas importantes vitórias da reconquista cristã dos territórios de mouros operadas por Afonso Henriques, nomeadamente a estratégia de conquista de Santarém. É também imputado a São Teotónio um papel no aconselhamento em favor de uma política de tolerância e integração dos cristãos moçárabes nas povoações conquistadas aos mouros. Relatados são os casos das incursões militares de Afonso Henriques à região da Andaluzia, onde fez cativos muitos mouros, com moçárabes à mistura. A experiência internacional de Teotónio, advinda das suas viagens de peregrinação, permitia-lhe distinguir facilmente fiéis islâmicos de fiéis cristãos inculturados sob domínio muçulmano. A distinção foi tornada patente junto do rei, que, por conselho deste cônego-monge, os libertou e lhes deu cidadania cristã.

A morte de São Teotónio, a 18 de fevereiro de 1162, é descrita de forma prodigiosa e mística. Como acontece com descrições semelhantes de homens eminentes pela sua santidade e outras qualidades excecionais, no momento da morte de Teotónio vê-se um globo luminoso a descer e a subir sobre o claustro do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, abundando narrações de milagres e prodígios, atribuídos, depois, ao poder intercessor de Teotónio, que o povo rapidamente considerou santo. A fama de santidade foi tal que a sua canonização pela autoridade eclesíastica aconteceu logo no ano seguinte. Por iniciativa do arcebispo de Braga, D.

João Peculiar, reuniram-se os bispos do reino e, usando do poder que tinham então os metropolitas, reconheceram o grau de santidade em Teotónio, canonização que veio a ser confirmada pela Igreja Universal pela mão de Alexandre III.

A vida de São Teotónio foi revisitada em várias crónicas e histórias, muitas delas produzidas no percurso de feitura da história e da valorização da importância do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. O prestígio da sua figura e da sua santidade é-lhe dado também pela sua eleição para patrono de importantes cidades portuguesas. Este santo fundador do Reino de Portugal tornou-se padroeiro de Viana do Castelo, de Viseu e de Coimbra. Além de outros significados patentes na construção da memória histórica da vida e ação deste santo fundador de Portugal, São Teotónio representou, no processo de afirmação da nacionalidade portuguesa, a prototípica figura religiosa intermedial que operou a articulação entre o plano humano de criação de um novo reino autónomo e o plano transcendente, em que se procurava encontrar a bênção e a legitimação divinas para dar sentido sobrenatural ao empreendimento desta edificação terrena que era o novo Reino de Portugal.



São Teotónio - Coimbra



* Artigo publicado no Observador, em 27 de Junho de 2024



Dom João Peculiar: estratégia e augustinismo político na independência de Portugal (1143-1179) *

José Maria Silva Rosa **

Segundo tese de H.-X. Arquilière (*L'Augustinisme politique*, Paris, Vrin, 1934), a essência do augustinismo político – isto é, a corrente filosófica e teológica pretensamente baseada nos ensinamentos e escritos de Santo Agostinho – consistiu na absorção da ordem política natural (o trono) pela ordem religiosa sobrenatural (o altar), culminando na teoria da plenitude do poder papal nas coisas temporais, desde Gregório VII (1073-1085) a Bonifácio VIII (1295-1303).



Santo Agostinho



A reivindicação portuguesa

Tal ideia, porém, não é agostiniana. Santo Agostinho (354-430), Bispo de Hipona, nunca advogou a absorção do poder político e temporal do imperador pelo poder religioso e espiritual do papa. Não obstante, tal traição ao seu pensamento teve grande êxito, porque se apresentava com a sua autoridade. Exemplo disso foi a invocação de tal conceção pelo Arcebispo de Braga, D. João Peculiar (n.1100 - 1175), conselheiro real, legitimando a reivindicação do reconhecimento de

Portugal como regnum independente e de D. Afonso Henriques como Rex. Tal augustinismo político está bem patente na Carta de Vassalagem ao Papa chamada *Claves Regni Coelorum* (“As Chaves do Reino dos Céus”), de 13 de dezembro de 1143.

A especificidade do augustinismo político, no caso, consistia no facto de funcionar em dois sentidos e em diferentes escalas. No plano das relações externas, o poder do Papa, tido como Suserano da Cristandade, é

reconhecido pelo seu vassalo D. Afonso Henriques como garante legítimo de todo o poder temporal e espiritual (a essência da teoria dos dois gládios de Bernardo de Claraval, também ele conselheiro de Afonso Henriques), interpondo entre si e o Imperador Afonso VII de Leão e Castela essoutro poder mais alto. E, no plano eclesiástico peninsular, o bispo de Braga, D. João Peculiar, pretende o acréscimo da sua auctoritas pessoal e das probabilidades de independência da Sé de Braga face a Toledo e a Compostela, que reclamam aquela como sua

sufragânea. Será em 1179 que Alexandre III, um dos papas que mais reivindicou a sua potestas absoluta na Igreja e no mundo, pela Bula Manifestis Probatum, “concede e confirma” Afonso Henriques como Rei e o “seu excelso domínio”, Portugal, como um Reino independente. “E decidimos fazer a mesma concessão a teus herdeiros e, com a ajuda de Deus, prometemos defender-lha, quanto caiba em nosso apostólico ministério.” Roma locuta, causa finita. – Roma falou, caso encerrado.

Desatar os nós de um quadro complexo

Estávamos num quadro de difíceis relações políticas, na Península Ibérica, entre as forças centrífugas que, como Portugal, querem escapar à órbita de Castela/Leão (a primeira referência a um territorium portugalense data de 936) e as forças centrípetas que buscam unificá-la em torno de um Centro cada vez mais forte (nas Cortes de Leão, 4 de Julho de 1135, Afonso VII, foi aclamado como Imperador de “toda a Espanha” ou “de todas as Espanhas”). É nesse contexto que a teoria da plenitude do poder papal nos assuntos temporais (plenitudo potestatis papalis in rebus temporalibus) faculta um quadro de intervenção de uma força exterior, legitimadora e equilibradora, que permitirá, em 1179, o reconhecimento de Portugal como um regnum de jure, para D. Afonso Henriques e os seus descendentes. Com uma grande dose de improbabilidade, aliás, porque ao papa não interessava uma Hispânia dividida na luta contra o infiel, a sul. Mas o tilintar do ouro e a astúcia eclesiástica e diplomática de D. João Peculiar conseguiram alcançar o que parecia inviável. Acresce que a ideia de fazer intervir uma força exterior à Península a fim de regular os conflitos internos e as disputas entre Portugal e Castela/Leão (mais tarde Espanha) permanecerá como constante secular da política externa portuguesa. Apenas a natureza dos ‘papados’ irá mudando ao longo dos séculos.

Por economia de espaço, deixamos de lado o enquadramento histórico anterior a 1143. Menos ainda referiremos o secular processo, na Alta Idade Média, que leva de Agostinho ao agostinismo político. Só nos interessa realçar a sua presença no processo que vai desde a referida Carta de Vassalagem enviada por Afonso Henriques ao Papa Inocêncio II, dia 13 de dezembro de 1143 muito simbolicamente intitulada Claves regni coelorum até à Bula Manifestis probatum, de 23 de maio de 1179.

Na carta Claves... está presente toda a sagacidade política do grande estratega da independência de Portugal, D. João Peculiar. José Matoso sublinhou bem a importância decisiva deste prelado bracarense, homem culto, bom conhecedor de Santo Agostinho e fundador de Sta. Cruz de Coimbra, em 1131 (cuja Regra agostiniana lhe outorgou em 1134). D. João Peculiar era conhecido em Roma e amigo do legado Pontifício à Conferência de Zamora (dias 4 e 5 de outubro de 1143), o Cardeal Guido de Vico, que o aconselhou sobre o melhor modo de alcançar a independência política de Portugal, e, de caminho, manter a independência da Sé de Braga e afirmar-se como Bispo Primaz das sufragâneas (Porto, Lamego e Coimbra) e de todas as outras a reconquistar a sul.

O vínculo direto ao Papa

É a conselho deste hábil eclesiástico que D. Afonso Henriques, “a 13 de dezembro deste ano [1143], (...) se dirige ao papa declarando (...) que tinha feito homenagem à Sé Apostólica nas mãos do Cardeal Guido de Vico, como cavaleiro de São Pedro, se obrigara a pagar o censo anual de quatro onças de outro [elemosina Sancti Petri], sob condição de o papa defender a honra e a dignidade dele e da sua ‘terra’, e afirmando que não reconhecia autoridade de nenhum outro poder eclesiástico ou secular a não ser o do papa.» (J. Mattoso, História de Portugal, Vol. 2, Círculo de Leitores, p. 72) Isto, apesar de Afonso Henriques, rei de Portugal, ter

assinado o Tratado de Zamora apenas dois meses antes (no dia 5 de outubro de 1143) e dos laços de vassalagem que o sujeitavam ao Imperador Afonso VII de Leão (devido ao Senhorio de Astorga, do qual, contudo, nunca chegou a tomar posse).

Reza assim o começo da Carta: “Sabendo que a São Pedro foram concedidas por Nosso Senhor as Chaves do reino do céu, decidi tomar o mesmo Apóstolo como Padroeiro e Advogado para que nas dificuldades da vida presente possa experimentar seu auxílio e conselho e pelos seus méritos venha a alcançar os prémios da eterna bem-aventurança.” À cabeça do gesto vassálico, o

símbolo das chaves de S. Pedro e o reconhecimento inequívoco de que o Papa tem o poder de tudo ligar e desligar no céu e na terra (Mt 16, 19). Explicitamente, Afonso Henriques reconhece o poder do Papa nas coisas terrenas – auxílio e conselho nas dificuldades da vida presente – e liga este poder diretamente à intercessão do Papa para os prémios da vida eterna, i.e., para a salvação da alma. Eis que estão aqui presentes os dois elementos essenciais do dito augustinismo político: o Papa detém simultaneamente o poder sagrado e espiritual (potestas ordinis), mediante a cruz, e o poder temporal e terreno (potestas temporalis et jurisdictio), mediante a espada, podendo dispensar esta a quem achar mais digno (dispensatio coelestis). Note-se que Bernardo de Claraval (teorizador dos dois gládios na obra *De Consideratione ad Eugenium papam*) se correspondeu com Afonso Henriques. Segundo alguns, terá tido alguma influência na vinda de Guido de Vico à Península e, por essa via, também influxo no Ato de Vassalagem e ainda no próprio casamento de Afonso Henriques (em 1146) com alguém fora do quadro peninsular: D. Mafalda de Sabóia, filha de Amadeu de Sabóia.

Ora, Afonso Henriques, logo a seguir, de modo a firmar a continuidade de tal sujeição vassálica, compromete-se a pagar o respectivo tributo anual de quatro onças de ouro e a providenciar para que os seus sucessores façam o mesmo. Pode dizer-se que, com este gesto, Afonso Henriques definiu um – se não mesmo o – dos vectores mais constantes da política externa portuguesa face ao centro político peninsular: interpor entre si e o Imperador Afonso VII um poder exterior e superior, no caso o poder Papal. Ou seja, o poder religioso vigente na Christianitas medieval na Europa.

Com o mesmo gesto, Afonso Henriques garantia a independência política, libertando-se da tutela leonesa; ficava com as costas defendidas para lutar contra o mouro, uma vez que o Papa dizia, preto no branco, que

aos “lugares que com o auxílio da graça celeste arrancares às mãos dos sarracenos (...) não podem reivindicar direitos os vizinhos príncipes cristãos”, ou seja, concede-lhe o tão desejado Direito de Conquista (e Indulgência de Cruzada). E acalentava, em simultâneo, as esperanças a D. João Peculiar de se poder tornar no Primaz de Braga. O augustinismo político pode funcionar em dois sentidos: tanto sacraliza o poder, como politiza a religião. As hesitações que se seguem até 1179 provam-no bem. Mas isso exige um espaço que, aqui, hoje, já não temos. Fica para outra oportunidade.



D. João Peculiar, na Galeria dos Arcebispos de Braga

• • • •

* Artigo publicado no Observador, em 4 de Julho de 2024

** Professor Catedrático na Universidade da Beira Interior.

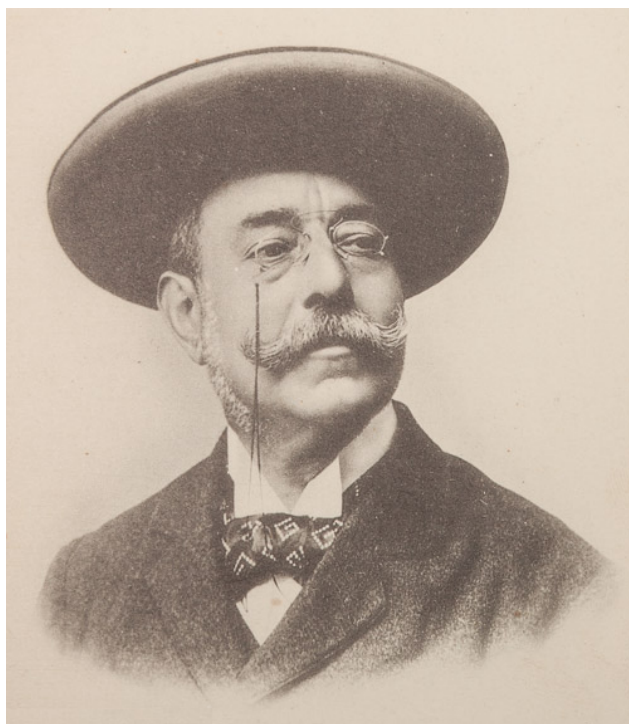


Portugal: compreender onde estamos *

Guilherme d'Oliveira Martins **

Portucale ou Portugale, junto à foz do Douro, é a matriz do corpo político donde nasceu o Reino – um Estado que precedeu a Nação. O nome Portugal leva-nos à influência indo-europeia e ao elemento céltico – Porto é etimologicamente uma entrada de mar e o elemento Gal corresponde à referência ao povo céltico que se fixou no Douro. Aliás, o mesmo elemento Gal encontramos-lo em diversas designações europeias: uma região da Capadócia (Galácia, origem dos Gálatas), um bairro de Istambul (Galatasaray), uma região do sul da Polónia e na Ucrânia ocidental, Galicia (onde está Cracóvia), a Gália (hoje França), o País de Gales (Wales) e a Galiza (origem da língua galaico-portuguesa) ...

A construção de Portugal deve-se a um duplo movimento – de norte para sul, na reconquista cristã; e de sul para norte, na influência dos povos de língua árabe e dos moçárabes (cristãos arabizados). Poucos países de extensão semelhante apresentam aspetos tão variados como Portugal. Do mesmo modo, poucos ostentam diferenças tão sensíveis nas floras espontâneas locais ou nas práticas e instituições agrícolas. Como afirmou o Conde de Ficalho (1837-1903), cientista, historiador, proprietário agrícola e político, par do Reino, membro da “Vida Nova”. Ramalho Ortigão disse dele: “Tanto sabia com autoridade palaciana empunhar o seu bastão de mordomo nas funções régias, como sabia manejar no gabinete a sua pena de escritor, como sabia governar no campo o ferro de um arado na lavoura de um alqueive, ou um pampilho de vaqueiro numa apartação de gado”.



Ramalho Ortigão



Recordamos o seu retrato de Portugal, como país de contrastes. “Um viajante subitamente transportado do centro do Minho ao centro do Alentejo, julgar-se-ia a milhares de léguas do ponto de partida”. No Minho, “o verde variegado”, em vales estreitos, “com todas as nesgas de terra bem aproveitadas, o verde brilhante do milho, o verde fresco dos prados húmidos, e enquadrado por sebes vivas em que a vinha trepa pelas árvores”. E, se fala do verde de Entre-Douro-e-Minho, numa paisagem limitada, mas acolhedora, pinta, nas encostas, o “verde alegre” dos carvalhos de folha caduca (que tantas vezes o lucro fácil sacrificou, teremos de dizer nós) e o “verde-escuro” dos pinheiros...

Nesse tempo distante, contemporâneo do neolítico, camponeses e camponesas cultivavam os campos – e o escritor notava um fundo matriarcal na sociedade (“a mulher trabalha tanto ou mais que o homem”). No norte litoral, encontravam-se os “pequenos rebanhos da pequena cultura”, nas colinas, entre os “tojos de flor dourada e as urzes floridas dum violeta rosado”. Dois ou três bois nos prados, meia dúzia de vacas ou uma dúzia de ovelhas nas encostas. A pequena propriedade, de cultura dividida e pobre, mantida pelo camponês “pouco progressivo” e pela sua prole... E Ficalho, que conhecia o Alentejo como as suas próprias mãos, falava da transição desde o norte minhoto até à planura do meio-dia – “a paisagem muda, mais árida, mais ampla, os tons são menos vivos, pois o arvoredado dominante (a oliveira e os dois carvalhos de folha persistente), são todos dum

verde apagado, azulado na oliveira, acinzentado na azinheira e sobretudo no sobreiro”.

Eis a charneca inculta, a perder de vista, com as “grandes estevas glaucas”, as “alfazemas prateadas”. E, no “verão do Verão”, o restolho das searas “amareleja” e os pastos vicejam sob o “azul violento do céu”. As vacas e os bois de “pelagem encarniçada” (da “cor do trigo” na expressão do povo) viviam em grandes manadas, ao lado dos rebanhos “intermináveis” de ovinos pretos, conduzidos por “pastores seminómadas”. Escasseiam as pessoas (“pastores” e “maiorais pitorescos”) e, de longe em longe, há grupos de trabalhadores que amanham a terra, e o que ela dá, “por conta dos grandes proprietários”, em demanda de trigo, azeite, lã e cortiça... Em indo de sul para norte, as árvores mediterrâneas vão rareando até desaparecer (com a exceção de Trás-os-Montes), o tamanho dos campos vai diminuindo, o trigo vai dando lugar ao milho, o cinzento e o amarelo ao verde, e a gente vai-se tornando mais numerosa nos caminhos e nas fazendas. Da influência do Mediterrâneo vai-se passando para o Atlântico, sobretudo depois de passada a Cordilheira Central, como Orlando Ribeiro ensinou. E, aí, a serra da Estrela é a grande referência beirã (Beira-Serra), que, no dizer de Miguel Torga, não divide, mas une e concentra: “alta, imensa, enigmática, a sua presença física é logo uma obsessão”.

Antero de Figueiredo diria: “cá em cima, os galaicos misturaram-se como os asturo-leoneses; lá em baixo, os lusos cruzaram-se com os mouros”. De facto, na linha de Herculano, salientamos que os lusitanos apenas surgem em parte do território português, prolongando-se para Castela, dos Montes Hermínios para sul e leste. E Maria Angelina e Raul Brandão, no seu “Portugal Pequenin”, falavam da quadrícula da pequena propriedade a norte do Tejo e das extensas planícies ao sul – “com os pinheiros bravos cobrindo o terreno nas costas marítimas e vegetando no interior até às montanhas, onde só medram até certa altitude, na encosta voltada para o mar”. E qualificavam, muito justamente, o castanheiro como “a mais linda árvore de Portugal”, do mesmo modo que Aquilino (em “Quando os Lobos Uivam”) dizia que nada era “mais sumptuoso que um souto em vésperas de maturação”.

Esta “sucessão de transições” tem os seus misteriosos santuários. São eles: Entre-Douro-e-Minho; a cidade-estado do Porto; o para lá do Marão mandam os que lá estão; a Régua terra mágica do “vinho fino”; a Beira como um todo que circunda a Estrela; “um ázimo pão sobrenatural”, que mora nos “sacrários que a Charola de Tomar sintetiza” (Miguel Torga); Sintra como prefiguração do Éden de Byron; a Arrábida, de Agostinho da Cruz a Sebastião da Gama, de que Oliveira Martins disse: “acaso não há no reino panorama nem mais belo, nem maior, nem mais nobre, nem mais variado”; e a sul, o Alentejo (com Alqueva a mudar o panorama) e o inebriante Algarve, de Teixeira Gomes e de Sophia de

Mello Breyner. Raul Brandão falava da “reverberação do sol”, do “azul mais azul” e do “branco mais branco” de uma terra levantina, a que só faltam os minaretes – “duas cores e cheiro: branco, branco, branco, branco doirado pelo sol, que atingiu a maturidade como um fruto, pinceladas de roxo uniformes para as sombras, e um cheirinho a cemitério” – “da soteia chego às estrelas com a mão”. E, se virmos bem, tanta variedade da terra portuguesa formou um povo bastante homogêneo, cujas idiossincrasias não induzem divisões insanáveis. O tempo longo sempre nos reserva inúmeras surpresas. Trata-se de procurar compreender os grandes movimentos, as sínteses fundamentais, para além dos elementos circunstanciais que variam no imediato. José Mattoso estudou o tema, à luz da moderna historiografia, procurando vê-lo com os olhos do nosso tempo – menos na lógica de uma determinação ou de um destino e mais na confluência entre múltiplos elementos estruturais e conjunturais. A consciência coletiva da nacionalidade corresponde, assim, a um processo longo e progressivo. Há uma cadeia de factos históricos cuja articulação conduz à maturidade do fenómeno nacional. “De facto, mais do que exaltar a Pátria, interessa-me o relacionamento dos Portugueses uns com os outros”. E, após a investigação realizada, o historiador confessa: “a resposta do passado medieval, pelo menos a que ouvi, foi esta. Portugal é irredutível e simultaneamente uno e

múltiplo. E a História convida-nos a viver as incomodidades daí decorrentes e a tentar tirar delas algum partido”.



Monsaraz - Alentejo / Portugal



* Artigo publicado no Observador, em 11 de Julho de 2024

** Presidente do Conselho das Artes do Centro Nacional de Cultura



Os fatores geopolíticos na formação de Portugal *

Virgílio Miguel Machado **

A vantagem geopolítica de Portugal é exatamente o ter feito este cruzamento entre Atlântico e Mediterrâneo, entre duas civilizações distintas, como dizia Orlando Ribeiro, tendo como fator de coesão o mar.

Decorreram 60 anos. 1964. É justo recordar. Jaime Cortesão escreve o livro “Os Fatores Democráticos na Formação de Portugal”. Com prefácio de Vitorino Magalhães Godinho, grande historiador institucionalista português do século XX.

O que foi escrito? O estudo das relações entre Geografia e História. A doutrina das zonas políticas ativas ou zonas geográficas favoráveis de eclosão de autonomias políticas, embriões futuros de Estados. A sua aplicação a Portugal. Na essência, trataram-se, de facto, de fatores geopolíticos, agora revisitados e aperfeiçoados, à luz da atualização dos conhecimentos históricos e políticos. O Autor foi pioneiro na importância dada à relação, à comunicação entre formações geográficas e géneros de vida diferentes (ex: terrestres e marítimos), à acumulação de capacidades económicas fortes e diferenciadas (ex: excedentes agrícolas e comerciais), com oportunidades favoráveis à eclosão política onde a densidade populacional aumenta.

As fundações, estruturas e pilares onde assentou a identidade política portuguesa foram por ele iniciadas. Cortesão estudou a atlantização do povoamento, a rede de portos litorais entre Minho e o Mondego, as navegações fluviais destas áreas e junto ao mar. Insistiu na relevância da concentração e densidade populacional

para a autonomia política. Fez relevar a especialização geográfica portuguesa que baseou uma etnografia diferenciada por onde, designadamente, se movimentaram e fixaram barqueiros, pescadores, navegadores, soldados, marinheiros, comerciantes, feitores, migrantes e servos rurais excedentários à procura de melhor vida.

A aplicação a Portugal dos fatores descritos funda a sua autonomia política no século XII. Tais fatores, quando afetados em momentos de ruptura ou crise, voltam a reerguer-se em expressões profundas de revolta e afirmação popular, como na crise de 1383-1385. É por isso que Cortesão refere os fatores democráticos na formação de Portugal, reelaborados e reerguidos em vários momentos históricos, enquanto expressão de identidade política portuguesa.

O seu estilo de escrita romancado, com alma e paixão, suscitou críticas. Para uns, uma ênfase ultranacionalista. Para outros, a ausência de método científico rigoroso. Num tempo de Estado Novo, a utilização do termo “democráticos”, só por si, revelava ousadia e coragem. O tempo não desmentiu as suas teses. O historiador medieval José Mattoso confirma quase cinquenta anos mais tarde (2010) a importância da densidade populacional e a geração de excedentes agrícolas no Minho e Douro Litoral como particularidades que podem ter induzido à autonomia política.



Que fatores geopolíticos mais atualizados podemos utilizar nesta discussão? A palavra “porto” identifica Portugal. «Porto», proveniente do termo latino “Portus”, segundo o Digesto (16, 59), é o lugar a partir do qual se importam e exportam mercadorias. A sua ligação ao comércio ditou o aparecimento de cidades litorais e de poorter (burgueses, em holandês).

Estes modos de vida, práticas, atitudes, saberes e fazeres são consideradas instituições na Ciência Política, segundo Huntington. As instituições são valorizadas e autorreforçam-se quando conferem particularidades ou vantagens específicas. Quais as que conduziram à exigência da autonomia política portuguesa?

A vantagem do transporte. Mais barato por via marítima. Cerca de 1/6 do custo do transporte terrestre, de acordo com os cálculos do geógrafo mundial Diamond.

Vantagens incomensuráveis num mundo medieval. Geradores de poupanças e possibilidades de acumulação de riqueza. Catalisadores de instituições políticas de suporte para sua defesa e segurança. Quantas cidades-Estado, repúblicas marítimas ou redes hanseáticas se formaram no Mediterrâneo e na Europa Atlântica para tutelar esta riqueza? Os exemplos históricos são numerosos.

Outra fonte de poder: a necessária ou conveniente utilização de meios monetários de pagamento. Contextos indutores de cunhagem de moeda e de soberania económica centrípeta numa época (séculos XII-XIII) de remonetarização acelerada em que a propriedade móvel encontrava novas formas comerciais de geração de riqueza.

Transporte e monetarização são fatores de comunicação e coesão entre espaços onde uma navegação de cabotagem é possível e desejada, pela diversidade obtida no comércio entre zonas de transição climática (Norte e Sul, Atlântico e Mediterrâneo). E de culturas, produções e zonas de influência diferenciadas, que eram motivo de especialização cristã e árabe no mundo medieval

peninsular.

A vantagem geopolítica de Portugal, reconhecida como única num Estado que tem hoje, no contexto europeu, uma dimensão geográfica relativamente reduzida, é exatamente o ter feito este cruzamento entre Atlântico e Mediterrâneo, entre duas civilizações distintas, como dizia Orlando Ribeiro, tendo como fator de coesão o mar.

Num mundo de reconquista peninsular cristã, é reconhecida historicamente a importância militar das Cruzadas nos séculos XII e XIII de apoio à ordem política portuguesa, como também o papel da Igreja Católica na capacidade de disciplina e ordem controlada nas periferias. Nestas, num mundo feudal de insegurança e resposta militar descentralizadas, foram desejadas novéis e desmembradas autonomias políticas, que permitiam, pela escrita e leitura, aos letrados clérigos o poder de sustentar a necessária burocracia administrativa.

O que hoje sustenta a identidade política portuguesa? Exatamente o sentido de periferia, de orla exterior, de fronteira sucessivamente reelaborada. Na história, o Reino do Algarve, primeiro, e, após, o projeto de expansão além-mar foram relevantes fatores geopolíticos. Hoje, temos o forte sentido de identidade percecionado nas comunidades portuguesas emigrantes. A etnografia sempre foi seu suporte.

A identidade política portuguesa reside na necessária disciplina experimentada destas periferias, primeiro nos portos, após em cidades, depois em fronteiras, através de formas mais elaboradas de participação e auto-organização de interesses. Que permitam comércio, rendas fundiárias e tributação local. Um complexo público-privado difícil, na atual linguagem política. Mas que serve bem para se compreenderem os forais, as dinâmicas municipais e de auto-organização tão bem sustentadas por Alexandre Herculano na formulação dessa identidade.

É por isso que Cortesão refere muito justamente os fatores democráticos na formação política de Portugal. Mecanismos de apoio mútuo vão ser necessários numa sociedade medieval da reconquista peninsular caracterizada por incertezas advenientes de guerras, epidemias e fomes, onde a resposta política possível tem de ser fragmentada, distribuída e periférica.

A autonomia política de Portugal é reação a dinâmicas centrípetas peninsulares, de Leão-Castela no século XII e que terá continuidades no século XIV, com a dinastia de Avis ou, mais tarde, no século XVII, com as Guerras da Restauração e, ainda no século XIX, já num contexto europeu alargado, após as invasões napoleónicas. Os momentos vitoriosos de afirmação de identidade política portuguesa tiveram sempre consequências

favoráveis posteriores, com maior participação popular nas cortes medievais e na época moderna, bem como na elaboração da primeira Constituição em 1822.

Ao comemorarmos os 50 anos do 25 de Abril, falar, hoje, de autonomia, de unidade e soberania nacionais é exaltar, também, os valores democráticos. Alexandre Herculano, Jaime Cortesão, José Mattoso, entre outros, merecem sempre serem recordados por esse contributo inegável para a compreensão do Portugal Geopolítico. Homenageando-os, estamos a fazer o melhor para defesa da Democracia, das Liberdades e valores fundamentais do Estado de Direito Português.



* Artigo publicado no Observador, em 18 de Julho de 2024

** Professor da Universidade do Algarve, autor de “Portugal Geopolítico - História de uma Identidade”



Presentes diplomáticos e identidade portuguesa *

Isabel Drumond Braga **

A afirmação e o desenvolvimento das relações diplomáticas em Portugal, no período a seguir à Restauração, teve antecedentes medievais e desenvolveu-se de acordo com a prática europeia da época. Em matérias de representação e, em especial, nos presentes diplomáticos, houve sempre espaço para salientar o papel do reino.

A oferta, por parte de D. Manuel I (1469-1521), de um elefante ao papa Leão X (1475-1521) terá sido o presente mais mediático de um monarca português durante toda a Época Moderna. Em 1513, o rei de Portugal enviou uma embaixada de obediência ao sumo pontífice, encabeçada por Tristão da Cunha, a qual desfilou na cidade de Roma, no ano seguinte. O cortejo integrava um elefante oferecido pelo rei de Portugal ao sumo pontífice por ocasião da coroação deste, o qual foi conduzido por um indiano, um nair ou mahout, proveniente de Goa, vestido de acordo com os usos locais. Esta comitiva exótica teve uma função propagandística utilizada para construir positivamente a imagem do rei e do reino.

O paquiderme, a quem Leão X deu nome de Hanno, ficou alojado no jardim papal do palácio de Belvedere e, posteriormente, foi mudado para um edifício localizado na praça de São Pedro. Participou inclusivamente em procissões. As fontes que descrevem esta embaixada e o impacto que o animal causou, inclusivamente nas artes e nas letras, quer durante a viagem quer em Roma, revelam o quão impressionante foi a observação do animal. Além do elefante seguiram outros bichos incluídos no régio presente, designadamente antílopes, gazelas, macacos e papagaios. Leão X pôde, deste modo, aumentar os efetivos do seu jardim zoológico, que contava com aves, macacos, leões, leopardos e ursos, de entre outros, habitualmente reforçado com espécies provenientes das ménageries da sua família, estante em Florença.



O elefante Hanno imaginado por Bernini. Escultura do século XVII.

A partir do final de Quinhentos, os vários reinos europeus investiram no envio de representantes com caráter permanente, tornando-se cada vez mais comum a diplomacia bilateral. A partir de então, também se foi dando o alargamento das representações diplomáticas aos vários continentes, o que se repercutiu na ampliação dos temas negociados. Aos embaixadores no estrangeiro eram necessárias capacidades de negociar e de

representar o monarca, de escrever relatórios, cartas e discursos, transmitindo informação e nem sempre se desprezava a espionagem. Também o conhecimento do cerimonial de cada corte era uma condição indispensável ao sucesso das missões diplomáticas.

Se nos fixarmos nos aspetos protocolares e cerimoniais, implicitamente ligadas às funções de representação, podemos verificar que foram, desde cedo, entendidos como cruciais na formação das práticas diplomáticas. Assim se compreende que os presentes revelem o respeito e a consideração face a quem é obsequiado e demonstram a grandeza e a liberalidade do ofertante. Um presente deveria impressionar, funcionando como instrumento de pressão diplomática. E o elefante, sem dúvida, que impressionou.

Os embaixadores, em cumprimento de ordens dos monarcas, ofereciam presentes com claros objetivos políticos e com ampla dimensão social e estética de modo a integrar o espetáculo da representação do soberano, quer dentro do mundo cristão quer fora. Qualquer oferta deveria tornar clara a grandeza e a riqueza do ofertante que, contudo, não deveria mostrar superioridade. Em cada missão, os embaixadores faziam-se acompanhar por uma comitiva e por um conjunto de bens, designados genericamente como presente. Nem todos eram destinados ao soberano, uma vez que importava obter um clima favorável, servindo-se de diversas personalidades designadamente familiares de quem detinha o poder, mas também outros cujas funções eram bem mais práticas.

Nos contactos com o mundo islâmico, antes do estabelecimento da paz com Marrocos, em 1774, na ausência de cônsules e de embaixadores portugueses, as ofertas por ocasião dos resgates de cativos significavam facilitar a multiplicação de contactos pacíficos e a convivência intercultural, com quadros normativos próprios que importava conhecer e respeitar. As escolhas dos presentes, compostos por alimentos, utensílios de mesa, tecidos, móveis e, pontualmente, objetos em metais preciosos, procuravam constituir amostras emblemáticas do reino ofertante, independentemente da generosidade poder conhecer constrangimentos económicos. Estas ofertas constituíram formas de interculturalidade entre a Europa e o Magrebe propiciando a circulação transcultural de bens através da mediação dos padres redentores, em Portugal os da Ordem da Santíssima Trindade da Redenção dos Cativos. A Argel e Meknès chegaram gratuitamente produtos portugueses – doces, mobiliário, louça e vidros – bens de regiões sob o domínio luso – açúcar e cacau do Brasil, chá, têxteis e louças do Oriente – a par de produtos de vários espaços europeus, caso da França e da Holanda, a primeira representada com tecidos e a segunda com louças e têxteis. Contavam-se, assim, os mais variados produtos, de acordo com a produção e a importação de cada reino. Às cortes de Argel e de Meknès, aportaram

produtos europeus, americanos e orientais, os quais constituíram uma forma gratuita de acesso a produtos de luxo, de uso corrente e por todos apreciados. O valor das ofertas evidenciava o estatuto do quem presenteava e definia a qualidade das relações entre os soberanos envolvidos. Os presentes assumiram um papel de comunicadores entre cortes sem laços dinásticos e em zonas culturais distintas, designadamente o sultanato de Marrocos e o império otomano.

A troca de presentes diplomáticos teve sempre um valor simbólico, variando de acordo com as ocasiões e constituindo um momento privilegiado para mostrar as riquezas e o poderio de cada reino, favorecendo os contactos interculturais. Os objetos europeus ofertados aos soberanos da Sublime Porta foram autênticos agentes de difusão da civilização ocidental no império otomano. Não obstante, naquela geografia se encontraram artesãos especializados e qualificados, de ambos os sexos, organizados em guildas, que respondiam às demandas do mercado, produzindo, contudo, bens diferentes dos que se poderiam obter na Europa ocidental. Não havia falta de produtos de qualidade e de luxo nas cortes do Norte de África, mas os presentes diplomáticos transculturais europeus constituíam uma obrigação política e uma forma complementar de abastecimento de bens, diferentes dos que se produziam no Islão.

Os presentes diplomáticos constituíram armas pacíficas utilizadas pelos soberanos através dos seus embaixadores no estrangeiro, quer no mundo ocidental quer em outros continentes. Deveriam impressionar,

funcionando como instrumentos de pressão diplomática, apesar de o seu valor ser simbólico. Faziam parte do espetáculo da representação do soberano.



• • • •

* Artigo publicado no Observador, em 24 de Julho de 2024

** Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



"Independência" é a voz autorizada da nossa intervenção cívica, nestes tempos conturbados em que é necessário, uma vez mais, devolver a esperança e a confiança aos Portugueses.

"Independência", revista de história, cultura, geografia e pensamento, é a memória de séculos e a projecção para o futuro da História Pátria de que nos orgulhamos.

"Independência" é a aceitação, por inteiro, do património arquitectónico, cultural e moral que os nossos maiores nos legaram.

"Independência" é a identificação coerente com os valores que são a razão de ser desta Sociedade que nos congrega e a vontade de irmos mais longe na realização dos objectivos estatutariamente expressos.

"Independência" é a fé em novos amanhã para Portugal, Pátria amada, em cuja construção queremos, legitimamente, participar.